



CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO

ANA LÍDIA CAMPOS BRIZOLA

SISTEMA DEMOCRÁTICO E RELAÇÕES AUTORITÁRIAS:
um estudo entre universitários

Florianópolis
1999

ANA LÍDIA CAMPOS BRIZOLA

SISTEMA DEMOCRÁTICO E RELAÇÕES AUTORITÁRIAS:
um estudo entre universitários

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Profa. Dra. Louise Amaral Lhullier

Florianópolis

1999

AGRADECIMENTOS

À Louise, pelo rumo e cumplicidade.

À Kátia, pelo constante estímulo e horas de discussão.

Aos companheiros da “República do Campeche”, de muitas formas implicados nesse trabalho.

Aos amigos, pela parceria e paciência.

À Direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, pelo apoio e aposta.

*Não adianta você vir tentar me aconselhar
Se eu sigo os seus conselhos, eu vou me ferrar.
Não adianta me dizer que você está com a razão
Você não é da minha idade, é de outra geração.
Não tente entender o que eu faço
Também não me pergunte o que eu acho
Não me diga que eu devo seguir o seu caminho
Se eu tiver que errar quero errar sozinho
Vocês tentaram e continua dando tudo errado
A sua tal experiência é coisa do passado
Você então me diz que tenho que entrar nesse esquema
E tudo isso é só um monte de mentiras
Não trace nenhum plano pra mim
A vida é minha e eu a quero assim!
Fica quieto – foi você quem perdeu
É melhor sair da frente que o futuro é meu*

(Renato Russo. Admirável Mundo Novo.)

BRIZOLA, Ana Lída Campos. *Sistema democrático e relações autoritárias: um estudo entre universitários*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

RESUMO

Este trabalho foi conduzido em duas etapas. Na primeira, foram investigadas junto a 300 estudantes de graduação da UFSC suas atitudes face ao autoritarismo, seus valores para a construção da sociedade ideal, sua participação política, inserção social e representação de democracia. Na segunda etapa, realizamos entrevistas com nove daqueles estudantes, onde abordamos os temas da política, juventude, democracia e perspectivas de futuro. Do ponto de vista aqui adotado, as atitudes e valores, enquanto dimensões das representações sociais, atuam como mediadoras junto à esfera do comportamento político. Mas este não é um movimento linear, já que elementos surgidos a partir da inserção social e participação política também são constitutivos da construção das representações. O estudo da relação entre as representações e a participação dos estudantes frente à política pressupõe uma articulação entre aspectos sociológicos e psicológicos do fenômeno político, e, nesse sentido, procuramos compreender as representações entre configurações culturais dominantes por um lado, e a dinâmica social em seu conjunto por outro. De forma sucinta, situamos a participação juvenil - em particular o segmento universitário - no contexto de transformações políticas e sociais ocorridas desde a década de 60, no intuito de indicar que estas transformações alteraram a relação deste segmento social com a "esfera da política", delineando um novo perfil. À luz do referencial teórico adotado, procuramos compreender as representações e o comportamento político daqueles estudantes, em seu conjunto e em relação ao contexto envolvente.

Palavras-chave: representações, democracia, valores, participação política, estudantes.

BRIZOLA, Ana Lída Campos. *Sistema democrático e relações autoritárias: um estudo entre universitários*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

ABSTRACT

This study has been developed in two steps. The first one was the investigation of the attitudes of 300 students towards authoritarianism, and the values they put into issue for the construction of the ideal society, together with their political participation, social insertion and representation of democracy. In the second step, we interviewed nine of those 300 students about politics, youth, democracy and their perspectives on the future. From the point of view adopted here, attitudes and values, conceived as dimensions of social representation, assume an intermediate position in relation to the field of political behavior. But this is not a linear movement, since some elements risen from the social insertion and political participation also partake in the construction of representations. The study of the relationship between representations and political participation presupposes an articulation of social and psychological aspects of the political phenomenon. In this sense, we tried to understand the representations between dominant cultural configurations, on the one hand, and, on the other, the social dynamics as a whole. We synthetically located the youth participation - particularly the collegiate segment - within the context of the political and social transformations that has been taking place since the 60's. So we did in order to indicate that such transformations altered the relationship between that social segment and the "political sphere", outlining a new complexion. Within the theoretical frame we adopted, we tried to understand those students' representations and political behavior, both in an isolated view and in relation to the entailing context.

Key words: representations, democracy, values, political participation, students.

SUMÁRIO

Agradecimentos

Resumo

Abstract

I Articulação de aspectos psicológicos e sociais do fenómeno político	1
1.1 Sobre o Estado, o capitalismo e a democracia	1
1.2 Sobre algumas reflexões psicossociais	10
II Estudantes universitários: juventude e cidadania	23
2.1 Situando a pesquisa	43
3.1 procedimentos metodológicos	47
3.2 população e amostra	48
3.3 os instrumentos	49
IV Atitudes face ao autoritarismo, valores, participação, inserção social e os conteúdos da democracia	53
4.1 descrição da amostra	53
4.2 escala "A"	55

4.3 escala de valores	61
4.4 Participação política	68
4.5 inserção social	73
4.6 os conteúdos da democracia	81
V Política e democracia no Brasil pelos universitários	92
5.1 os sujeitos da pesquisa	92
5.2 a política	107
5.2.1 as atitudes mais autoritárias	107
5.2.2 as atitudes menos autoritárias	117
5.3 a democracia	128
5.3.1 os mais autoritários	128
5.3.2 os menos autoritários	136
5.4 perspectivas de futuro	139
5.4.1 os mais autoritários	139
5.4.2 os menos autoritários	145
5.5 síntese analítica	152
Considerações finais	167
Referências bibliográficas	177
Anexos	183

I ARTICULAÇÃO DE ASPECTOS SOCIOLÓGICOS E PSICOLÓGICOS DO FENÔMENO POLÍTICO

1.1 Sobre o Estado, o capitalismo e a democracia

No atual quadro de recessão mundial, o modo de produção capitalista passa por profundas mudanças. Hoje o capital pode acumular-se e reproduzir-se excluindo cada vez mais pessoas do mundo do trabalho e do consumo, na medida em que tem a tecnologia de ponta como força produtiva. Esse conjunto de mudanças e novas orientações implica o abandono da política do Estado do Bem-Estar Social, ou de garantia dos direitos sociais, e o retorno à idéia liberal de autocontrole da economia pelo mercado. Progressivamente são minimizados os espaços de atuação - ou de responsabilidade - do Estado, tanto na área social como econômica. Esse processo de desmonte da esfera pública, ou "morte pública" do Estado, como coloca Simionatto (1998), está intrinsecamente ligado à rearticulação de novas e velhas ideologias na esfera da sociedade civil. As mudanças decorrentes da política neoliberal, implementadas pelos governos da América Latina nos anos 80, têm sido acompanhadas de uma crise das estruturas e orientações sociais de forma que, segundo Krischke (1995), "as tendências dominantes no sentido da modernização e da democracia, abrigam em seu interior efeitos perversos, problemas não resolvidos do passado e possibilidades muito sérias e visíveis de regressão" (p. 184).

Em decorrência da exclusão econômica, social, política e cultural de grandes contingentes da população, assistimos a um fomento de movimentos racistas, discriminatórios, enfim, a um recrudescimento da

intolerância e da violência entre aqueles que muitas vezes disputam apenas o espaço da sobrevivência. Vale retratar aqui o que Sawaia (s/d) levanta como um dos pontos decorrentes do atual contexto do capitalismo: o processo de globalização/localismo muitas vezes se traduz em compreender o semelhante como um rival, segregando-o, inventando um outro, ideologizando as diferenças. A atual crise que perpassa esse processo de globalização muitas vezes despolitiza, mas "mais do que uma despolitização, tal 'civilização' politiza para a competição, para o egoísmo" (Souza, 1997: 242). Há que se recuperar, por isso mesmo, e no contraponto, um sentido mais amplo e profundo do conceito de democracia, fazendo uso das oportunidades abertas pela transição democrática.

Na América Latina o surgimento do capitalismo se deu sem que existisse uma base social, política, econômica ou ideológica de cunho liberal, como ocorrido nos países que o gestaram. De forma que aqui a democracia liberal não é decorrente de um processo histórico particular, mas da imposição de um modelo aos países economicamente dependentes (Castro, 1998:34). O debate sobre a democracia nos países latino-americanos e as condições e vias possíveis para a sua consolidação tem-se dado em diversas dimensões. Visando a operacionalizar o conceito de democracia de forma a atender aos objetivos deste trabalho, consideramos pertinente adotar a divisão analítica de democracia (cfe. Lima, 1997; Castro, 1998) em duas perspectivas não excludentes: a formal - que prioriza seus procedimentos -, e a substancial - que centra a atenção em seu conteúdo. Elas constituem os dois eixos que orientam as concepções modernas de democracia.

A concepção formal, oriunda do liberalismo, baseia-se no pensamento de Locke, para quem não existe uma vontade geral mas, sim, uma pluralidade de vontades com interesses específicos, de forma que a representação seria o único caminho da democracia (Malfatti apud Lima, 1997:115). Assim, temos o conceito de democracia limitado basicamente às suas regras, procedimentos e ritos, ou seja, “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com que procedimentos” (Bobbio, 1989: 157).

A democracia formal, burguesa, representativa ou liberal, tem na liberdade o valor fundamental, esta entendida como “liberdade individual em sua relação com o Estado” (Bobbio, 1993: 323). A liberdade política é garantida pelo direito ao voto.

Já no enfoque da democracia como conteúdo estão as concepções que entendem a democracia como princípios a serem seguidos ou respeitados, importando definir ou caracterizar seus limites substantivos. Baseando-se em Rousseau, para quem os pilares básicos do governo são a soberania popular e a vontade geral, viabilizada por meio de um contrato de todos com o Estado (Malfatti apud Lima, 1997:115), a democracia participativa, substancial ou socialista tem na igualdade o seu valor fundamental. Porém a igualdade não é entendida aqui como um fato mas como uma perspectiva teleológica que define os rumos políticos e sociais. Seu modelo caracteriza-se, sobretudo, pela participação popular, através de organizações dos mais diversos tipos (Lima, 1997) e, dessa forma, não se limita à existência de determinadas regras e procedimentos. A

democracia é aqui entendida como um meio de resolução de problemas políticos e não um fim em si. Como coloca Bobbio (1989), a união das duas perspectivas resultaria na democracia perfeita.

A consolidação da democracia, além de seu aspecto formal, encontra uma série de dificuldades no capitalismo, embora não seja a princípio inviabilizada por ele. A defesa da democracia nunca esteve fora do discurso capitalista; no entanto, o cunho liberal que este lhe imprime restringe seu sentido e sua prática.

Igualdade, liberdade e participação no poder definiram o cidadão na pólis Grega. No mundo moderno, o Estado capitalista, ao mesmo tempo em que retomou e afirmou os direitos universais do homem e do cidadão, estruturou a sociedade de forma a impedir a concretização desses direitos para a maioria da população, reduzindo a democracia a um regime político eficaz (Chauí, 1995). Sua ampliação e o resgate de seu aspecto substancial só se torna possível através de lutas junto ao Estado, num processo que inclui avanços e retrocessos, de acordo com os contextos em que se dão. Coutinho (1980) coloca que a cidadania não é dada aos indivíduos para sempre ou de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, de baixo para cima, que implica um processo histórico de longa duração, partindo da obtenção dos direitos civis, passando pelos direitos políticos e chegando aos direitos sociais. Nesse sentido, o autor destaca o papel da luta pela cidadania na evolução do Estado Moderno, lembrando que tanto para o marxismo como para o liberalismo clássicos, o Estado existia “como um poder coercitivo que assegura a propriedade e dirime conflitos, garantindo e protegendo a autonomia da esfera privada, do mundo das relações econômicas (...)” (p. 22). Ambos,

portanto, guardadas as devidas diferenças, limitavam a esfera pública a um Estado "restrito". Argumenta que, no entanto, na segunda metade do século XIX, processo a reforçar-se no século XX, o Estado assume uma nova "natureza" ao ser pressionado pelas lutas dos trabalhadores, a incorporar novos direitos de cidadania política e social. Um processo de "socialização da política" ocorre nesse período nas sociedades ocidentais, uma vez que "um número cada vez maior de pessoas passa a fazer política, não só através da progressiva ampliação do direito ao voto, mas também por meio de seu ingresso nas múltiplas organizações (sindicais, políticas, etc.) que se vinham constituindo" (p. 23). Esse fenômeno de ampliação da cidadania política gerou uma esfera pública que ultrapassava aquele Estado "restrito" descrito pelas teorias clássicas. A partir dessa realidade surge a noção de Estado "ampliado" e de "sociedade civil", introduzida por Gramsci. Diferentemente de Marx e Hegel, para quem esse último termo designava o mundo da economia, ou do Estado, em Gramsci (cfe. Coutinho, op.cit.) ele irá indicar o espaço de um novo fenômeno, o espaço público das instituições "privadas", situado entre a economia e o governo, não governamental mas com incidência direta sobre o Estado. O Estado é concebido, portanto, de forma "ampliada", na medida em que incorpora esse novo espaço ou dimensão. Gramsci propõe então a sua subdivisão em duas esferas: a da sociedade política, na qual se encontra o poder repressivo da classe dirigente (governo, tribunais, exército, polícia) e a da sociedade civil, constituída pelas associações ditas privadas¹ - ou aparelhos privados de hegemonia - que têm relativa autonomia e independência em relação

¹ Esse caráter privado é relativo, já que tais organismos possuem sempre um indiscutível componente público, posto que põem em questão relações de poder no conjunto da sociedade (Coutinho, 1980)

ao Estado e aos quais aderimos voluntariamente (igreja, escolas, sindicatos, clubes, meios de comunicação de massa, etc.). Nessa esfera, a classe dirigente busca exercer influência e poder na sociedade através da difusão de uma ideologia unificadora, visando persuasão e consenso, ou seja, conquista do consentimento dos governados. É portanto no terreno das ideologias que começa a formação de um bloco-histórico, isto é, de um modelo político-cultural abrangente através do qual as elites procurariam dominar o restante da sociedade.

Na medida em que na sociedade civil estão representados os interesses de diversos segmentos sociais, a estrutura social já não pode ser mantida nem se reproduzir apenas através da coerção. Buscando alcançar a hegemonia, no interesse da classe dominante, o Estado agora tem que se abrir também à representação e satisfação desses outros segmentos, ainda que de forma relativa. Tem que criar condições para que os indivíduos façam suas opções de forma aparentemente livre.

Essa é a "natureza" do Estado que se alterou, e da qual falava Coutinho (op. cit.): ele adquire um caráter contraditório e dinâmico, pois sem deixar de ser capitalista ou de representar prioritariamente os interesses da classe hegemônica, ele modifica o modo como faz valer esses interesses. Essa nova configuração do Estado, possível graças ao desenvolvimento dos direitos de cidadania, tanto políticos como sociais, tornou-o permeável à ação e aos interesses das classes subalternas, de tal forma que as instituições da sociedade civil apresentam, pelo menos potencialmente, uma dupla função

estratégica: conservar e minar as estruturas capitalistas. Essa contradição interna, gerada pelos “momentos de liberdade” necessários à dominação pela hegemonia, poderiam ser explorados no sentido de “refuncionalizar” as instituições, ou aparelhos privados de hegemonia, através da difusão de “contra-ideologias”, da corrosão do senso comum.

Toda classe hegemônica, de acordo com Freitag (1986), procura concretizar sua concepção de mundo na forma de senso comum, ou seja, fazer com que sejam interiorizados os valores e as normas que asseguram o esquema de dominação por ela implantado. Uma vez alcançado esse objetivo, esse repertório passa a funcionar como referencial orientador, como padrão de comportamento. Nesse sentido, “a dominação de consciências é um momento indispensável para estabilizar a relação de dominação e conseqüentemente as relações de produção” (p. 39). Para Rouanet (apud Freitag, op. cit.), esse processo é uma verdadeira pedagogia política que “visa a transmissão de um saber com intenções práticas” (p.38). Freitag, porém, chama a atenção para o fato de que, na realidade efetiva, o processo de transformação da concepção de mundo em senso comum não acontece de forma automática e nem sempre se desdobra da forma esperada, já que se dá em uma sociedade dinâmica. Dessa forma, podem ocorrer defasagens em relação às intenções da classe hegemônica, assim como pode ser propagada uma contra-ideologia. Nesses casos, é acionada a interferência estatal, que mobiliza corretivos, reformulando leis, criando programas, reestruturando a organização interna dos aparelhos privados etc. Quando o impacto de dinâmicas econômicas, políticas ou sociais, mas sobretudo aquele

decorrente da esfera da produção, provoca alterações substanciais, que mudam a constelação de interesses da classe no poder, esta pode rever posturas e até mesmo reformular a própria concepção de mundo. Também nesses casos são acionados corretivos visando a um ajustamento perfeito entre realidade e os postulados hegemônicos.

Simionatto (1998) afirma que a classe dominante, detendo o poder do Estado e os principais instrumentos hegemônicos (organização escolar, mídia), e possuindo o poder econômico, legitima sua ideologia, pois além de controlar a produção e distribuição dos bens econômicos, organiza e distribui as idéias:

"Assim, as superestruturas ganham materialidade, isto é, a classe dominante reatualiza a sua 'estrutura ideológica' a fim de defender e manter um certo tipo de consenso dos aparelhos de hegemonia em relação aos seus projetos, legitimados por via democrática." (p. 31)

A importância do resgate da concepção de Gramsci está, primeiramente, na atualidade desse referencial para a compreensão da nossa realidade, mas, além disso, como coloca Coutinho (op. cit.), está no fato de se constituir em uma proposta política ao mesmo tempo democrática e revolucionária, tanto em relação às estruturas sociais, como aos métodos para sua transformação, pois deixa entrever aí espaços para subversões da ordem que já não passam pela tomada violenta dos aparelhos repressivos que a sustentam, ou dos meios de produção, mas pela possibilidade de difusão de outra concepção de mundo, diferente daquela imposta pelas elites.

O próprio conceito de hegemonia incorpora uma nova dimensão ao pensamento gramsciano, na medida em que o consenso pode ser

obtido através do diálogo com o diverso e mesmo com o oposto. O tema da democracia é assim retomado no espírito de Rousseau, como tentativa de superação da alienação política. Nesse sentido, questiona a realidade atual, particularmente no que se refere ao terreno político-cultural, das ideologias, das representações sociais e de suas implicações para a ação, valorizando os componentes subjetivos presentes na construção de estruturas políticas.

A noção de senso comum como veículo da dominação pela hegemonia, que faz com que a opressão seja vivida pela maioria como se fosse a liberdade, pode ainda ser completada. Essa liberdade ganha hoje um cunho individualista que faz com que seja vivida como pura felicidade do "eu". Sawaia (s/d) chama a atenção para as reflexões de Sennet sobre a "tirania da intimidade", bastante presente neste final de século, a significar a ideologização da intimidade, colocando-a como a salvação dos males sociais e como receita de uma vida feliz, substituindo a vida política pela enaltação do eu. Por outro lado, as resistências e surpresas que esse processo encontra na realidade efetiva suscitam reflexões sobre a interiorização da ideologia, sobre suas contradições e desvelam a possibilidade de se exteriorizar a sua negação.

1.2 Sobre algumas reflexões psicossociais

Antes mesmo do nascimento da Psicologia Social enquanto disciplina independente, sociólogos e psicólogos debatiam-se, no final do século passado, entre a autonomia de suas disciplinas, tendências internas, as necessidades de desenvolvimento da ciência e as orientações ideológicas, pelas quais procuravam dar conta da realidade social e justificar a ordem vigente (Pariguin, 1972).

Nesse contexto, duas tendências marcariam essa etapa de desenvolvimento da Psicologia Social: a chamada psicologia individual, que centraliza a sua atenção no indivíduo - e com isso a "psicologia da pessoa" desempenha o papel básico da formação da psicologia da coletividade -, e a tendência sociológica, que considera os fatores sociais como determinantes na formação da psicologia coletiva e a psicologia do indivíduo como um produto da sociedade.

As obras de Durkheim, juntamente com as de outros sociólogos e psicólogos franceses, irão fundamentar essa última tendência:

"Para Durkheim, a vida social é 'essencialmente formada de representações', as quais são representações coletivas que, apesar de comparáveis às individuais, são radicalmente distintas e exteriores a ela (...) as representações coletivas são produções sociais que se impõem aos indivíduos como forças exteriores, servem à coesão social e constituem fenômenos tão diversos como a religião, a ciência, os mitos e o senso comum" (Vala, 1993: 368).

Ao formular o conceito de representação coletiva, Durkheim

revela os condicionamentos sociais da consciência, mas não os explicita, pois não há aí um sujeito e sim um ser "egoísta" que precisa ser moldado para a vida em sociedade.

Na década de 60, o psicólogo francês Serge Moscovici iria resgatar o conceito de representações coletivas de Durkheim e, reformulando-o, construir uma nova abordagem psicossociológica do pensamento social, numa crítica à natureza individualista que dominava a Psicologia Social americana e da Grã-Bretanha. Essa concepção, a seu ver, não dava conta das práticas cotidianas, das relações informais em um nível mais propriamente social e tampouco enfatizava os conteúdos dos fenômenos psicossociais, em busca de processos básicos e universais (Sá,1993). Moscovici, ao reformular o conceito de representações coletivas, criaria, em consequência, o conceito de Representações Sociais, diferenciando-o do anterior, em vários aspectos.

Nas palavras de Denise Jodelet (apud Sá,1993:32), as representações sociais são "uma modalidade de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social". Ou seja, são teorias sociais práticas, utilizadas como referenciais interpretativos-explicativos da realidade e que orientam o comportamento.

Enquanto em Durkheim tínhamos representações coletivas como produções sociais transmitidas de geração em geração, um conhecimento inerente à sociedade e, portanto, de conteúdo bastante amplo e heterogêneo, Moscovici propõe a redução dessas representações a uma modalidade específica de conhecimento,

aquela (nas suas palavras) "que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos" (apud Sá, 1993: 31) no âmbito da vida cotidiana.

As características das representações coletivas em relação ao indivíduo são de autonomia, exterioridade e coercitividade. Nas Representações Sociais são de interação, ou seja, elas são elaboradas no nível do cotidiano, através de processos cognitivos e sociais e exteriorizadas, voltando ao conjunto de representações.

Em Durkheim, as representações têm uma concepção estática que não corresponde à diversidade e qualidade das representações contemporâneas emergentes, sendo entidades explicativas absolutas, irredutíveis à análise. Para Moscovici, elas se apresentam como um fenômeno dinâmico que cria realidades, cabendo à Psicologia Social descobrir suas estruturas e seus mecanismos.

Finalmente, temos aí distintas visões de homem: o primeiro é um produto da sociedade, cuja distinção de seus pares é tida como anomalia e cuja "história" fica ao encargo da eterna reprodução. O segundo se faz e é feito nas relações sociais, sendo produto e produtor da sociedade em que vive.

Moscovici enfrenta o desafio de colocar a Psicologia Social entre a Psicologia e as Ciências Sociais. Para ele, a sociedade é uma "sociedade pensante", distanciando-se das concepções tradicionais estritamente sociológicas ou psicológicas que viam os indivíduos ou como meros portadores da ideologia dominante ou como processadores de informações. Os indivíduos passam a ser concebidos como pensadores ativos que, na prática cotidiana das relações sociais, "produzem e comunicam incessantemente suas

próprias representações e soluções específicas para as questões que se colocam a si mesmos" (Moscovici apud Sá, 1993: 28).

Como um dos pontos de encontro entre a Sociologia e a Psicologia, como uma possibilidade teórica para enriquecer a visão de homem presente tradicionalmente nas Ciências Sociais, o conceito de Representação Social pode vir a contribuir para o nosso trabalho sem, contudo, precisarmos ser fiéis à totalidade de seus desdobramentos metodológicos².

No dia-a-dia, uma infinidade de questões são colocadas, chamando à atenção, demandando uma inteligibilidade e forçando o pronunciamento dos indivíduos. As explicações daí decorrentes são mais do que simples opiniões sobre os assuntos ou objetos neles envolvidos:

"Comumente, fazem uma articulação ou combinação de diferentes questões e objetos, segundo uma lógica própria, em uma estrutura globalizante de implicações, para a qual contribuem informações e julgamentos valorativos colhidos nas mais variadas fontes e experiências pessoais e grupais"(Sá, 1993:26).

É a partir dessas perspectivas que é possível afirmar que as representações sociais são um *processo*, em que

"Representar uma coisa (...) não é com efeito simplesmente duplicá-la, repeti-la ou reproduzi-la; é reconstituí-la, retocá-la, modificar-lhe o

² Sem dúvida, no campo da psicologia social, há grandes polêmicas em torno das Representações Sociais, principalmente no âmbito metodológico. Nosso trabalho busca apenas algumas de suas contribuições teóricas, por entendermos serem relevantes à temática por nós escolhida, no campo da Psicologia em interface com as Ciências Sociais.

texto. A comunicação que se estabelece entre o conceito e a percepção, um penetrando no outro, transformando a substância concreta comum, cria a impressão de 'realismo' (...) Essas constelações intelectuais uma vez fixadas nos fazem esquecer que são obra nossa, que tiveram um começo e que terão um fim, que sua existência no exterior leva a marca de uma passagem pelo psiquismo individual e social" (Moscovici apud Sá, 1993: 34).

As representações sociais, como "teorias do senso comum", interpretam e criam a realidade social, desenvolvendo-se dentro de uma lógica própria, mas que coexiste com outras. Para explicar esse processo, Moscovici distingue duas classes de pensamento - os universos reificados e os universos consensuais. Os reificados são os universos do espaço da produção e da circulação das ciências, com sua objetividade e rigor, da teorização abstrata e das especializações. Já os consensuais são os universos das relações sociais cotidianas, do senso comum, sem atenção às especializações ou à objetividade.

A partir dessa distinção, é possível qualificar melhor o que é "senso comum" para Moscovici: nas sociedades contemporâneas há uma apropriação popular de produções científicas (sejam imagens, noções ou linguagens), divulgadas por diversos meios, principalmente pelos meios de comunicação de massa, derivando daí novos saberes sociais, "conhecimentos de segunda mão". Dessa forma, as representações sociais, ou realidades consensuais, são construções elaboradas no universo consensual em geral, a partir de elementos originários dos universos reificados.

De maneira geral, a introdução da "novidade" (como inovações tecnológicas, econômicas etc) causa estranheza, gerando uma tensão

que ao mesmo tempo atrai e provoca medo da ruptura em relação aos parâmetros habituais, exigindo uma compreensão que torne o estranho familiar:

"No todo, a dinâmica dos relacionamentos é uma dinâmica de familiarização, onde os objetos, indivíduos e eventos são percebidos e compreendidos em relação a encontros ou paradigmas prévios" (Moscovici apud Sá, 1993: 36).

Ao incorporar a novidade, cria-se uma nova realidade social, tornando o cotidiano menos monótono, mais interessante.

Um dos pontos a se destacar na perspectiva teórica de Moscovici é o resgate do papel ativo dos atores sociais na produção das representações, que constroem e desconstroem sistemas unificadores de pensamento, através da ação nos planos cognitivo e estratégico.

No entanto, deve-se inscrever as representações sociais entre configurações culturais dominantes por um lado, e a dinâmica social em seu conjunto por outro, pois nesse entrecruzamento podem aparecer mais claramente linhas de força que pressionam para a hegemonia e homogeneização das representações sociais. Analisá-las sob essa perspectiva, identificando-as como reflexos de uma ordem social e cultural dominantes, pode ajudar a compreender a larga permanência de algumas delas (Vala, 1993).

Gramsci já apontava, na sua análise superestrutural, a existência de um sujeito ativo na sociedade, capaz de produzir contra-ideologias, mas apontava também para uma liberdade bastante restrita, circunscrita por uma forte estrutura capaz de se fazer aceitar e

interiorizar como senso comum. Dessa forma, não é demais prestar atenção ao fato de que:

"Moscovici captou o caráter reificador da ideologia como discurso estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural, mas excluiu-a do conflito humano na medida em que não vê nela a imposição mascarada de um sistema de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas de poder, como se as Representações Sociais fossem produto da ação e da relação entre sujeitos ativos, livres e autônomos" (Sawaia, 1993: 78).

A autora chama a atenção para a necessidade de relacionar ideologia e representações sociais, na medida em que as representações de um indivíduo relacionam-se a outros sistemas de representação, como é o caso da ideologia, expressando um discurso sobre o conjunto da sociedade. O cruzamento desses conceitos pode auxiliar a compreender os porquês da continuidade da produção e da manutenção de representações que servem à dominação e exploração da maioria, pois "o conceito marxista de ideologia desmistifica a ingenuidade do processo cognitivo, colocando-o como mediação nas relações de dominação e exploração sócio-econômica" (idem).

Se, por um lado, a ideologia tende a promover um "ajuste" das consciências, fornecendo um modelo de racionalidade, constituindo-se em uma espécie de lente que pode colocar a realidade de ponta-cabeça, ela não se impõe, por outro lado, totalmente de fora à consciência, respondendo também às necessidades cognitivas e psíquicas do sujeito que adere, permitindo-lhe articular o psicológico e o social, afirmar e defender sua identidade, equilíbrio e a consistência

de seu campo cognitivo (Santos, 1994).

Apesar das críticas que se possam fazer à teoria marxista da ideologia, é válido argumentar que não só não foram superadas as condições que a engendraram como complexificaram-se, urgindo, como diz Heller (apud Sawaia,1993:79), que se pense desfetichizadamente ao operar com essa categoria. Ou seja, devemos compreendê-la enquanto elemento de mediação na construção da realidade, pois a realidade não está dada, é um processo resultante da relação homem-sociedade, apresentando-se de forma diferenciada conforme a composição de forças atuantes sobre ela.

Na perspectiva de uma psicologia “mais socialmente orientada” (Sá, 1993:40), o indivíduo é entendido como sujeito da ação, que se objetiva no espaço coletivo da sociedade. Por isso,

“é importante considerar tanto os comportamentos individuais quanto os fatos sociais (instituições e práticas, por exemplo) em sua concretude e singularidade histórica e não abstraídos como uma genérica presença de outros.” (p. 41)

Superando a clássica visão dicotômica indivíduo/sociedade, considera-se, nessa perspectiva, que indivíduo e sociedade se constroem concomitantemente, numa relação bidirecional, já que, como coloca Berger (apud Sandoval,1994), “toda realidade social tem um componente essencial de consciência”. O indivíduo, por sua vez, só se constitui na relação dialética com a sociedade, tanto através do processo de interiorização do mundo social, como de sua própria produção. Assim,

“através da subjetivação o homem interioriza o mundo social,

através da objetivação ele constrói e reconstrói a sociedade, se constrói e reconstrói como indivíduo". (Lhullier, 1998: 18)

A apropriação ou reprodução do mundo social, ou da genericidade como coloca Heller (1989), se dá na esfera da vida cotidiana:

"a vida cotidiana é o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares, os quais, por sua vez, criam a possibilidade da reprodução social" (Heller, 1989: 19).

Os elementos básicos da genericidade precisam ser apropriados para garantir que cada pessoa possa viver no mundo concreto. É preciso apreender os sistemas das coisas, dos usos, dos costumes, das instituições, enfim, adquirir todas as habilidades necessárias à vida diária, num processo contínuo e pressionado pela velocidade das mudanças e complexidade do mundo moderno.

Certamente há variações individuais nas formas de apropriação do mundo, bem como diferenças importantes entre os "mundos" nas diferentes comunidades, sociedades, culturas, mas essas variações e diferenças não são ilimitadas. As variações na constituição dos sujeitos são limitadas pelas formas de individualidade possíveis. Como coloca Sève (1989), essas formas de individualidade possíveis variam de acordo com o contexto sócio-histórico em que os homens concretos nascem e vivem.

Embora os homens concretos façam a história com a sua individualidade inteira, ou seja, com suas motivações, desejos, idéias, aspirações, eles o fazem dentro de certas circunstâncias, que estão

previamente dadas e que estabelecem limites para sua ação e para seu próprio desenvolvimento como indivíduo. Nesse sentido podemos afirmar que circunstância e homem não constituem entidades separadas, pois "essas circunstâncias determinadas, nas quais os homens formulam finalidades, são as relações e situações sócio-humanas, as próprias relações e situações humanas mediatizadas pelas coisas" (Heller, 1989:29).

O aprendizado da obediência, da submissão às autoridades e instituições é parte da interiorização das relações sociais e, segundo Lhullier (1998), se dá também através de muitas das normas que regem o uso das coisas e do seu caráter simbólico, mas, sobretudo, ocorre através da construção das representações sociais que constituem um verdadeiro "ambiente" da vida cotidiana. Assim,

"O conjunto das representações que orientam o homem moderno no seu cotidiano configura um mundo onde as relações de autoridade são essenciais à organização e ao funcionamento da sociedade e de suas instituições: a família, a escola, a igreja, a fábrica, etc." (Lhullier, 1998:12).

A representação vertical das relações sociais e a "naturalidade" das relações de dominação também são aprendidas como parte do processo de amadurecimento para a cotidianidade, a partir dos grupos onde tem início a constituição do sujeito. Nessas instâncias o homem inicia sua preparação para a vida em sociedade, e aprende costumes, normas e a ética que regem as relações sociais nas quais irá se engajar progressivamente. Nestes grupos - família, escola, igreja - a organização é hierárquica, e a obediência é colocada como um valor fundamental.

Para Heller (op. cit), a vida cotidiana requer uma certa adesão a rotinas e hábitos, posto que as pessoas não poderiam submeter à reflexão crítica cada um de seus atos. Há a necessidade de uma "economia psicológica" que obriga ao aprendizado de um grande repertório de comportamentos que se tornam "espontâneos", ou seja, irrefletidos, automatizados, que se produzem pela força do hábito, instalados através do processo de apropriação da genericidade sem a mediação da consciência crítica.

Para Heller, todas as pessoas têm consciência da genericidade, mas não necessariamente de sua relação com esse plano. Da consciência que o indivíduo tem de sua relação com a genericidade depende o grau de automatização de seu comportamento. As possibilidades de transcendência da cotidianidade, de desenvolvimento da subjetividade e realização de novos valores são tão maiores quanto mais consciente for a relação com a genericidade e, conseqüentemente, com o cotidiano, seja no plano individual ou no do coletivo.

Na relação com a genericidade, o cotidiano também pode ser um espaço onde o homem se relaciona por inteiro. Amparada em Heller, Sawaia (s/d) aponta que nele o homem se relaciona com os seus sentimentos, emoções e ideais, podendo a partir daí superar sua padronização em direção à humanidade. Nessa perspectiva, a intimidade pode ganhar outra conotação, diversa daquela defendida por Sennet. A intimidade pode ser vista também como "um espaço autêntico de respeito à alteridade" (p. 7). Segundo a autora, é Giddens quem defende esta segunda vertente. De qualquer forma,

"(...) o que perpassa o debate entre esses pensadores, é a ênfase na

ética relacional como qualificadora dos espaços, uma ética que se expressa em desejo, paixão, emoção. A emancipação não está no público ou no privado, pois o espaço não é em si tirânico ou libertário (...) não é a recuperação do afeto na cena pública e privada que garante a cidadania, mas a sua qualidade relacional” (p. 8).

Ignorar o cotidiano e a esfera da intimidade como importantes componentes para uma transformação social seria desconsiderar o homem como indivíduo, como afetividade, compreendendo-o como puramente determinado pelas forças econômico-políticas. Talvez um erro tão grave quanto o de pressupor que qualquer manifestação dessa intimidade fosse, em si, revolucionária.

Nas relações sociais estão sempre presentes os conflitos, as relações de poder, a pressão para a hegemonia, mas, como aponta Lhullier (1992), no espaço da contradição encontra-se a possibilidade de avançar e, talvez, transcender a alienação na direção de um pensamento crítico, visando a uma ética mais universal. Assim, poderíamos superar as dicotomias presentes na forma como temos compreendido as relações entre universalidade e particularidade, entre o cotidiano e a humanidade, entre indivíduo e sociedade, o social e o político, emoção e razão, enfim, entre felicidade ou sofrimento individual e a busca da democracia em seu sentido mais amplo.

Daí a necessidade de estarmos atentos a valores como prazer, alegria e diversão, por exemplo, como valores que não são, em si, excludentes da luta pela cidadania. Sem cair no culto ao indivíduo, é necessário compreendermos que as formas de luta também se expressam no *sentir* da vida cotidiana. Aliás, como bem salienta

Sawaia, "a consciência só se transforma quando se emociona" (1987: 298).

II ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS: JUVENTUDE E CIDADANIA

No início dos anos 60 o ensino superior no Brasil estava em plena expansão, atendendo aos interesses do Estado e à demanda da nova classe média que buscava garantir o acesso ao setor burocrático de empresas privadas e estatais. O processo de federalização do sistema universitário permitiu um aumento no número de vagas nas universidades públicas, ao juntar estabelecimentos isolados (municipais, estaduais e particulares) e ao criar grandes centros universitários que começaram a desempenhar importante papel na vida intelectual, política e cultural do país.

Com isso, o círculo social dos jovens, que até então concentrava-se principalmente na família, estende-se para as universidades. Elas passam a ser veículo do projeto de ascensão familiar, mas, ao mesmo tempo, propiciam o questionamento daquele projeto pelo jovem, que anseia por autonomia e participação no processo de desenvolvimento nacional.

De 1945 a 1964 o número de estudantes matriculados no ensino superior cresceu 12,5% ao ano, passando de 27.253 para 142.386. Esse influxo, no entanto, não foi suportado pelas precárias e inadequadas condições de ensino à época (Cunha, 1983). Essa situação foi motivo de desilusão mas também de indignação para os estudantes, tornando-se ponto de partida para uma postura crítica e um maior engajamento na luta por uma universidade de qualidade. A reforma universitária foi então pauta de discussões, sendo reivindicada em manifestações cada vez mais amplas. A partir daí, universidade e identidade estudantil passam a concentrar a juventude

e seus projetos emergentes:

“Quase toda a vida cultural e comportamental juvenil, mesmo quando não consubstanciada no movimento estudantil, é constituída e se expressa no espaço universitário: das discussões existencialistas à bossa nova, passando pelo projeto de constituição de uma cultura nacional popular do CPC (Centro Popular de Cultura) da UNE, pelos festivais de música universitária e pela tropicália: são culturas e estilos de vida identificados aos meios universitários, vividos por universitários” (Abramo, 1992: 85).

Segundo Mische (1997), é no confronto com a ditadura militar e a radicalização da oposição estudantil, que se aguça a identidade estudantil como “sujeitos da história”, embrenhados na tarefa revolucionária de transformação social do país. As universidades foram os únicos focos visíveis de oposição organizada durante os primeiros anos da ditadura, até o desmantelamento do Movimento Estudantil (ME) em 1968. Os jovens universitários dos anos 60 protagonizaram de forma destacada uma luta que surgiu de forma inesperada e que se prolongou por anos, unificando lutas específicas do meio universitário com lutas mais gerais postuladas pela população.

Essa experiência dramática proporcionou àqueles jovens um aprendizado social e um reconhecimento que ganhava ainda maior proporção na medida em que explodia o movimento juvenil em várias partes do mundo. Esses processos de aprendizagem social

“ocorriam em vários círculos de reconhecimento, através de redes densas e concentradas, ocasionando a radicalização de uma

identidade que fora no início da década, relativamente restrita e delimitada” (Mische, 1997: 8).

Ao final do longo processo de transição democrática, a constituição de 1988 estendeu o voto aos jovens de 16 anos. No entanto, apenas a metade do número de jovens que era esperado compareceu aos cartórios eleitorais a fim de habilitar-se como eleitor (Mische, 1997). Desde então, apesar da ordem democrática reestabelecida, da ampliação das liberdades, os jovens, de uma forma geral, não demonstraram disposição ou interesse pelas formas tradicionais de participação política, fazendo-se ausentes desse cenário a não ser em eventos episódicos, fato que tem sido observado e reclamado sobretudo por partidos políticos (Abramo, 1997).

Uma série de fatores tem sido apontada para tentar explicar, ou entender, essa situação: a perda de paradigmas e projetos; a distorção ou omissão de conteúdos disciplinares, refletida na formação desses jovens; o testemunho das crises e escândalos na esfera do governo; as evidentes contradições entre expressões autoritárias e democráticas em todos os níveis; a recessão econômica etc. De uma ou de outra forma, todos eles contribuíram, senão para uma imagem negativa da esfera da política, para uma tendência ao ceticismo e ao imobilismo.

Mas as profundas mudanças nas relações sociais alteraram mais do que as representações dos estudantes sobre a política. A estrutura das suas redes de sociabilidade foi alterada com a diversificação da experiência da juventude. Hoje há uma multiplicidade e heterogeneidade de inserções possíveis para o jovem, contrastando com a realidade dos anos 60, o que, se por um lado amplia seu campo

de possibilidades, por outro fragmenta e dificulta a articulação de projetos.

A universidade assistiria assim ao distanciamento de si da irreverência das manifestações juvenis, políticas ou não, pois conforme coloca Mische (1997), a universidade já não constituiria um *locus* para as questões e expressões juvenis. Envolvidos ou não pela apatia que parece predominar no cenário político, o fato é que a produção e consumo cultural que interessa a eles ter-se-ia deslocado para outros espaços. Mesmo aqueles que, conseguindo escapar à racionalidade dominante, superam as tendências individualistas, tendem a veicular suas inquietações, perplexidades, interesses e visões de mundo através dos espaços culturais, de sociabilidade e/ou a inserir-se em movimentos específicos. O Movimento Estudantil, talvez por sua forma tradicional de atuação, talvez por não ser capaz de perceber os novos interesses em questão, não tem encontrado estratégias alternativas de atuação.

Mische (1997) discute a “dispersão” dos anos 90 destacando a transformação dos contextos relacionais e culturais dos estudantes e a mudança nas estruturas das redes interpessoais e organizacionais nas quais os jovens se encontram. Assim, chama a atenção para o fato de que, nas décadas de 70 e 80, as oportunidades de inserção cresceram, o mercado de trabalho passou a absorver mão de obra juvenil de forma significativa, enquanto os meios de comunicação de massa estimulavam o consumo e difundiam estilos culturais para além dos setores médios (Madeira, 1986).

“Descortina-se uma nova configuração do universo juvenil: a crise do

espaço universitário como significativo para a elaboração de referências culturais, o enfraquecimento da noção de cultura alternativa como modo de contraposição ao sistema, e a emergência de uma intensa vivência, por parte dos jovens das camadas populares, no campo do lazer ligado à indústria cultural” (Abramo, 1994: 82).

A cultura jovem foi assim deslocada para fora das universidades, estendendo-se para uma parcela maior da população e abrangendo outras significações. Com um número de círculos sociais, ou redes de sociabilidade, muito maior do que outrora, a identidade juvenil dispersou-se numa conjuntura complexa, em que o jovem passa a receber influências e pressões diversas e por vezes contraditórias. No entrecruzamento destas redes podem surgir tanto conflitos como oportunidades, advindos da superposição de projetos e estilos de intervenção diferenciados. Assim, entre os grupos organizados também são identificáveis novas formas de participação social e política. Hoje abrem-se aos jovens com interesse na participação diversas alternativas de inserção: às organizações tradicionais, como partidos, sindicatos e ME, foram somando-se os movimentos populares, antidiscriminatórios, ONG's, associações profissionais, culturais etc.

Desde os anos 70 a dimensão da cidadania vem sendo resgatada pelos movimentos sociais, tornando-se a principal bandeira reivindicatória, fortalecida pela conjuntura internacional que levantava a questão dos direitos humanos básicos. Segundo Gohn (1994), os movimentos sociais que surgiram naquela década lograram a transformação de diversos direitos em leis, valendo-se de mecanismos

de participação como o *referendum* popular e o plebiscito. A nova cidadania conquistada representou mudanças na cultura política do país e são indicativas das transformações que estão se operando no seio da sociedade. Os novos direitos são frutos da articulação entre a democracia institucional representativa e a democracia advinda das bases dos movimentos sociais (Gohn, op.cit.). Os movimentos sociais trouxeram uma nova forma de expressão e uma nova forma de representar as lutas e demandas da população. Obtiveram legitimidade primeiramente por não conterem os elementos e as formas tradicionais de se fazer política, ou seja, através de sindicatos e partidos políticos; em segundo lugar porque suas ações envolviam os interesses imediatos das pessoas e grupos.

Segundo Viola e Mainwaring,

“os novos movimentos se orientam por critérios de afetividade, relações de expressividade, orientações comunitárias e organização horizontal” (apud Krischke, 1995: 189).

Buscando promover e difundir na sociedade os valores e objetivos que defendem, esses movimentos trouxeram um novo paradigma de ação social que contrasta com o vigente até então, articulando o terreno de valores morais, o das carências econômicas e o anseio por mudança política. Esse paradigma veio a se fortalecer nos anos 90, com o crescimento do plano moral e o enfraquecimento do plano político-ideológico.

Gohn (1994) chama a atenção para um número crescente de grupos da sociedade civil que passou a acreditar na própria capacidade de atuação, a partir da busca por qualidade de vida, da

não-violência, ecologia, paz e outras questões sociais. Assim, vemos surgir, por exemplo, entre os estudantes, a campanha pelo desarmamento "Sou da Paz", amplamente divulgada pela UNE através da mídia.

A cidadania nos anos 90 passa pela ascensão de lutas que afetam o conjunto da população e, por isso mesmo, têm relevância junto à sociedade e espaço na mídia eletrônica e imprensa. São coletivos pluriclassistas, e seu modelo referencial enfatiza os valores da Ética e da Moral, uma moral sem corrupção e com dignidade, confrontando a cultura política hegemônica vigente. Nos anos 90, a mola propulsora da ação política não é um projeto de transformação social e sim o desejo de mudanças pontuais, imediatas, desejo de autodeterminação e liberdade para expressão da individualidade.

Os movimentos sociais resgataram e mesclaram uma série de valores oriundos das mais diversas correntes, muitas delas opostas em outros momentos. Esse referencial passaria a fazer parte do repertório não só de militantes mas, pela sua difusão, seria apropriado pela população em geral, em maior ou menor medida, compondo as representações sobre a sociedade e a política.

Na busca dos sonhos e na construção de si mesmos, os jovens vão experimentando o social, e vivendo a ambigüidade entre os projetos pessoais e coletivos, em que pese muitas vezes a inconsistência e invisibilidade dos mesmos, principalmente em se tratando de redes não organizadas. Por um lado, a descresça na política tradicional aponta, por vezes, para a dispersão e o individualismo; por outro lado, têm surgido expressões culturais contestadoras e estilos de participação que mesmo sem a dimensão

utópica de outrora, podem ser capazes de operar a articulação pessoal/social, ainda que momentaneamente ou com objetivos bem delimitados.

"(...) muitas vezes na simbologia, na linguagem e na performance, a participação política do jovem, assimilada nos movimentos sociais contemporâneos, denuncia a acomodação das linguagens institucionalizadas instigando opções por um outro imaginário" (Souza, 1997: 239)

A participação juvenil no processo de "impeachment" do Presidente Collor, em 1992, por exemplo, pegou a todos de surpresa. Considerações e interpretações à parte, temos de convir que o episódio lançou, no mínimo, aprendizados sociais em vários sentidos, em especial para os jovens que recebiam suas primeiras experiências no campo da esfera pública, mas também para as condensadas redes de militantes e para a sociedade em geral.

Nas três últimas décadas a universidade também sofreu alterações extremamente relevantes para a mudança de cenário em questão. Desde o final dos anos 60, boa parte do excedente da demanda pelo ensino superior vinha sendo absorvido pelo setor privado e localizado em geral em faculdades isoladas. Também as universidades públicas foram descentralizadas, divididas em faculdades fragmentadas e isoladas, dificultando a organização política. De 1971 a 1991 o número de estudantes matriculados no Ensino Superior passou de 561.397 para 1.565.056. Em 1990, o número de instituições de ensino superior no país era de 918, distribuídos da seguinte forma: 169 centralizadas e 749 estabelecimentos isolados, dos quais 582 eram particulares e 167

públicos. No início dos anos 90, a porcentagem de instituições privadas no país alcançou o e estabilizou-se no patamar de 75% do total (Sampaio, 1995).

Echegaray (1991) observa a tradição de ativismo e politização do ME, e ao resgatar a história desse movimento, seus períodos de refluxo e retomada, percebe a sintonia entre os universitários e a sociedade em seus ciclos de agitação e imobilismo. Mas afirma que as semelhanças não devem esconder as especificidades desse grupo, e aponta para um repertório predominantemente juvenil de valores e representações relativos à política. Por outro lado, o autor chama a atenção para o fato de que a visão dos universitários como grupo social sempre pendeu para a visão destes como vanguarda movimentista, quando, no entanto, essa organização coletiva “não passou nunca de uma minoria do conjunto do estudantado (...)” (p. 11).

Nesse sentido, coloca a necessidade de se perceber o ME enquanto uma importante produção social daquele grupo, mas, principalmente num momento de refluxo, não caberia extrapolar essa unidade de análise, na medida em que “não é o melhor indicador da cultura política dos estudantes nem a principal fonte de orientações políticas dos mesmos” (idem: 13).

Buscando essas fontes e o modo como delineiam o perfil de atitudes e comportamentos políticos, o autor investigou três grupos geracionais de estudantes da PUC-SP, abarcando o período entre 1964-1989, ou seja, desde o golpe militar até a primeira eleição direta para a Presidência da República após a ditadura. Observou que cada grupo, tendo desenvolvido suas orientações políticas a partir de contextos diferentes, estiveram expostos a estímulos valorativos e

modelos de aprendizagem política também diferentes. No entanto, as condições gerais do período garantiram um modelo de politização relativamente homogêneo para aquelas gerações, o que parece ter pautado também homogeneamente as orientações políticas das pessoas, que variam em intensidade, mas seguem uma mesma e principal direção: um conjunto mais ou menos consistente de orientações para com o sistema político e o papel do “eu político” nesse mesmo sistema. Aponta, assim, um maior respaldo às regras do jogo do que o compromisso político pessoal com a ordem. Isto é,

“uma identificação com o sistema baseada mais em laços cognitivos do que afetivos, mais no reconhecimento racional da validade do sistema do que na empatia política com o mesmo” (p. 31).

Quanto ao papel de cidadão, aponta a apreensão do espaço bastante reduzido que esta ordem lhe reserva, o desenvolvimento de uma pobre auto-estima política e um nítido sentimento negativo para com os políticos e os partidos. Em contraste, nota uma grande predisposição a cumprir com as responsabilidades sócio-políticas. Nesse sentido, o autor chama a atenção para o desenvolvimento de uma noção de ser “cidadãos sem política”, posto que a cidadania e o papel correspondente aos políticos é percebido exclusivamente em torno de um conceito de “atender às obrigações”, de “cumprir deveres”. E conclui:

“Refletem com precisão a valoração quase exclusivamente discursiva da democracia, a ausência de oportunidades legais e práticas de exercer sob iguais condições a própria cidadania, a falta de resposta

ao cidadão por parte dos grandes atores políticos, os múltiplos e gigantescos custos de participar em política, etc.” (p. 35).

Isso explicaria, segundo o autor, o fato de ser bem mais comum encontrar uma pessoa que tenha aprendido a abraçar causas como o fim do autoritarismo, da negação da política civil e da ausência de regras claras do jogo, do que uma que tenha aprendido a exercer cotidianamente alguma influência política, a exercer o seu papel de cidadão e/ou a atuar em público.

A esse respeito, Baquero (1994) identifica o surgimento de uma situação paradoxal na cultura política do país, em que verificar-se-ia um afastamento em relação a ideologias e práticas autoritárias e, no entanto, não se constataria uma aproximação ou compromisso com o processo de democratização vigente. Para esse autor, o desencanto com a política é resultado das expectativas que foram criadas pelo processo de redemocratização e a dura realidade do funcionamento do sistema institucional.

Souza (1997) vai além disso, quando afirma que se percebe que

“o comportamento político do povo brasileiro diz respeito à cultura política cultivada nesses séculos, coloniais ou republicanos, populistas ou autoritários, integradores ou excludentes, nacionais ou globais, e vem colocando não só as novas gerações, mas as outras também, numa condição muitas vezes de imobilidade.” (p. 237)

A questão do ceticismo e da desconfiança do cidadão em relação à política assume uma relevância teórica crucial em países

que estão tentando consolidar práticas e costumes democráticos. Embora não haja consenso na literatura pertinente sobre o peso que o caráter mais ou menos democrático da cultura política desempenha no processo de consolidação da democracia, alguns elementos definidores da cultura política tem sido utilizados como prenunciadores da estabilidade democrática. Venturi (1998) defende o uso de três indicadores básicos para avaliar a predisposição da opinião pública em sustentar regimes democráticos: a) o interesse por e participação na vida política do país; b) adesão a valores democráticos (direito de organização e manifestação, tolerância com minorias etc.); e c) sentimento de eficácia em relação às instituições, seja quanto à capacidade de realizarem justiça social ou enquanto garantia de igualdade perante a lei.

Sob a ótica desses indicadores, em dezembro de 1997 o Núcleo de Opinião Pública da Fundação Perseu Abramo realizou uma pesquisa nacional sobre a cultura política do eleitorado brasileiro, elaborada de modo a obter resultados comparáveis a levantamento Datafolha/Cedec de setembro de 1989 e assim tornar possível a análise longitudinal da evolução de traços relevantes de nossa cultura política. Ao proceder à análise, Venturi (1998) lembra que o período abarcado cobre justamente os anos dos governos civis diretamente eleitos após a conclusão formal da transição para a democracia. Os resultados mostram que os níveis de interesse, organização e participação política do eleitorado brasileiro mostraram-se moderados ou baixos e mantiveram-se estagnados durante o período. O desprestígio e a falta de credibilidade na eficácia das instituições políticas e de seus representantes que foram observados na primeira

pesquisa permaneceram nos mesmos patamares. A adesão à opção democrática, bem como a valores intrínsecos ao seu exercício, mostraram-se moderados (em torno de 50%) e também estagnados.

Para Venturi (op.cit.) esse retrato de nossa cultura política é pouco seguro para que se possa supor que a democracia no Brasil está consolidada. O que se pode afirmar a partir dele é que a adesão à democracia mantém-se apesar da insatisfação com os resultados concretos, principalmente no que diz respeito ao desempenho extremamente frágil dos governos civis.

Da mesma forma, Moisés (1994) coloca que a opção democrática, ou a sua negação, não é determinada unicamente pela contraposição ao passado autoritário ou pela avaliação econômica dos governos, mas que estas têm seu efeito potencializado na combinação com as variáveis simbólicas ou políticas (interesse por política, avaliação de instituições etc.). Nesse sentido, destaca o papel fundamental da cultura política no processo de consolidação democrática, sem que, no entanto, o considere independente da eficácia de outros elementos da democratização. O enfoque da cultura política, sendo relativo às orientações subjetivas para a ação da massa de cidadãos, contribuiria de modo decisivo tanto para a compreensão da participação desses públicos nos processos de mudanças como para a compreensão do processo como um todo. Segundo Moisés (op. cit.),

"a cultura política envolve, entre outras coisas, a generalização de um conjunto de valores, orientações para a ação, atitudes e comportamentos políticos, e resulta tanto de processos originários de

socialização, como da experiência política ao longo da vida adulta dos seus membros". (idem: 84)

Observando a preferência democrática do eleitorado brasileiro entre meados dos anos 80 e início dos 90, Moisés (1994) sustenta que, por maioria relativa do público, está se formando no país um consenso "que articula-se em primeiro lugar em torno de regras básicas do jogo democrático, mas que também refere-se, para parcelas importantes do eleitorado, aos ideais igualitários" (op. cit: 158). Essa base atitudinal, embora frágil, seria um dos aspectos mais positivos do atual quadro político nacional devido ao seu potencial de estímulo ao fortalecimento de uma cultura democrática.

Mas se a preferência dos cidadãos em relação ao regime tem se voltado para a democracia, isso não tem alterado os padrões de comportamento em relação à vida pública do país. Moisés (op. cit) afirma que as desigualdades econômicas e sociais decorrentes do processo de modernização do país, combinadas com sobrevivências do autoritarismo, com a preservação de estilos políticos tradicionais e com o desempenho deficitário das instituições de representação, têm levado à continuidade de padrões de apatia política e de afastamento de amplos segmentos da população da vida política.

As mudanças promovidas pela instauração do processo democrático alteraram a cultura política tradicional. No entanto, seu alcance não é homogêneo no conjunto da sociedade, produzindo efeitos desiguais que se traduzem em percepções e comportamentos políticos diferenciados. Nesse sentido, Moisés (op.cit.) coloca que é mais apropriado falar em tendências diferenciadas, uma claramente

democrática e outra que se caracteriza pela indiferença :

"O cenário atual do país caracteriza-se pela convivência, em espaço sócio-político relativamente desenvolvido e modernizado, de duas subculturas políticas distintas: uma mais sofisticada e baseada na mudança dos níveis cognitivos da população, relacionada com uma percepção mais sutil e mais diversificada em face das suas experiências recentes com regimes autoritário e democrático; a segunda, enraizada na exclusão social e apoiada em maior homogeneidade estrutural de vastas áreas de desenvolvimento incompleto do país, demonstrando a continuidade de percepções pouco diferenciadas do mundo político".
(op.cit.:148)

As ambigüidades dessa democracia que mistura instituições democráticas e heranças do passado autoritário acabariam por confundir a percepção dos cidadãos. O quadro que combina a manutenção das desigualdades, a sobrevivência de estilos políticos tradicionais dentro da democracia e altos níveis de ineficácia e inefetividade dos governos democráticos estimularia o desencanto com a democracia e reforçaria as tendências estruturais de apatia e alienação política (Moisés, 1994). Diante delas, parte dos cidadãos poderiam questionar a manifestação concreta da democracia e começar a aceitar soluções antidemocráticas como alternativa para o enfrentamento dos problemas.

Para Lechner (1994), o que existe atualmente é um amplo mal-estar que não deve ser confundido nem com rejeição à política nem com um desapego à democracia. O mal-estar expressaria uma reação contra as atuais formas de fazer política, podendo ser também

decorrência das grandes transformações econômicas e culturais hoje em curso. Nesse último caso, refere-se à crise dos mapas ideológicos, que aprofundam a desidentificação com os partidos políticos, e ao fato de que estes, por sua burocratização e por transformações em nível mundial, não ofereceriam à cidadania um discurso que permitiria estruturar seus interesses e valores.

Porém, se existe uma rejeição às formas tradicionais de fazer política, para Dallari (1997) isso não implica necessariamente uma despolitização. Hoje, no Brasil, diferentemente do final da década de 70 e da década de 80, haveria um desinteresse pela participação política-partidária, porém teria crescido a participação em movimentos associativos. Esses movimentos dar-se-iam a partir de pequenos grupos e associações que defendem interesses mais específicos que os dos partidos políticos, como, por exemplo, os dos grupos de mulheres, negros, homossexuais etc. Isso caracterizaria uma *despartidarização* da participação social e levaria a uma redefinição das maneiras de fazer política. Essa passaria primeiramente por uma crise de participação nos moldes clássicos de intervenção e, depois, por uma atuação mais voltada ao cotidiano social.

Em pesquisa realizada em 1995, pelo GPCP - Grupo de Pesquisa em Comportamento Político da UFPb -, acerca da inserção social e política dos estudantes daquela Universidade, foi observado fenômeno semelhante: o índice de inserção na assim chamada "Rede Política", composta por grupos de minorias, entidades estudantis, grupo de apoio a lutas populares, partidos, entre outros, atingiu

somente 7,8%. Mas o índice cresce significativamente em direção às “Redes Interpessoais” - família, amigos dentro e fora da universidade - que conta com 89,7% de adesão. Esses dados mostram as atividades políticas distanciadas do cotidiano daqueles estudantes e destacam a importância do espaço das relações interpessoais, indicando, portanto, a necessidade de fortalecimento do espaço do cotidiano como local de construção da cidadania.

Lima (1997) também realizou estudos sobre os universitários da Paraíba, no período de 1993 a 1995, abordando valores, atitudes e participação política. Investigando a estrutura de valores que compõe a sociedade ideal para aqueles universitários, observa a representação de uma sociedade pautada sobre o caráter central dos valores sócio-políticos, éticos, da realização e do bem-estar, e do caráter periférico dos valores econômicos e religiosos. Segundo o autor, a configuração estável, apesar das variações de tempo e população entrevistada, indica uma representação social hegemônica do que seja uma sociedade ideal. O que aparece como diferencial entre indivíduos e grupos é o conjunto de estratégias a serem adotadas para a implementação de tal sociedade, ou seja, as diferenças se passariam no campo das preferências quanto aos meios, no campo das ideologias e práticas políticas. Investigando também as atitudes desses estudantes face ao autoritarismo e à democracia, o autor conclui que elas atuam como mediadoras junto à esfera dos comportamentos políticos, influenciando os índices de participação política e disposição ao voto.

Na pesquisa de Lima (op. cit.) foi investigada, ainda, a influência exercida pela universidade pública sobre as atitudes e comportamentos políticos dos seus estudantes. 52% dos estudantes entrevistados declararam que a universidade contribuiu pouco ou nada para a sua formação política e apenas 15% afirmaram que contribuiu muito. Resultados semelhantes foram encontrados anteriormente por Camino (1996) junto àquela população, indicando um declínio no poder de influência política da instituição.

Já Lhullier (1996, 1998), investigando atitudes face ao autoritarismo entre estudantes universitários, constatou posicionamentos distintos por parte de estudantes da rede pública e privada. Os últimos apresentaram níveis superiores de autoritarismo em relação aos primeiros, sugerindo os resultados da pesquisa que o ambiente mais democrático proporcionado pelas universidades públicas poderia ter alguma influência na formação política de seus estudantes.

Mas o dado que tem sido destacado nessas pesquisas, por sua recorrência, é a relação entre a idade e o posicionamento dos estudantes face ao autoritarismo: quanto mais baixa a faixa etária, maior o nível de autoritarismo. Esse dado é preocupante na medida em que pode estar a indicar uma tendência por parte dos mais jovens a aceitar alternativas autoritárias para a solução dos problemas do país.

Segundo Coelho (1996-97), assistimos hoje a um declínio dos valores da instituição política, em especial à da política tradicional. Em

seu lugar estaria a crescer uma necessidade de vivenciar relações de proximidade, relações de convivência, ou seja, fazer-se-ia presente o exercício da "política enquanto *estar junto*, enquanto socialidade" (p. 159). A convivência com os amigos e a família, mesmo quando se freqüentam ambientes culturais, passa a ser o que se prefere fazer no cotidiano, privilegiando o *querer sentir* ao invés do *projetar, calcular e planejar*, sem a mediação de algum agente da política tradicional. O que tenderia a ser interessante nesse contexto "é o que está a seu redor *imediatamente*, ao alcance da vista e do corpo" (p. 161).

As manifestações que desembocam em questões políticas que surgem por parte de grupos, culturais ou não, tendem a levantar a importância do cotidiano e das emoções como agentes transformadores do social, inventando novas formas de organização política, já que é possível "admitir que a história mudou, mas que nela cabem ainda o indivíduo e suas utopias" (Souza, 1997: 242).

Talvez por aí se delineie a construção de uma nova política, capaz de contemplar o cotidiano e a consciência crítica, sem os antagonismos sofridos até então. Essa nova política não está livre das ambigüidades e contradições que surgem no fazer do dia-a-dia, mas certamente também pode contribuir para a construção de um mundo mais voltado para a elevação do homem em sua genericidade.

Ou, como coloca Krischke,

"Com qualquer nome que a chamemos, 'felicidade', 'auto-realização', ou o que seja, esta nova dimensão da ação pessoal e coletiva não é simplesmente 'subjetiva' ou individualista, mas parte constitutiva da mentalidade e das instituições democráticas,

integrante da cultura cívica que desejamos (e já estamos construindo) na América Latina". (1995: 202)

Diante disso, há que se afirmar que essas práticas não são exclusivas da juventude individualista. É necessário compreender que há *jovens e jovens*. Com isso quero afirmar que, ao falar em juventude, não estou trabalhando com uma categoria fetichizada, ou mesmo com uma noção de "identidade etária". Juventude é, sem dúvida, uma construção sociológica, e sua especificidade depende do contexto sócio-cultural no qual está inserida. Exemplo disso é o movimento hip-hop constituído, prioritariamente, por jovens das camadas populares, com uma forte preocupação social e política.

III SITUANDO A PESQUISA

O Laboratório de Estudos do Comportamento Político da UFSC - LABCOMP - tem desenvolvido diversas pesquisas junto a alunos de graduação nos últimos cinco anos³. Nesses estudos foi focalizada a questão do autoritarismo e tem-se buscado relações entre esse fenômeno e a constituição da identidade, pensamento cotidiano, desenvolvimento moral e, mais recentemente, representações sociais. Nessa trajetória vem se compondo um quadro teórico-metodológico para a abordagem do autoritarismo que tem avançado no sentido de oferecer contribuições originais ao estudo da questão.

Assim, as reflexões de Lhullier levaram à formulação de uma definição do que se entende por autoritarismo e que constitui uma das referências deste trabalho:

“uma dimensão da identidade que integra atitudes, valores, crenças, opiniões e comportamentos, refletindo uma representação do mundo social que naturaliza as relações de poder, a organização hierárquica da sociedade e legitima o uso de instrumentos de coerção e repressão como seus sustentáculos” (Lhullier, 1996b: 39).

Nessa perspectiva, o autoritarismo não é considerado uma “característica de personalidade” nem sequer reduzido a uma atitude ou conjunto de atitudes, mas constitui uma teia representacional que remete à dimensão da ideologia e da cultura.

É importante esclarecer ainda que, diferenciando-se de abordagens tradicionais, as *atitudes* aqui são entendidas como “uma dimensão das representações sociais que se caracteriza por expressar

³ Nesse sentido o Labcomp tem desenvolvido também pesquisas em conjunto com a equipe do Prof. Leôncio Camino, da UFPb.

um posicionamento do sujeito face ao objeto. Tal posicionamento implica em avaliação que engloba tanto elementos cognitivos como afetivos” (Lhullier, 1995:3). Assim, as atitudes autoritárias podem ser consideradas expressões concretas da aplicação daquelas “teorias” às relações sociais.

Em nossa cultura, a hegemonia do modelo hierárquico de organização social faz com que o autoritarismo seja interiorizado no processo de constituição dos sujeitos, fazendo-se presente em todas as identidades aí produzidas. Por isso, a distinção entre indivíduos ou grupos é possível apenas em termos de nível, grau etc. (Lhullier, 1996a). Nesse sentido, trabalhamos sob a premissa de que as pessoas podem ser consideradas como *mais* ou *menos* autoritárias, sendo que a concepção de autoritarismo que orienta essa teorização não o situa no indivíduo *ou* na sociedade mas, sim, no indivíduo *e* na sociedade, bem como na relação dialética entre ambos.

Uma outra referência para este trabalho é o conceito de identidade, sobre o qual tem havido uma produção acadêmica instigante na PUC/SP, principalmente a partir das reflexões de Ciampa (1986), que compreende identidade como metamorfose. Segundo Maheirie (1994), pesquisadora que integra a equipe do LABCOMP, identidade é uma síntese inacabada das relações vividas,

“uma totalização destotalizada e retotalizada para se destotalizar novamente: a identidade é histórico/dialética” (p. 115).

Como produto das relações vividas, expressão singular ou coletiva de um contexto social, a identidade é sempre possibilidade de mudança, e deve ser compreendida dialeticamente, a partir da situação

objetiva na qual se encontra.

A análise da relação entre valores, atitudes e participação dos estudantes frente à política pressupõe, segundo Camino (1996), uma articulação entre aspectos sociológicos e psicológicos do fenômeno político. Para esse autor, os valores, enquanto construtos formados e difundidos no campo das relações intergrupais, colocam-se como elemento essencial tanto na estruturação de sistemas políticos quanto de atitudes e comportamento dos indivíduos. Essa análise psicossociológica destaca a dimensão contextual e coloca todos os valores como relativos, histórica e culturalmente.

Os valores são entendidos aqui também como uma dimensão das representações sociais, e, como colocam Deschamps & Devos, são

“qualidades socialmente desejáveis, que compõem os repertórios representacionais que os indivíduos e grupos produzem nas relações intergrupais e que são determinados nas lutas ideológicas pelo poder” (apud Lima, 1997: 98).

Esses repertórios, relativamente harmônicos e coerentes, orientam o comportamento dos indivíduos e grupos. A orientação se dá não a partir da oposição entre eles, mas da mobilização de um ou outro conjunto, de acordo com a situação ou contexto em que se dá a escolha (Lima, 1997). Ou seja, os valores não necessariamente se opõem entre si, mas, sim, podem conflitar com o comportamento do sujeito ou com suas representações do mundo. Nesse caso, provavelmente o conflito levará à modificação de um desses fatores.

Sandoval (1995) nota que, ao estudar qualquer forma de comportamento político, deve-se prestar atenção às características da ação em termos de condicionantes estruturais (espaços formalizados ou não) e tipos de participação (individual ou coletiva), pois em um empreendimento político encontraremos diversas formas e seqüências de ações, apresentando determinantes diferenciados de acordo com elas. O campo de estudos do comportamento político é entendido, conforme Camino (1995:2), como:

"constituído pela investigação de diversas atividades que os indivíduos desenvolvem em relação à sociedade. Estas atividades tomam diversas formas que incluem desde o ativismo político e as ações coletivas até as ações mais institucionais, como o comportamento eleitoral ou o recurso ao sistema judicial".

Esse referencial teórico tem sido ponto de partida para o desenvolvimento de pesquisas em que o estudo do autoritarismo, ou das relações autoritárias, tem como motivação e norte a perspectiva do avanço da democracia em nossa sociedade.

Neste trabalho, foram investigados, junto a estudantes da UFSC, representações e comportamentos relativos às esferas política e social. Os acessos para essas representações foram as atitudes face ao autoritarismo, suas falas acerca da democracia e da política e os valores para a construção de uma sociedade ideal. Foram registrados também dados acerca de sua participação política e inserção em grupos de caráter informal.

A direção de nossa análise aponta para a articulação de

aspectos subjetivos e contextuais, necessários à compreensão da dinâmica investigada, considerando, portanto, a natureza dialética dos processos de relação social.

3.1 Procedimentos metodológicos

Para estudar o comportamento político dos estudantes de graduação da UFSC, utilizamos basicamente duas fontes de dados empíricos. A primeira constitui-se do Projeto Integrado de Pesquisa “Autoritarismo, desenvolvimento moral e representações sociais”, desenvolvido pelo LABCOMP/UFSC, no período de 1995 a 1997, junto a funcionários públicos, estudantes universitários e secundaristas. Na qualidade de membro da equipe executora do projeto, participei de todas as suas etapas, tendo o relatório final sido aprovado pelo CNPq em 1998 (Proc. 522339/94-8).

Naquela pesquisa, um instrumento (questionário em anexo), contendo 12 questões, foi aplicado pela equipe do LABCOMP em sala de aula, no final do segundo semestre letivo de 1996. Os dados levantados foram registrados - grande parte processados em programa estatístico (SPSS), ficando assim disponíveis para novas investigações.

A nossa segunda fonte de dados constitui-se de entrevistas que foram concedidas por 09 estudantes universitários no segundo semestre letivo de 1997.

Nosso estudo consiste, em parte, em um recorte da pesquisa levada a cabo no LABCOMP, na medida em que analisa as respostas dos estudantes universitários a algumas daquelas questões,

selecionadas de acordo com nossos objetivos. Por outra parte, busca complementá-la, ao recorrer a entrevistas como uma segunda fonte de dados. Dessa forma, o trabalho foi conduzido em duas etapas, uma quantitativa, de exploração dos dados levantados a partir das respostas a questões fechadas, e outra qualitativa, que explorou as respostas a uma questão aberta e às entrevistas.

3.2 População e amostra

A amostra do estudo quantitativo foi composta por 300 sujeitos, todos estudantes de graduação da UFSC. Contempla as três áreas de conhecimento, a saber: Ciências da Vida, Tecnologia e Ciências Exatas e Ciências Humanas, divididas de forma proporcional ao número de alunos matriculados em cada uma delas. Cada área também foi dividida proporcionalmente, entre as primeiras e últimas fases. Os cursos foram sorteados.

A partir dessa amostra foram selecionados 98 sujeitos para realização de uma segunda etapa da pesquisa, em que se exploraram as respostas a uma questão aberta do questionário. A escolha desses sujeitos foi intencional, a partir do critério de classificação quanto ao nível de autoritarismo (níveis I, II e III), sendo que nos interessava trabalhar com sujeitos nos dois níveis antagônicos (nível I e nível III), a fim de estabelecer uma comparação em seu universo representacional. Excluídos aqueles que não responderam à questão, o número ficou reduzido a 66 sujeitos, divididos entre os 2 grupamentos, de 34 e 32 sujeitos, respectivamente.

Dentre estes, 09 sujeitos concordaram em nos conceder uma

entrevista, onde abordamos, de forma não diretiva, as questões norteadoras deste estudo.

3.3 Os instrumentos

a) O questionário

Os estudantes universitários responderam a um instrumento (questionário em anexo) construído por uma equipe de pesquisadores da ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Ensino na Pós-Graduação em Psicologia. O mesmo é constituído de instruções, cabeçalho de dados de identificação, perguntas abertas e fechadas, da Escala "A" e de escalas de valores e de participação. O cabeçalho contém dados sociográficos, universidade, área, curso, ano de ingresso, situação no curso (início ou fim), gênero, idade e situação de trabalho.

A aplicação do questionário foi realizada com a autorização dos coordenadores de cursos e dos professores que cederam horários. O tempo de administração do instrumento foi de no máximo uma hora/aula. Solicitou-se a "colaboração" dos estudantes, deixando-lhes a possibilidade de escolha entre responder ou não à pesquisa. O número dos que não o fizeram foi insignificante.

As perguntas abertas e fechadas do instrumento levantaram dados referentes a atitudes e participação política e social dos estudantes, à sua sociabilidade, à sua prática religiosa, à sua opinião sobre a contribuição da Universidade para a sua formação política e à sua representação de democracia.

A fim de atender aos objetivos deste trabalho, e aos do instrumento acima citado, selecionamos algumas questões norteadoras para nossa análise. A primeira delas (questão n.º 2 do instrumento) constitui-se de uma escala atitudinal para medida de autoritarismo, a escala "A", desenvolvida por Lhullier (1992) e aperfeiçoada em diversos testes (Lhullier, 1994). A escala é composta por 11 itens com 7 opções de resposta (variação de 1 a 7). As respostas "concordo" em relação aos itens da escala expressam atitude autoritária e as respostas "discordo" expressam atitude não autoritária. Uma maior pontuação corresponde a um nível mais alto de autoritarismo e uma menor pontuação a um nível mais baixo. Dessa forma, os sujeitos foram considerados em 3 níveis, a saber:

- I) menos autoritários - escore de 11 a 28
- II) intermediários - de 29 a 49
- III) mais autoritários - de 50 a 77

A segunda questão escolhida para análise é uma escala de valores (questão n.º 1 do instrumento). A escala foi desenvolvida pelo Prof. Leoncio Camino, do Mestrado em Psicologia da UFPb, a partir de versões anteriores (Pereira, Lima e Camino, 1995). Ela é composta por 28 valores, aos quais os estudantes universitários foram solicitados a atribuir uma nota entre 1 e 10, de acordo com a sua importância para "a construção de uma sociedade ideal".

Temos ainda como questões norteadoras as escalas de participação, que visam a medir a intensidade da participação em atividades políticas (questões n.º 3, 4), e em grupos sociais informais

(n.º 6).

Utilizamos, finalmente, a questão aberta (n.º 12), que versa sobre democracia: "O que significa para você um país plenamente democrático?" As respostas foram analisadas buscando os primeiros elementos para o resgate das representações aí envolvidas bem como para a comparação entre os dois grupamentos (menos e mais autoritários).

Como técnica orientadora para analisar o conteúdo da produção discursiva contida nas respostas, baseamo-nos na contagem da frequência com que aparecem os significados atribuídos ao que vem a ser "um país plenamente democrático". Partimos então para a digitação, leitura e releitura das respostas a fim de selecionar as palavras ou expressões que apresentavam significação em relação ao tema proposto e observar a frequência com que as mesmas apareciam. As frequências detectadas apontam-nos a relevância daquelas palavras em termos representacionais (Guimarães, 1997; Sá, 1996).

Em seguida, agrupamos os significados em categorias de significação, criadas a partir de uma aproximação dos mesmos e procedemos a uma nova contagem da frequência.

A fim de comparar os conteúdos surgidos em cada grupo, procedemos à releitura das respostas buscando: a) a presença ou ausência das categorias de significação em um grupo e outro e b) a frequência das categorias de significação em cada um deles.

Finalmente, pela relevância com que alguns termos apareceram no interior dessas categorias, observamos também alguns isoladamente.

Os dados levantados através dessas questões forneceram os elementos iniciais para nossa reflexão, orientando a condução da etapa seguinte, de realização e análise das entrevistas.

b) As entrevistas

Nove sujeitos foram entrevistados, sendo cinco do grupamento de nível I (menos autoritários) e quatro do nível III (mais autoritários). Cada um deles concedeu uma entrevista, com tempo médio de duração de uma hora. As entrevistas foram individuais e conduzidas de forma aberta e semi-dirigida. O conteúdo girou em torno de 5 temas básicos, a saber: fragmentos de história de vida, política, juventude, democracia e perspectivas de futuro. Todas foram gravadas e transcritas. O primeiro passo para a análise foi proceder a uma descrição de cada entrevista. Seguindo uma das técnicas exploratórias de análise de conteúdo, indicada por Bardin (1994), o discurso dos entrevistados foi organizado por temas e, a seguir, procurei comparar os conteúdos encontrados no discurso dos dois grupamentos, mais e menos autoritários.

IV ATITUDES FACE AO AUTORITARISMO, VALORES, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, INSERÇÃO SOCIAL E OS CONTEÚDOS DA DEMOCRACIA

Primeiramente, apresento uma descrição das características gerais dos universitários que compuseram esta amostra, seguida dos resultados que foram obtidos através da Escala A, da Escala de Valores, Escalas de Participação Política e de Inserção Social em grupos informais. Pretendo também apresentar alguns cruzamentos de dados que nos permitam observar relações entre eles.

4.1 Descrição da Amostra

Em relação à área de estudos, os estudantes universitários se distribuíram conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos estudantes por área de estudo

Áreas de conhecimento	Freqüência	%
Ciências da Vida	59	19,7
Ciências Exatas e Tecnologia	98	32,6
Ciências Humanas	143	47,7
Total	300	100,0

A amostra de estudantes universitários foi estratificada previamente de acordo com a situação dos alunos no curso - início ou fim -, respeitando-se a proporcionalidade, concentrando-se, dessa forma, 67,3% nas fases iniciais e 32,7% nas finais (tab. 2). Os cursos foram escolhidos aleatoriamente, por sorteio.

Tabela 2- Distribuição dos estudantes por situação no curso

Situação	Frequência	%
Início	202	67,3
Fim	98	32,7
Total	300	100,0

Com relação à situação de trabalho, a maioria dos estudantes que responderam à questão não trabalhava na ocasião da pesquisa, como pode ser visto na tabela 3.

Tabela 3- Distribuição dos estudantes de acordo com a sua situação de trabalho

Trabalha?	Frequência	%
Não responderam	33	11,1
Sim	119	39,6
Não	148	49,3
Total	300	100,0

Observa-se na tabela seguinte a distribuição percentual da amostra por faixa etária. Verifica-se que 53,4 % dos universitários tinham menos de 21 anos, 37,5% de 22 a 30 anos, e apenas 9,1% de 31 a 55 anos.

Tabela 4 - Distribuição dos Estudantes por faixa etária

Faixa etária (em anos)	Frequência	%
De 16 a 21	158	53,4
De 22 a 30	113	37,5
De 31 a 55	29	9,1
Total	300	100,0

Na tabela abaixo observa-se a distribuição percentual da amostra por gênero. Verifica-se que entre estes universitários 51,3 % são do gênero masculino, 45,3% do gênero feminino, sendo que 3,4% não responderam.

Tabela 5 - Distribuição dos Estudantes por Gênero

Gênero	Frequência	%
Não responderam	10	3,4
Feminino	136	45,3
Masculino	154	51,3
Total	300	100,0

4.2 Desempenho na Escala "A"

Dos 300 universitários que responderam à escala, 59 (19,7%) apresentaram escores iguais ou abaixo de 28 pontos (menos autoritários), 202 (67,3%) atingiram o nível intermediário e 39 (13 %) ficaram acima de 50 pontos (mais autoritários).

Tabela 6 - Frequência por Nível de Autoritarismo

Nível de Autoritarismo	Frequência	%
Menos Autoritário	59	19,7
Intermediário	202	67,3
Mais Autoritário	39	13,0
Total	300	100,0

Para analisar melhor a Escala de Autoritarismo, foi realizada

uma Análise Fatorial, um método estatístico que agrupa itens por critério de semelhança, de forma a demonstrar se há tendência à adoção de conjuntos de atitudes ou idéias. Assim, foram observados 4 agrupamentos de itens ou fatores, aos quais denominamos:

1) Tendência à naturalização, formado por itens que demonstram a tendência à naturalização das relações de dominação;

2) Fator Ordem e Punição, que se caracteriza por aglutinar elementos de caráter punitivo, como o linchamento e a pena de morte, e a valorização da Ordem representada pelo poder militar;

3) Fator Ditadura, que é composto por itens que trazem à tona representações acerca da ditadura como meio de organizar a sociedade; e

4) Fator Concentração de Poder, formado por itens que trazem um discurso da solução dos problemas através das mãos de poucos, que detêm o “saber” e/ou a “autoridade”.

Tabela 7 - Análise Fatorial da escala "A"

Escala de Autoritarismo	Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
la história da humanidade sempre houve e sempre haverá uma minoria que manda e uma maioria que obedece, porque essa é a ordem natural das coisas	.66	-	-	-
Para que um chefe seja respeitado por seus subordinados, é necessário que seja pelo menos um pouco autoritário	.63	-	-	-
O desejo de impor a própria vontade sobre os outros faz parte da natureza humana	.58	-	--	-
A obediência é um valor fundamental na organização de uma Sociedade	.49	-	-	-
O linchamento é uma forma de fazer justiça, quando os criminosos não recebem a punição que merecem	-	.83	-	-
A implantação da pena de morte no Brasil é uma necessidade para resolver definitivamente os problemas de segurança e criminalidade	-	.71	-	-
A volta dos militares ao poder é a única forma de salvar o país do caos em que está	-	.50	.56	-
É preferível uma ditadura competente a uma democracia frágil	-	-	.73	-
Se o governo der muita liberdade aos sindicatos e partidos políticos o país vira uma bagunça	-	-	.58	-
O Brasil ainda não conseguiu resolver seus problemas porque não teve um Presidente que não se deixe influenciar pelos partidos e outros grupos políticos	-	-	-	.79
O direito de voto deveria ser concedido apenas às pessoas que têm condições de votar conscientemente	-	-	-	.54
GENVALUE	2,67	1,28	1,09	1,05

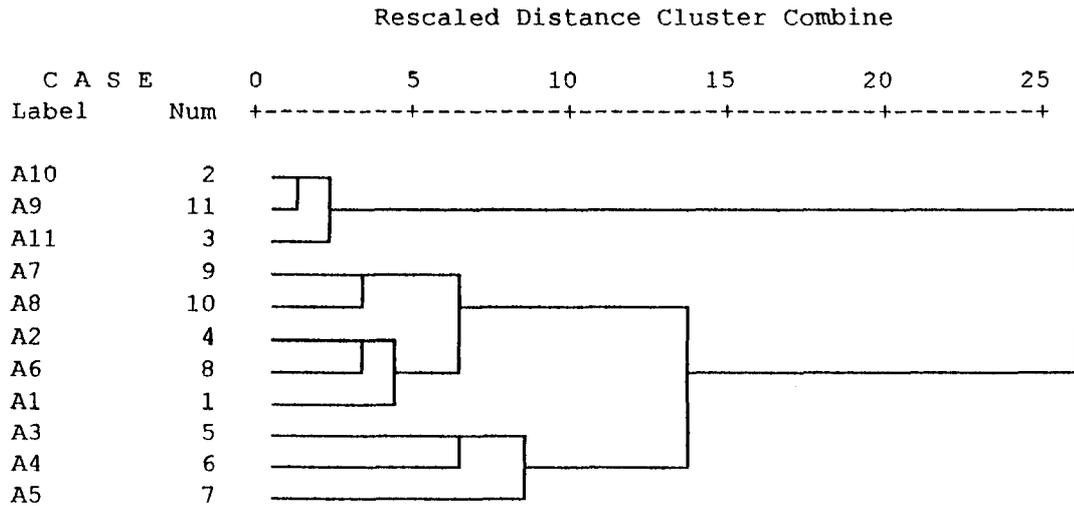
Índice de saturação adotado > .45

Para ratificar o resultado da Análise Fatorial e tentar detalhar a interação entre esses fatores, foi usada a técnica estatística *HCA* (Hierarchical Cluster Analysis). A *HCA* permite perceber as interrelações entre os itens abordados pelo pesquisador, sugerindo oposições entre os fatores, sendo estas medidas pelo grau de distância entre eles. Quanto maior a distância entre os fatores, maior a oposição. Com essa técnica foi verificado o mesmo resultado da AF, indicando, além disso, um maior distanciamento do Fator 2 (Ordem e punição) em relação aos demais, ou seja, supõe uma especificidade, uma radicalização em termos de atitudes autoritárias, que apesar de estar interligada às demais, não constitui uma relação necessária das demais para com ela.

Pode-se então observar, na figura abaixo, a distribuição dos quatro fatores e a oposição, ou maior distanciamento, entre dois grupos: o primeiro, formado pelo Fator Ordem e Punição; e o segundo, formado pelos demais fatores (Tendência à naturalização, Ditadura e Concentração de Poder).

Figura 1 - Hierarquical Cluster Analysis da Escala A

Dendrogram using Ward Method



Para entender melhor algumas questões referentes ao Autoritarismo, foram feitos testes do tipo Kruskal-Wallis entre os Fatores da Escala A e as variáveis sócio-demográficas procurando relações significativas. Como resultado, pudemos observar, conforme está colocado na tabela abaixo, que os estudantes do sexo masculino apresentaram maior adesão ao Fator 1: "Tendência à naturalização das relações de dominação".

Tabela 8 - Tendência à naturalização das relações de dominação por gênero

Gênero	Freqüência	Média de adesão a F1
Feminino	136	131,68
Masculino	154	157,70
Total	300	
	$p < .00$	gl = 1

A relação significativa encontrada entre a variável gênero e este sistema indica que os sujeitos do sexo masculino demonstraram maior propensão a interiorizar a idéia de naturalidade das relações de dominação. Dado semelhante foi observado por Lhulier (1998), que usando o mesmo instrumento junto a estudantes universitários da rede pública e privada, observou-se que os homens apresentavam maior adesão a atitudes de “dominação/submissão”, percebendo essas relações como “naturais”. Certamente a naturalização das relações de dominação não é prerrogativa masculina, e nem é nosso objetivo aqui fazer uma incursão pelas questões de gênero. No entanto, este dado vale ser destacado primeiramente como exemplo de representação de longa permanência, compreensível num contexto de reprodução ideológica da estrutura social. Em segundo lugar, como um elemento importante a ser considerado na formação das novas gerações e na perspectiva de construção de relações mais democráticas.

4.3 Escala de Valores

Para analisar o Sistema de Valores dos estudantes universitários foi realizada uma Análise Fatorial, a partir da qual emergiram 6 fatores aos quais denominamos:

1) Fator Realização Social:

Composto por valores como honestidade, igualdade, justiça, liberdade, alegria, cooperação, etc.;

2) Fator Profissional:

Que une valores relacionados à formação profissional;

3) Fator Religioso/autoritário:

Que aglutina valores de ordem religiosa e itens que caracterizam uma representação de sociedade pautada na obediência, hierarquia, autoridade e tradição;

4) Fator Sócio-Econômico:

Formado pelos valores riqueza, lucro e status;

5) Fator Prazer

6) Fator Amor⁴.

⁴ Os valores prazer e amor não apareceram incluídos em outros fatores, de forma que constituíram fatores independentes.

Tabela 9 - Análise Fatorial da Escala de Valores

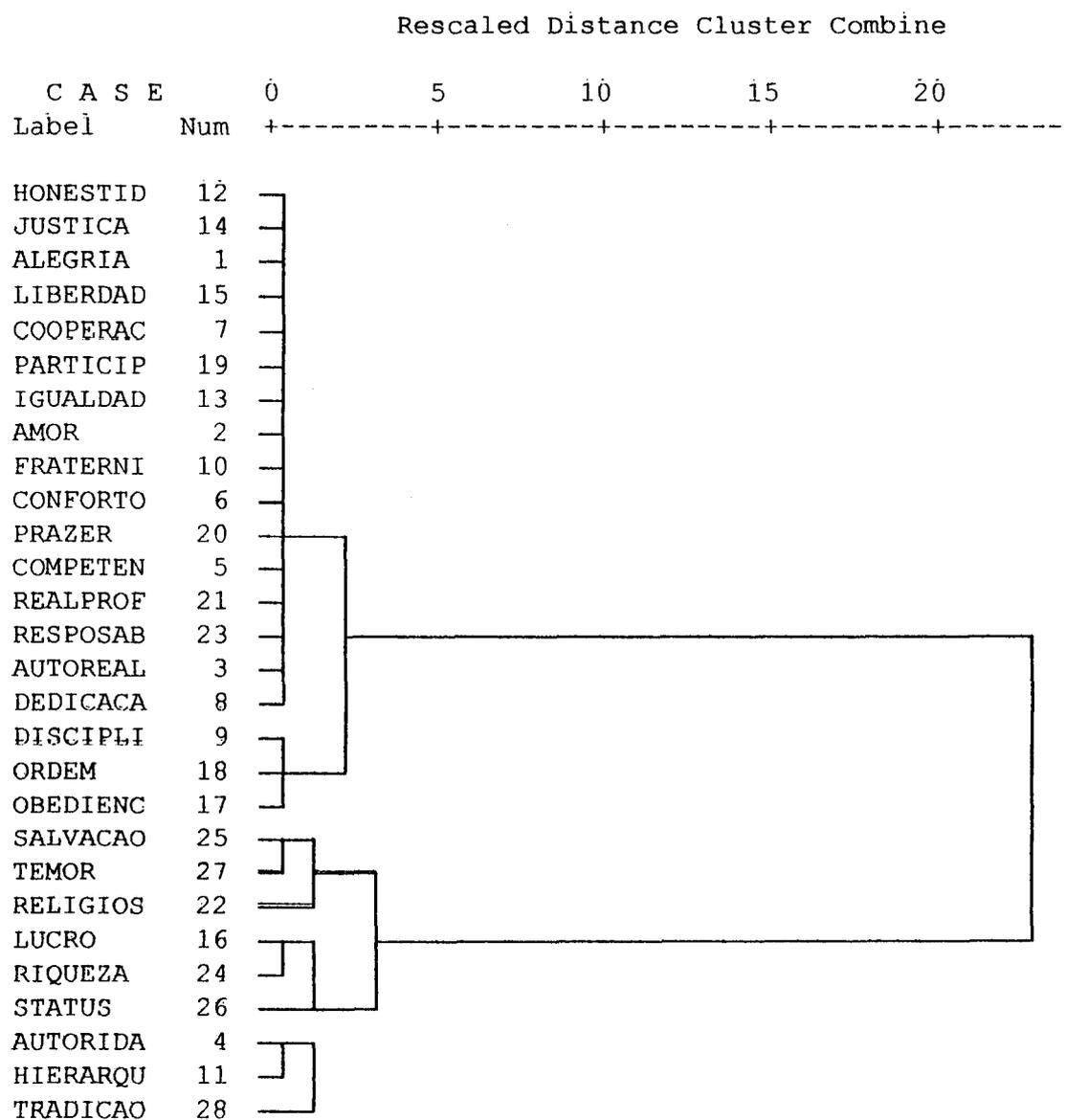
Escala de valores	Fator Realização Social	Fator Profissional	Fator Religioso/Autoritário	Fator Sócio-Econômico	Fator Prazer	Fator Amor
Igualdade	.74	-	-	-	-	-
Honestidade	.73	-	-	-	-	-
Cooperação	.72	-	-	-	-	-
Alegria	.71	-	-	-	-	-
Liberdade	.71	-	-	-	-	-
Conforto	.63	-	-	-	-	-
Participação	.63	-	-	-	-	-
Justiça	.63	-	-	-	-	-
Competência	-	.74	-	-	-	-
Realização Profissional	-	.72	-	-	-	-
Responsabilidade	-	.72	-	-	-	-
Dedicação ao Trabalho	-	.70	-	-	-	-
Ordem	-	.68	-	-	-	-
Disciplina	-	.63	-	-	-	-
Temor a Deus	-	-	.83	-	-	-
Salvação da alma	-	-	.82	-	-	-
Religiosidade	-	-	.76	-	-	-
Hierarquia	-	-	.58	-	-	-
Autoridade	-	-	.57	-	-	-
Tradição	-	-	.52	-	-	-
Obediência	-	-	.51	-	-	-
Riqueza	-	-	-	.80	-	-
Status	-	-	-	.80	-	-
Lucro	-	-	-	.80	-	-
Prazer	-	-	-	-	.73	-
Amor	-	-	-	-	-	.60
EINGENVALUE	9.22	3.44	1.78	1.61	1.09	1.01

Índice de saturação adotado > .45

Realizando uma *HCA* também com os Sistemas de Valores, pode-se observar, conforme figura abaixo, a formação dos 6 Fatores e a oposição de basicamente dois grupos: o primeiro formado pelos fatores *Realização Social e Profissional, Prazer e Amor*, e o segundo, pelos fatores *Sócio-econômico e Religioso/autoritário*. Essa oposição indica a existência de uma tendência em termos de adoção de valores: os sujeitos que elegem o primeiro grupo de valores tendem a não valorizar, ou valorizar pouco, o segundo. Esta mesma tendência foi observada também por Lima (1997) junto a universitários da Paraíba, bem como por Lhullier (1998) junto a universitários de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Figura 2 - Hierarquical Cluster Analysis do Sistema de Valores

Dendrogram using Ward Method

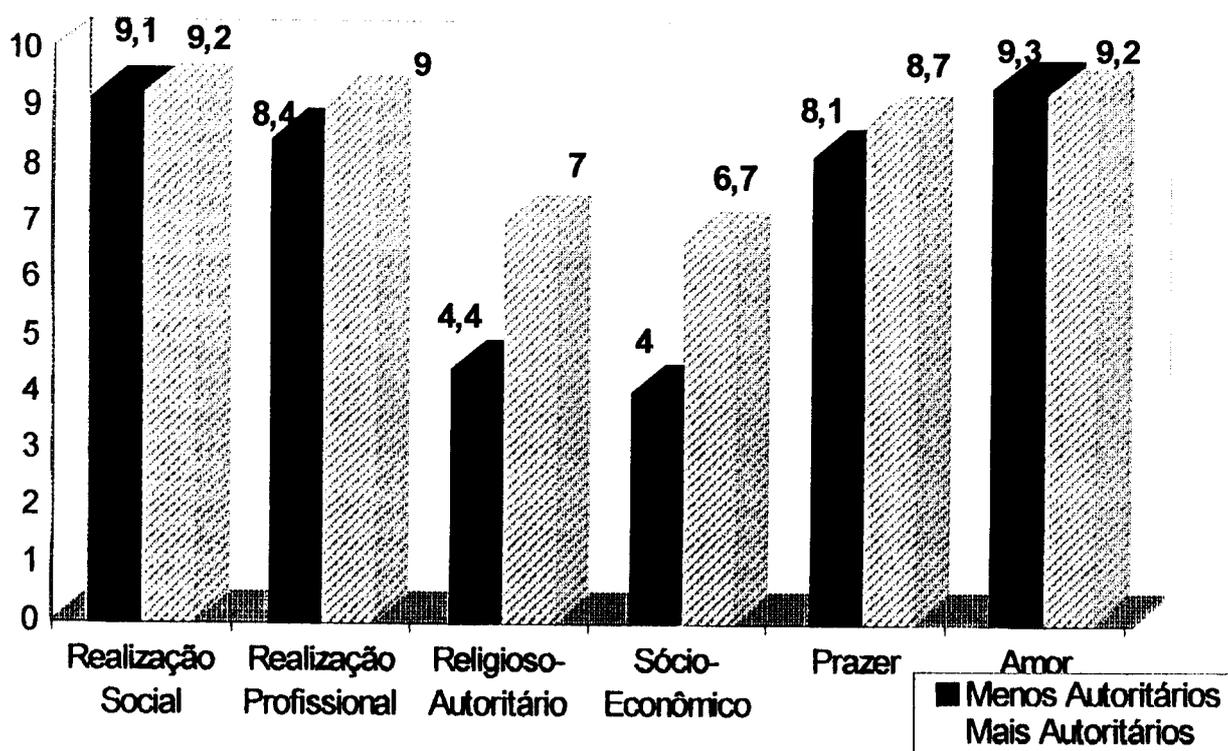


Tomando-se os níveis de autoritarismo antagônicos (I e III) e relacionando-os com os sistemas de valores, pode-se observar, no gráfico a seguir, que há uma maior adesão por parte dos sujeitos mais autoritários a cada um deles. Destacam-se as diferenças relativas aos

sistemas Religioso/autoritário e Sócio-econômico, que alcançam níveis de adesão significativamente maiores entre os mais autoritários.

Gráfico 1 - Nível de Autoritarismo e adesão a valores

Gráfico da Adesão aos Sistemas de Valores



Para que se possa observar a adesão a cada valor, isoladamente, e comparar os dois níveis de autoritarismo antagônicos (I e III), apresentamos abaixo os valores em ordem hierárquica, de acordo com a pontuação média atribuída a eles. Aqui podemos ver de forma mais detalhada que embora os valores relativos aos fatores Religioso-autoritário e Sócio-econômico tenham obtido menor pontuação que os demais, por parte dos dois grupamentos, a diferença entre as médias de adesão são significativamente maiores entre os mais autoritários. Esse dado indica, portanto, que a maior

adesão a esses sistemas de valores pode ser um elemento preditor de atitudes positivas face ao autoritarismo.

Tabela 10 - Valores X Nível de autoritarismo

Nível I (menos autoritários)			Nível III (mais autoritários)	
Ordem	Valores	Média	Valores	Média
01	Honestidade	9.72	Honestidade	9.82
02	Justiça	9.52	Justiça	9.69
03	Responsabilidade	9.37	Alegria	9.64
04	Amor	9.33	Liberdade	9.33
05	Igualdade	9.30	Competência	9.28
06	Liberdade	9.22	Amor	9.23
07	Cooperação	9.20	Responsabilidade	9.20
08	Realização profissional	9.20	Realização profissional	9.20
09	Auto-realização	9.10	Igualdade	9.17
10	Participação	8.96	Ordem	9.00
11	Alegria	8.89	Autorealização	8.97
12	Fraternidade	8.77	Cooperação	8.97
13	Competência	8.69	Participação	8.92
14	Dedicação	8.35	Fraternidade	8.84
15	Conforto	8.15	Conforto	8.79
16	Prazer	8.13	Dedicação	8.76
17	Ordem	7.83	Prazer	8.76
18	Disciplina	7.13	Disciplina	8.69
19	Obediência	6.00	Obediência	8.00
20	Tradição	4.79	Religiosidade	7.35
21	Riqueza	4.71	Autoridade	7.23
22	Religiosidade	4.64	Riqueza	7.20
23	Lucro	4.47	Tradição	7.17
24	Autoridade	4.08	Temor a Deus	7.15
25	Temor a Deus	4.01	Lucro	6.64
26	Salvação da alma	3.94	Salvação da alma	6.46
27	Hierarquia	3.66	Status	6.30
28	Status	2.96	Hierarquia	5.94

Investigando as possíveis relações entre os sistemas de valores e as variáveis sócio-demográficas, observamos que quanto mais alta a faixa etária, maior adesão ao sistema de Realização Social. É o que vemos na tabela abaixo:

Tabela 11 - Adesão ao sistema "Realização Social" por faixa etária

Faixa etária (em anos)	Média de adesão	Freqüência
De 16 a 21	137,08	59
De 22 a 30	159,33	202
De 31 a 55	170,83	39
Total		300
gl = 2		p < .03

Também foi observado que os sujeitos do sexo feminino demonstraram maior adesão ao sistema da Realização Social bem como ao sistema composto pelo valor Amor, conforme está colocado nas tabelas 12 E 13:

Tabela 12 - Adesão ao sistema de "Realização Social" por gênero

Gênero	Média de adesão	Freqüência
Feminino	161,00	136
Masculino	131,81	154
Total		300
gl = 1		p < .00

Tabela 13 - Adesão ao sistema “Amor” por gênero

Gênero	Média de adesão	Frequência
Feminino	155,00	136
Masculino	137,02	154
Total		300
gl = 1		p <.02

Esse resultado vem ao encontro do que foi observado por Lhullier (1998), ou seja, que as mulheres demonstraram maior adesão ao fator de “Realização Social” e, além deste, ao de “Realização Profissional”.

4.4 Participação Política

As questões referentes à participação política foram apresentadas sob a forma de escalas, com itens relativos à intensidade da participação dos estudantes em organizações políticas e sociais. Foi pesquisada também a disposição dos estudantes ao voto, caso não fosse obrigatório.

Através de duas escalas (questões 3 e 4 do instrumento) procuramos medir a intensidade da participação política dos estudantes em diversas instâncias. Nas tabelas 14 e 15, abaixo, podemos observar que a maioria dos estudantes declarou participar em atividades reivindicatórias. Já em relação a movimentos organizados, com caráter institucional, a maioria declarou pouca ou nenhuma participação. O cruzamento das variáveis *nível de participação* - tanto em atividades reivindicatórias como em organizações políticas - e *nível de autoritarismo* não permitiu observar

nenhuma relação significativa.

**Tabela 14 - Participação em atividades reivindicatórias
(movimento pró-impeachment, greves, campanhas, protestos,
etc.)**

Nível de participação	Freqüência	%
Pouca ou Nenhuma	118	39,3
Média	143	47,7
Muita	39	13,0
Total	300	100,0

**Tabela 15 - Participação em organizações políticas
(movimento estudantil, ecológico, partidos políticos, grupos
assistenciais, etc.)**

Nível de participação	Freqüência	%
Pouca ou Nenhuma	171	63,7
Média	86	33,7
Muita	43	2,6
Total	300	100,0

Buscamos também possíveis relações entre os níveis de participação e as variáveis *sócio-demográficas*, onde verificamos que quanto maior a faixa etária dos estudantes, maior sua participação, tanto em movimentos reivindicatórios como em organizações políticas:

Tabela 16 - Participação em atividades reivindicatórias por faixa etária

Faixa etária (em anos)	Frequência	Média de adesão
Até 21	158	131,5
De 22 a 30	111	165,0
De 31 a 55	27	179,6
	p <.00	gl = 2

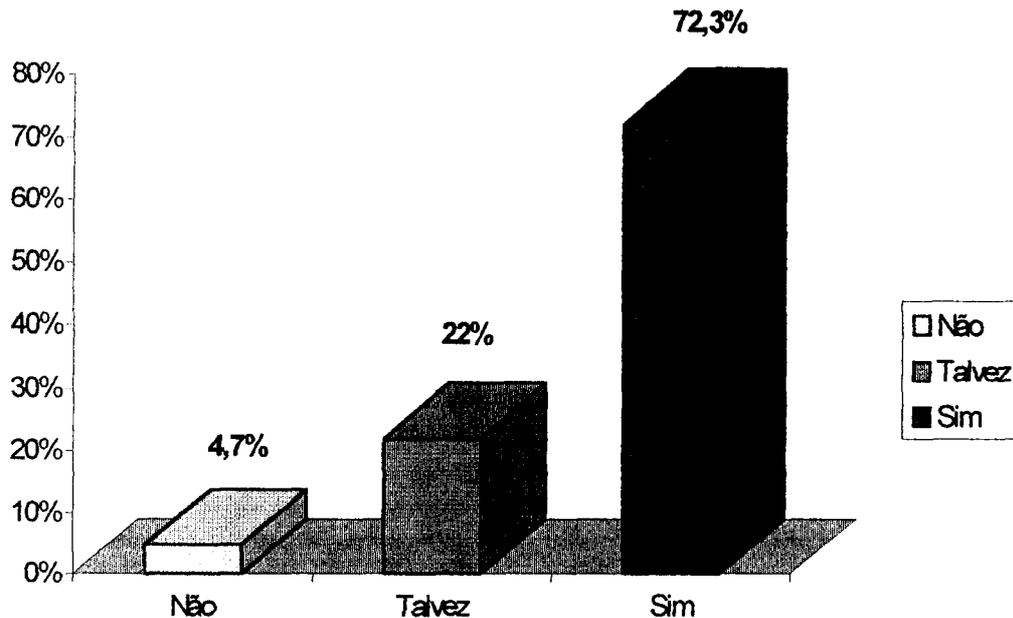
Tabela 17 - Participação em organizações políticas por faixa etária

Faixa etária (em anos)	Frequência	Média de adesão
Até 21	158	136,1
De 22 a 30	111	158,9
De 31 a 55	27	178,0
	p <.05	gl = 2

Diante da questão **“Se o voto não fosse obrigatório, você votaria?”** (n.º 7 do instrumento), 72,3% dos estudantes respondeu que sim, 22% respondeu que talvez e apenas 4,7% que não. É o que está representado no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Disposição ao Voto

Gráfico da Disposição ao Voto



Esses resultados coincidem com os obtidos por Lima (1997), de forma que, em ambos os casos, mais de 70% dos entrevistados declararam que votariam ainda que o voto não fosse obrigatório.

Com a finalidade de investigar o nível preditivo dos conjuntos de variáveis observadas (sócio-demográficas, valores, participação) face ao autoritarismo, realizamos uma análise de regressão. O resultado pode ser observado na tabela abaixo, e indica que a adesão aos sistemas de valores Religioso-autoritário e Sócio-econômico, bem como a participação em organizações políticas, estão relacionados de forma significativa ao posicionamento destes estudantes. Ou seja, quanto maior a adesão àqueles sistemas, bem como quanto maior a participação em organizações políticas, maior a tendência a atitudes

positivas face ao autoritarismo.

Tabela 18 - Regressão Múltipla utilizando como variáveis antecedentes os sistemas de valores, índices sócio-demográficos e participação política para predizer o posicionamento dos estudantes da UFSC frente ao Autoritarismo

Conj. de Preditores	Coeficiente de Regressão	Variância Explicada	Coeficiente de Correlação	Teste T	Nível de Signif.
<u>Sócio-demográficos</u>					
Gênero	-	-	.01	.254	ns
Idade	-	-	-.03	-.541	ns
Renda	-	-	.00	.004	ns
Trabalho	-	-	-.06	-1.122	ns
Situação	-	-	.03	.584	ns
Religião	-	-	.07	1.227	ns
<u>Sistemas de Valores</u>					
Realização Social	-	-	-.08	-1.507	ns
Realização Profissional	-	-	-.04	-.793	ns
Religioso-autoritário	.22	5.1%	.00	3.912	.000
Sócio-Econômico	.25	6.2%	.00	4.342	.000
Prazer	-	-	.00	.165	ns
Amor	-	-	-.10	-1.863	ns
<u>Atitudes Políticas</u>					
Disposição ao Voto	-	-	-.09	-1.694	ns
Participação em Org. Políticas	.12	1.4%	.14	2.290	.022
Participação Ativista	-	-	.05	.982	ns

4.5 Inserção Social

Com relação à frequência a grupos informais, os estudantes declararam os seguintes níveis de integração:

Tabela 19 - Níveis de integração a grupos informais

Grupos	Não Frequente	Pouca Integração	Média Integração	Integração total
Família	4,3 %	2,3 %	24,7 %	67,0 %
Estudo	20 %	26,3 %	37,7 %	13,3 %
Amigos da universidade	9,3 %	20,3 %	40,0 %	29,3 %
Amigos fora da universidade	5,7 %	10,7 %	40,3 %	41,0 %
Atividades artísticas: música, teatro, coral etc.	62,7 %	17,7 %	11 %	4,7 %
Atividades religiosas	67,0 %	17 %	8,7 %	4,7 %
Colegas de trabalho	44,3 %	15,3%	24,3 %	12,5 %
Auto-ajuda	83,7 %	8 %	2,7%	2 %
Desportivos e recreativos	32,3 %	21,7 %	28,7 %	15 %

Podemos observar que os grupos que contam com uma maior adesão são os da família, amigos de dentro e de fora da universidade, e grupos de estudo. Já os grupos de auto ajuda, atividades artísticas, colegas de trabalho e de atividades religiosas configuram-se como os de menor adesão por parte desses universitários. Notamos ainda que a integração em grupos desportivos e recreativos mostrou-se bastante baixa. Quanto ao grupo colegas de trabalho o índice deve ser relativizado na medida em que mais da metade dos estudantes declarou não trabalhar.

Através de uma Análise Fatorial, buscamos identificar que possíveis redes sociais se formam a partir da inserção desses sujeitos, e, dessa forma, chegamos a três fatores que apontam a tendência à

integração em certos conjuntos de atividades sociais, independente do nível de freqüência aos mesmos. Os fatores formados foram:

1) **Lazer/Cultura:** composto pelos grupos de amigos fora da universidade, grupos de atividades artísticas e grupos desportivos e recreativos;

2) **Família e Pares:** composto por família, grupos de estudo e de amigos da universidade; e

3) **Profissional e Apoio:** composto por grupos de atividades religiosas, colegas de trabalho e grupos de auto-ajuda.

Tabela 21 - Análise Fatorial da inserção dos estudantes em grupos informais

Escala de Inserção Social	Família e Pares	Lazer e Cultura	Profissional e Apoio
Amigos da Universidade	.71		
Grupos de Estudo	.70		
Família	.64		
Grupos desportivos e recreativos		.72	
Grupo de atividades artísticas		.67	
Amigos de fora da Universidade		.65	
Grupo de atividades religiosas			.69
Colegas de trabalho			.68
Grupos de auto-ajuda			.66
EINGEVALUE	2,19	1,40	1,05

Índice de saturação adotado > .45

Observamos, assim, a existência de três redes bem definidas, que podem se entrecruzar em determinados momentos bem como

estabelecer ligações com outros grupos de âmbito mais formal.

Comentários:

A grande maioria (67,3%) dos universitários pesquisados demonstrou, de acordo com o critério aqui adotado, um nível intermediário de atitudes autoritárias. Entre os demais (32,7%) posicionaram-se favoravelmente frente ao autoritarismo 13% da amostra. A investigação realizada sugere que os sujeitos mais autoritários diferem dos menos autoritários não só no que diz respeito a atitudes face ao autoritarismo, mas também a valores. Como as atitudes e valores são compreendidos como dimensões das representações sociais, esses resultados nos indicam os primeiros contornos desse complexo fenômeno psicossocial, e, nesse caso, apontam distintas visões de sociedade ideal. Dessa forma, pôde-se observar que para os sujeitos menos autoritários a sociedade ideal é aquela fundada, prioritariamente, em valores de realização social e profissional, nos valores amor e prazer. Os valores ligados aos sistemas religioso-autoritário e sócio-econômico não obtiveram grande adesão junto a esses sujeitos (médias de 4,4 e 4%), ocupando os últimos lugares na hierarquia.

Já entre os sujeitos mais autoritários, é possível perceber que a sociedade ideal mescla todos esses valores de forma praticamente homogênea, pois nesse grupo adquirem um status bastante semelhante (médias de adesão 7 e 6,7%). Assim, vimos destacada a valorização da *Ordem* (em décimo lugar na hierarquia), colocando-a como mais importante que valores como participação, cooperação,

fraternidade, auto-realização, prazer etc.

Foi possível observar, ainda, que São os mais avançados em idade, bem como as mulheres, os que mais aderem aos valores de Realização social. O valor Amor também ganha maior adesão entre as mulheres. Não sabemos, no entanto, se esta adesão, bem como a resistência a ela por parte dos sujeitos do sexo masculino, é devida conotação romântica que esse termo costuma carregar. Isso nos chamou a atenção para o fato de que poderia ser interessante acrescentar à Escala "V" uma definição de cada valor, a fim de que sujeitos e pesquisadores possam ter uma noção mais precisa, ou mais consensual, dos conceitos com os quais se está trabalhando.

Esses resultados lançam alguma luz sobre a realidade estudada, tanto na medida em que acrescentam algo de novo como na medida em que corroboram dados levantados em pesquisas anteriores. Nesse sentido, realizamos algumas comparações com duas pesquisas recentes que utilizaram os, mesmos instrumentos junto a estudantes universitários:

Autoritarismo e Valores entre os estudantes universitários

A oposição entre, por um lado, valores de "*Realização Social*" e "*Profissional*", e, por outro, valores do sistema "*Sócio-econômico*" e "*Religioso-autoritário*", indicando que há uma tendência por parte dos sujeitos que elegem o primeiro grupo, a não valorizar, ou valorizar pouco, o segundo, também foi observada em estudantes universitários tanto por Lima (1997) como por Lhulier (1990). Esse dado pode talvez ser mais facilmente observado na tabela de hierarquização dos

valores, em que eles se mostram particularmente verdadeiro entre os sujeitos menos autoritários, que são maioria em relação ao grupo antagônico. Já entre os mais autoritários, observamos que todos os sistemas de valores possuem o mesmo status. Logo, a maior adesão aos sistemas "Religioso/autoritário e "Sócio-econômico" estaria indicando que esse pode ser um elemento preditor de atitudes positivas face ao autoritarismo. Essa hipótese foi confirmada pela *Análise de regressão* que indicou a existência de relação entre essa variável e a atitude face ao autoritarismo.

No que diz respeito as relações entre idade e atitude face ao autoritarismo, os resultados aqui obtidos não confirmam os observados anteriormente por Lhullier (1996b,1998), mas também não permitem refutá-los. Nesse último estudo, utilizando os mesmos instrumentos, junto a uma população de 497 universitários, foi identificada uma relação em que, quanto mais baixa a faixa etária, maior o nível de autoritarismo, com quase 40% de adesão. A mesma faixa etária (até 21 anos) também apresentava maior adesão ao sistema de valores "Econômico". Os dados aqui analisados não permitem estabelecer relação entre idade e autoritarismo, porém confirma uma maior adesão dos mais autoritários a valores do "Sistema Econômico".

Podemos afirmar, no entanto, outra relação entre idade e valores, que diz respeito ao sistema "Realização social": quanto mais avançados em idade, maior a adesão àqueles valores. Se considerarmos que esse sistema "se opõe" ao *Econômico* (que encontra maior adesão entre os mais autoritários), isso pode estar a indicar que devemos continuar explorando hipóteses relativas à idade

e autoritarismo, pois estas seguem como motivo de preocupação, devido à possibilidade de uma tendência a posturas autoritárias entre os mais jovens.

Participação Política e Inserção Social

Foram observados baixos índices de participação sobretudo em organizações políticas. Os movimentos reivindicatórios ganham maior adesão junto a esses estudantes, o que coincide com dados levantados em outras pesquisas junto a estudantes universitários e também com a tendência que vem sendo apontada com frequência na literatura pertinente, conforme colocado anteriormente.

A busca de relações entre atitudes autoritárias e as demais variáveis investigadas revelou que a participação em organizações políticas está relacionada às atitudes autoritárias dos estudantes. Através da mesma técnica, Lima (1997) observou que quatro variáveis estavam afetando o posicionamento dos estudantes da UFPB frente ao autoritarismo: a) uma menor idade; b) a adesão a sistema de valores sócio-econômicos; c) a baixa disposição a voto; e d) pouca ou nenhuma participação em organizações políticas. Comparando com os resultados por nós obtidos, observamos a coincidência no que diz respeito ao sistema de valores sócio-econômicos. Já em relação à participação política o resultado por nós encontrado foi o oposto. Esse resultado contraditório talvez possa ser compreendido a partir de diferenças advindas de contextos regionais, que precisariam ser investigadas. De qualquer forma, levando em consideração o perfil

das organizações políticas as quais o instrumento faz referência (partidos políticos, movimentos estudantil e ecológico, grupos assistenciais etc.), acreditamos que o resultado por nós encontrado não é incoerente. Estas organizações, de maneira geral, mantêm um estilo tradicional de fazer política, estão estruturadas de forma hierárquica e burocratizada, e talvez por isso não favoreçam a atração de sujeitos dispostos a práticas mais inovadoras no campo da política.

A relação entre idade e participação política indicou que quanto maior a faixa etária, maior a disposição ao engajamento, seja em atividades reivindicatórias ou em organizações políticas. Esse resultado corrobora os obtidos por Lima (1997), que observou que os estudantes mais velhos tendem a participar mais em organizações políticas, lutas populares e movimentos de minorias. Cabe citar que, naquele estudo, o autor identificou também entre os mais velhos uma maior adesão ao valor "Justiça". E são eles ainda que mais aderem aos valores de Realização Social, como vimos anteriormente. É provável que esses sujeitos já estejam no mercado de trabalho ou lutando por espaço nele, vivenciando situações que lhes exigem mais pronunciamentos, posicionamentos e, talvez, engajamentos.

Quanto ao engajamento em grupos informais, destaca-se, primeiramente, o baixo índice de inserção em atividades artísticas bem como em grupos desportivos e recreativos. Batista Neto (1990), que observou dado semelhante em pesquisa junto a adolescentes de Santa Catarina, sugere que esse dado pode estar ligado diretamente falta de oferta de espaços públicos destinados a este fim, ou seja, falta de uma política destinada ao desenvolvimento integral da juventude, ao menos neste Estado.

O levantamento acerca da inserção social dos universitários revelou a existência de três redes de grupos informais. A constituição dessas redes desenha o perfil da sociabilidade destes jovens e vem ao encontro das análises que colocam que a universidade hoje já não se constitui em locus para os estudantes (Mische,1997; ABRAMO, 1997). Assim, vemos que o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer ligam-se a grupos de amigos fora da universidade, sendo este o grupo que conta com a maior e mais intensa integração depois da família.

Os índices de participação política e de inserção social desses estudantes apontam uma baixa inserção dos estudantes no que poderíamos chamar de "rede política", mas essa inserção cresce significativamente quando se passa ao campo das "redes de relações interpessoais".

Se por um lado esses dados indicam que o espaço tradicional da política já não conta com a inserção dos universitários, nos apontam, por outro, que há espaços de sociabilidade ainda pouco ou nada explorados, onde a política talvez encontre novas formas de manifestação.

4.6 Os conteúdos da Democracia

Neste estudo comparamos o conteúdo discursivo resgatado nas respostas dos sujeitos menos e mais autoritários à questão aberta: **O que significa para você um país plenamente democrático?**

Por se tratarem de respostas escritas, dadas sem maior interferência do pesquisador além da própria aplicação do instrumento, a grande maioria é bastante concisa e superficial, mas possibilitaram algumas inferências a partir da relação com os níveis de autoritarismo, trazendo-nos, assim, sugestões para a reflexão.

Observando as palavras ou expressões significativas e a frequência com que apareceram em cada grupamento, obtivemos os seguintes quadros:

Quadro 1 - palavras x frequência
Sujeitos no Nível I - menos autoritários (34)

Palavras/expressões	Frequência
Igualdade	14
Liberdade	13
Participação	06
Acesso a condições materiais de vida	05
Educação	05
Respeito mútuo	04
Maior responsabilidade individual	04

Conscientização	03
Sem controle ideológico	03
Sem discriminação	03
Distribuição de renda	02
Combate às desigualdades sociais	02
Esforço conjunto da sociedade	02
Justiça	02
Saúde	02
Vontade da maioria	02
Mídia mais educadora	02
Dignidade	01
Cultura	01
Cumprimento da constituição	01
Voto não obrigatório	01
Orgulho	01
Honestidade da classe política	01
Lazer	01
Direitos humanos respeitados	01
Menor diferença na distribuição de renda	01
Valorização do coletivo	01
Cidadania para além do sufrágio	01
Fiscalização das instituições políticas e judiciais	01
Menor diferença no acesso à terra	01

Quadro 2 - palavras x frequência**Sujeitos mais autoritários (32)**

Palavras/expressões	Frequência
Liberdade	14
Justiça	05
Participação	05
Acesso a condições materiais de vida	03
Menor desigualdade	02
Conscientização	02
Oportunidades	02
Cumprimento de leis e deveres	02
Dignidade	02
Governo comprometido com interesses nacionais	02
Menos corrupção	02
Sem corrupção	02
Mais igualdade	01
Direitos iguais	01
Sem desigualdade	01
Educação	01
Condições de vida semelhantes	01
Não ditatorial	01
Sem imposições por parte do governo	01
Pouco ou quase nada de fome e pobreza	01
Trabalho	01
Onde haja burocracia	01
Controle dos governantes	01
Direitos	01
Direitos e deveres iguais	01
Representantes indicados sem campanhas políticas	01
Leis mais rígidas	01
Sem criminalidade	01
Menor criminalidade	01
Punição dos criminosos por parte do governo	01
Sem discriminação	01
União, paz e harmonia	01
Distribuição de renda	01

O que podemos observar através dos dois quadros acima é basicamente a diferença entre os valores “igualdade” e “liberdade”. Para os sujeitos menos autoritários, os significados que predominam em relação a um país plenamente democrático são “igualdade” e “liberdade”, quase equiparados quantitativamente. Já para os mais autoritários, o que predomina é a “liberdade”, não aparecendo o termo “igualdade”, muito embora possa estar contemplado nos termos “direitos iguais”, e “sem desigualdade” (que estaremos considerando). Porém, mesmo assim, estes só aparecem por duas vezes.

Buscando unificar os significados em categorias, obtivemos o seguinte quadro:

Quadro 3 - Agrupamento de palavras por CATEGORIAS DE SIGNIFICAÇÃO

VALORES	igualdade, liberdade, participação, justiça, mais igualdade, sem desigualdade, menor desigualdade, dignidade, orgulho, respeito aos direitos humanos, harmonia, união, paz
CONDIÇÕES BÁSICAS DE VIDA	condições materiais de vida, saúde, oportunidades, distribuição de renda, menor diferença na distribuição de renda, menor diferença no acesso à terra, condições de vida semelhantes, pouca ou quase nada de fome e miséria, trabalho, lazer, cultura, educação, sem discriminação
CIDADANIA	esforço conjunto da sociedade, responsabilidades individuais, conscientização, cidadania
ESTADO, ORDEM E PUNIÇÃO	sem/menor criminalidade, punição dos criminosos pelo governo, sem/menor corrupção, cumprimento de leis, leis rígidas, governo não ditatorial, sem imposições, sem controle ideológico, mídia, burocracia, governo da maioria

Valores, condições básicas de vida, cidadania e Estado, ordem e punição foram os quatro grandes temas que, transformados em categorias, mais apareceram nas respostas dos sujeitos. Em seguida, comparamos a freqüência com que os grupos se referem a cada uma delas:

Quadro 4 - Comparação de Freqüências
CATEGORIAS DE SIGNIFICAÇÃO X NÍVEIS DE AUTORITARISMO

Categorias de significação	nível I	nível III
Valores	39	29
Condições básicas de vida	26	16
Cidadania	09	02
Estado, Ordem e Punição	08	18

As referências indicam diferenças na visão de democracia dos dois grupamentos. Enquanto entre os menos autoritários predomina a referência a princípios (valores), condições básicas de vida e cidadania, entre os mais autoritários podemos perceber uma tendência a representar a democracia em relação ao Estado, e o tratamento de questões sociais numa perspectiva mais "limitada", no sentido de voltar-se mais para as conseqüências do que para as causas (ordem e punição).

Nos quadros 5, 6, 7 e 8 podemos especificar a diferença na interioridade de cada categoria analisada, tendo sido selecionados somente os termos mais significativos:

Quadro 5 - Valores x Níveis de Autoritarismo

Valores	Nível I	Nível III
Igualdade	14	02
Liberdade	13	14

Não é de causar estranhamento o fato do valor "liberdade" aparecer com alta frequência nas respostas, independente do nível de autoritarismo, já que é um valor associado a idéia de democracia, largamente difundida e já reificada no contexto social. Mas o que deve ser destacado é o fato de quase não aparecer o valor "igualdade" nas respostas dos mais autoritários, predominando a liberdade como significado mais interiorizado enquanto princípio. Nas respostas dos mais autoritários, aparecem ligados ao termo "liberdade" os sentidos de "liberdade de expressão", "oportunidade", "chance", o que não acontece entre os menos autoritários. Pelo contrario, entre esses há referencias a liberdade "na democracia plena", diferenciando-a da liberdade no sentido "liberal-burguês". Nesse sentido, os sujeitos mais autoritários parecem estar mais propensos a interiorizar, prioritariamente, as representações advindas do discurso neoliberal.

Quadro 6 - Condições Básicas de Vida X Níveis de Autoritarismo

Condições Básicas	Nível I	Nível III
Lazer e cultura	2	-
Saúde e educação	6	1

Na categoria Condições Básicas de Vida, "educação" aparece predominantemente entre os menos autoritários e "saúde", "cultura" e "lazer" somente entre estes. Para ambos, portanto, a educação parece estar contemplada na representação de sociedade democrática. Já os direitos à saúde, cultura e lazer não constam do discurso dos mais autoritários. Esse dado poderia estar a indicar, principalmente em relação aos dois últimos, que, para os mais autoritários, se trata de direitos a serem conquistados através da ascensão social, do aproveitamento das oportunidades e chances, que devem ser dadas a todos.

Quadro 7 - Cidadania X Níveis de Autoritarismo

Cidadania	Nível I	Nível III
Cidadania	1	-
Esforço conjunto da sociedade	2	-
Conscientização	3	2

Em relação à cidadania, essa noção está mais valorizada entre os menos autoritários que, em seu discurso, expressaram as noções de "cidadania", "esforço conjunto da sociedade" e "conscientização". Somente a última dessas expressões aparece no discurso dos mais autoritários. Estes se referem à cidadania de uma forma mais genérica ou indireta, implicando representatividade e, de forma geral, atribuindo ao Estado a tarefa de construção da sociedade democrática.

Quadro 8 - Estado, Ordem e Punição X Níveis de Autoritarismo

Estado, Ordem e Punição	Nível I	Nível III
Vontade da maioria	2	-
Sem criminalidade/com punição e cumprimento das leis	1	6

Nessa última categoria - Estado, ordem e punição - a expressão “vontade da maioria”, referência que remete à noção de democracia como soberania popular, só aparece entre os menos autoritários. Por outro lado, “sem criminalidade/com punição” aparece somente entre os mais autoritários. A idéia de “sem criminalidade/com punição” remete, por sua vez, à noção de crime como causa e não como consequência e portanto à de que o crime deva ser punido. Já a expressão “cumprimento das leis” aparece nos dois grupos.

Comentários sobre o segundo estudo

No discurso desses estudantes, independente do nível de autoritarismo, parece predominar a opção pela democracia, embora tenhamos observado as divergências quanto ao seu conteúdo.

Os elementos aqui resgatados apontam que, para os mais autoritários, a representação social de um país plenamente democrático está fortemente ligada a uma concepção neoliberal, a uma concepção de democracia representativa e não participativa (Bobbio, 1992), em que liberdade e igualdade parecem ser valores formais. Poderíamos dizer que afirma-se, por parte desses sujeitos,

uma representação do mundo social que valoriza o dever e a obediência às leis, em detrimento da construção coletiva de um processo democrático. Já os menos autoritários parecem orientar-se por representações permeadas por outros saberes além da concepção neoliberal, pois seu discurso sugere uma outra visão de sociedade, em que os cidadãos têm um papel ativo a desempenhar, onde o exercício democrático implica condições básicas de vida, e a noção de igualdade está mais presente. Aproximam-se, portanto, da concepção de democracia participativa ou socialista.

V POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL PELOS UNIVERSITÁRIOS

Para este estudo foram realizadas nove entrevistas, cujos sujeitos participaram também da primeira etapa da pesquisa, conforme colocado anteriormente, de forma que pudemos considerá-los também quanto ao nível de autoritarismo. Nas entrevistas, solicitamos aos sujeitos que falassem um pouco sobre si mesmos, sua história, família, grupos que tenham participado etc., como forma de conhecê-los mas também de deixá-los mais “à vontade” na situação da entrevista ao partir de suas experiências. Alguns sujeitos foram bastante sintéticos, enquanto outros mostraram-se até mesmo entusiasmados com a abertura desse espaço. A introdução do tema da política se deu pelo questionamento quanto ao interesse e, posteriormente, acerca de sua percepção sobre a relação dos universitários em geral com a política. Essa última questão suscitou, em geral, respostas que não foram relativas a universitários, especificamente, mas espontaneamente ampliada para a categoria mais genérica “jovens”. Este subtema levou também espontaneamente a outras considerações sobre a política, sobre o país e a população. Finalmente, questionamos acerca do seu entendimento sobre a democracia: o que é e como é no Brasil. A isso, procuramos que acrescentassem as suas perspectivas de futuro para o país e seus ideais.

As respostas nem sempre foram diretas ou imediatas, mas algumas vezes construídas durante a entrevista, sendo explicitadas ao longo de sua explanação, por recorrência a um tema ou por recurso a

analogias.

Após a transcrição das entrevistas e leitura das respostas, por diversas vezes foi necessário voltar à escuta das gravações a fim de que pudéssemos nos aproximar o máximo possível do sentido que carregavam.

A partir dos temas propostos surgiram 12 subtemas recorrentes que são: jovens e política; políticos; partidos; mídia; povo brasileiro; valores; democracia; voto; perspectivas de futuro; sociedade ideal; comparação com outros países; e possibilidades de mudança.

Dividimos então os grupos mais e menos autoritários e comparamos as respostas buscando subtemas coincidentes e originais e seus conteúdos. Observando que os conteúdos se diferenciavam significativamente de acordo com o grupo, optamos por apresentá-los mantendo os temas propostos nas entrevistas. Dessa forma, procedemos à análise de cada grupo separadamente. Aos poucos foram se definindo as singularidades e ambigüidades nos discursos. Procuramos unificar conteúdos comuns destacando as falas que melhor expressavam seu sentido. Por diversas vezes voltamos novamente às gravações e às anotações feitas durante as entrevistas como um recurso para a captação do sentido expresso em algumas falas.

Não houve uma ordem de aparecimento dos subtemas nas entrevistas, assim como não há uma separação nítida entre os temas. Como colocamos anteriormente, questões e respostas foram sendo construídas ao longo das entrevistas, sendo abandonadas e retomadas de acordo com a linha de raciocínio de cada sujeito e a intervenção do pesquisador no sentido de tentar manter o foco da

reflexão. Por isso, os conteúdos foram descritos dentro do tema com o qual apresentam maior relação, sendo que, entre os subtemas, “os jovens e a política” mereceu destaque aqui pela quantidade de pronunciamentos que provocou nas entrevistas. Assim, apresentamos três grandes temas aos quais se referiram sujeitos mais e menos autoritários:

- A política e “os jovens e a política”
- A democracia
- Perspectivas de futuro

Finalmente, optamos por partir da apresentação dos sujeitos e de suas histórias, conforme contadas por eles, para a seguir tratar dos conteúdos a serem analisados.

5.1 Os sujeitos da pesquisa

“Cada pessoa é até o momento, tudo o que aconteceu na vida dela, né?” (Ed)

Geco

Estudante de História, bancário, tem 32 anos, casado, um filho, nasceu e cresceu no interior do Rio Grande do Sul, morou em Porto Alegre por dois anos e veio para Florianópolis em 1987.

Conta que estudou em colégio de Irmãos Maristas, onde fez todo o primeiro grau, e de onde acredita ter recebido influências que ainda

carrega:

“como é que eu vou te dizer, de ser um pouquinho capitalista também. Porque eu acho que o dinheiro é bom, né? Não faz mal pra ninguém. Mas como uma coisa mais controlada”.

A concepção do casamento também foi influenciada pela religiosidade, embora considere que hoje já está superada:

“eu era meio preconceituoso com essa história de casamento: ah, casamento tem que ser na igreja, essa coisa toda assim, né?”

Conta que na família também teve uma formação tradicional:

“Na minha família a relação é aquela bem tradicional, onde homem é homem, gosta de churrasco, de fandango, esse negócio todo, e mulher sempre em segundo plano.(...) E eu tinha esse pensamento também. Aí depois com o passar do tempo tu vai entendendo que as coisas não são bem por aí.”

O segundo grau foi cursado em uma escola pública e considera que foi aí que *“abriu um pouquinho mais a mente”*, pois tinha mais liberdade, era mais informal: *“foi lá que eu senti que escola não era só tu cantar o hino nacional, rezar todos os dias...”*

Em Florianópolis, entrou no curso de Ciências Contábeis, em 1990, que não concluiu, *“pois sempre gostei da área de humanas”*. Em 95 começou a cursar História e diz que a universidade tem alterado a sua visão de mundo:

“Acabei me achando porque tu aprende a ter mais uma Ciência Política, tu aprende a questionar mais coisas, não aceitar as verdades impostas, aprendi a ser mais crítico mesmo, em tudo”.

E, também, indiretamente, a da família:

(...) Meu pai era mais autoritário, mas eu acho que com o passar do tempo, ele sentiu que os filhos começaram a fazer faculdade e tinham outra concepção de vida, de sociedade, o pai acabou mudando também muitas coisas."

Doli

Estudante de Ciências Contábeis, tem 25 anos, trabalha e mora com os pais, no município de São José. Não participa de nenhum grupo e atribui isso à sua timidez:

"eu sempre fui bem retraído, bem tímido, bem isolado, entendeu? Então, eu não gosto de me aparecer, eu não gosto de me expor, eu sou aquele que se senta no último lugar do ônibus, na missa eu sempre fico lá no canto, sempre no cantinho".

Freqüenta a igreja e vê ali uma possibilidade de atuação e integração maiores, que, no entanto, não leva a cabo:

"Poderia participar do grupo de jovens da igreja, poderia ser catequista, sabe uma infinidade de atividades que estão abertas e precisam ser realizadas, mas eu não participo de nada".

Participa da política universitária através das eleições de reitor, representação de discentes, CA etc., porque considera o voto *"uma obrigação minha de manifestar a minha opinião, ainda mais sendo de nível superior"*.

Questionado a respeito da ditadura militar, mais recente, diz não ter conhecimento e procura justificar-se, fazendo referência à pouca instrução dos pais, que viviam no meio rural. A família então aparece como uma referência fundamental para a compreensão de sua postura:

“A minha casa é uma casa que realmente não tem muito diálogo. É tipo assim, eu considero uma família difícil porque você não consegue expor a sua opinião, se ela é adversa da dos demais. (...) E isso é uma ditadura, entendeu? Só que o que eu posso fazer?”

Mas Doli pensa que uma ditadura poderia ser benéfica para a sociedade:

“Diversas vezes como estudante eu pensei: puxa, se houvesse uma ditadura não seria melhor do que ocorre em nosso país?”

Tenta então resolver a contradição:

“Você teoricamente pode considerar a análise de duas instituições. A família e a sociedade. Bom, em termos de família: você estaria sendo restringido de fazer aquilo que você acha que deveria fazer, que é o que ocorreria com a ditadura familiar. Eu sou contra isso. Não deve ser por aí. Tudo tem que ser com diálogo, com conversa, mas veja bem, a família é ali, é fechada. É aquele conjunto. É difícil de comparar aquele conjunto de 5, 6, 10, 15 pessoas, sei lá, no máximo, com uma nação, que tem milhões de pessoas.”

A família é referência também de valores:

“Meus pais ralaram muito. Mas conseguiram alguma coisa na vida com honestidade, com sacrifício e verdade. O problema do brasileiro é que ele cada vez mais ele tem medo de batalhar. Só que hoje, quanto mais fácil melhor. Por isso que virou sacanagem, entendeu?”

A questão de valores trouxe à tona outra referência fundamental, a religião:

“(...) eu me considero até uma pessoa meio depressiva...negativista. Eu já fui muito mais, hoje eu estou conseguindo evoluir, e eu gosto de pensar que isso são fases que a gente passa em nossa vida, eu gosto de pensar que a vida vale a pena, só que às vezes eu acho que não vale. A religião é a única coisa que realmente me faz ficar vivo.”

No entanto, diz que a religião não tem nada a lhe oferecer:

“Ela não me oferece nada, ela cobra. Ela me cobra: você não tem direito de encerrar a sua vida. Você não tem domínio sobre ela. É como se ela fosse uma ditadora. Você não tem direito sobre si. Nem sobre o seu corpo. Eu não posso fazer o que quero com ele. Até existe isso no Brasil, um país de sacanagem... mas eu olho, bem se eu não posso fazer isso, alguma coisa eu devo estar ganhando com isso. Deve ter um motivo.”

Doli conta que gostaria muito de casar, mas se for “com a pessoa certa”, pois se considera uma pessoa muito difícil:

“ela teria que pensar como eu, ou pelo menos muito próximo como eu penso. (...) e não deve ter sexo antes do casamento... Eu sou meio conservador, mas que seja, eu sou.”

Diz que casamento, sendo a base da família, é a base da sociedade:

(...) Qual o compromisso mais sério que tu assume na sociedade? Categoricamente, é o casamento. Dali, vão surgir os meus filhos que vão receber a minha educação, que vão participar da sociedade entendeu? Se eu for mal no casamento, se sair errado, o resto vai sair errado”.

Luca

Luca é estudante de Ciências Contábeis, tem 28 anos de idade e quase dez de funcionalismo público.

Conta que tem um grupo de amigos e colegas com quem convive já um certo tempo. É um grupo que se encontra social e profissionalmente, em cursos, *“e em diversas outras coisas que fazem com que a gente forme idéias, estude possibilidades e faça o dia-a-dia social”.*

Além do trabalho, a universidade também é vista como uma possibilidade de engajamento em um *“grupo mais qualificado, pelo*

fato da cultura, pelo fato da aprendizagem rápida até por alguns aspectos sociais, políticos”.

Atualmente não frequenta grupos ligados à igreja, mas considera-se bastante ligado à instituição: *“A minha crença é bem definida, eu sou católico e, a partir daí, tem algumas idéias que são fixas, que não existe muita alteração”.*

Por influência de familiares esteve sempre muito ligado à igreja. A partir dos catorze anos até os vinte e quatro participou assiduamente em atividades ligadas à igreja, no movimento cristão, inclusive na coordenação de grupos de jovens, que considera muito politizados, e a partir de onde *“comecei a ter noção de sociologia, de políticas e de diversos aspectos que compõem hoje a minha forma de ser”.*

Conta que ao ingressar na universidade teve que afastar-se de sua cidade, no interior do Estado, e daquelas atividades:

“aqui é longe e a gente tinha um ritmo de vida, uma rotina bastante intensa, que não permitia que a gente tivesse mais aquela interação, mais que ainda assim apesar de não estar mais tão envolvido, ainda mantenho contato e tal e daí a amizade, guardamos relação até hoje e essas relações é que te dão suporte, eu acho para o teu dia-a-dia, coisa desse tipo”.

Acredita que a universidade de alguma forma alterou o seu jeito de pensar:

“A universidade nos proporciona muito esses momentos de diálogo, a própria dialética, o diálogo com choques de interesse que fazem, que comecem a questionar certas coisas, porque nem tudo que é te passado é o certo, as coisas mudam então tu vais ter que te

adaptar ao tempo, ao momento, estágio de vida”.

O pai foi prefeito de uma cidade do interior. Mais tarde, por influência paterna e também por influência das pessoas com quem convivia *“mais de uma certa forma com as idéias, digamos assim”*, participou de militância partidária, porém algum tempo depois decidiu abandoná-la:

“tive, vamos dizer assim, minha história, nada muito que chamasse atenção. Então essa minha fase histórica de política em si, ela começou em 86 e teve um estágio até 1990, depois eu não me sentia mais apto a participar de um movimento desse tipo, onde eu tinha que ter ação como prioridade, alguma coisa nesse sentido. Eu achei melhor atuar como ente passivo dessa história toda e não a parte da reação, alguma coisa nesse nível.”

Joca

Estudante de Ciências Sociais, trabalha como representante comercial, tem 33 anos e é solteiro. Declara-se simpatizante da esquerda, até centro-esquerda, mas não participa de nenhum grupo político. Costuma desenvolver individualmente atividades assistenciais a grupos de idosos. É cardecista e prega a doutrina. Conta que na igreja há os grupos de desenvolvimento mediúnico, grupos de estudo etc., dos quais participa, e que normalmente estão engajados em *“movimentos de caridade, de ajuda, socorro”*. Também há as atividades sociais, *“uma coisa assim bem paroquial”*.

Freqüenta a igreja desde pequeno, a família é toda espírita-

cardecista, descendente de alemães que *“trouxeram esse hábito da Europa. (...) Então desde pequeno a gente já foi doutrinado deste jeito (...) e a gente vai se acostumando”*.

Diz que a religião lhe dá o sentimento de pertencimento a um grupo:

“a gente é como se fosse uma disciplina, como se fosse outro grupo, uma academia de artes marciais (...) isso vai criando na pessoa uma conscientização e ao mesmo tempo uma disciplina”.

Mas afirma que procura ter um distanciamento crítico em relação a ela:

“teve momentos na minha vida que eu questionei (...) eu faço ciências sociais para ter uma abertura de cabeça, para não dizer que isto é o certo. Tem quem ponderá...”

Por isso procura conhecer também outras religiões. Diz que a religião o faz sentir-se bem e que *“criou gosto por isso tudo”*:

“Estudei em colégio de padre, freqüentava a missa lá, tomava óstia de padre. Então eu sei como é que funciona. Já fui em umbanda e sei como que funciona o esquema (...) mas é uma coisa mais rústica, uma coisa mais camal, uma coisa mais sem um código de livro, estrutura em cima. Mas é uma coisa importante também.”

Acredita que todo ser humano tem uma mediunidade que pode ser usada para ajudar aos outros e a si mesmo. Considera que esta filosofia proporciona *“esclarecimentos”* e que *“até choca com esta vida do dia-a-dia, com estas informações, com este bombardeio em cima da gente. A gente tem que ter uma perspectiva diferente”*.

Parece vivenciar uma contradição entre perspectivas diversas, que tenta conciliar, como no caso do papel da família:

“a família é tudo, como se diz. Eu quero não seguir as coisas, eu não quero ter uma ideologia baseada em doutrina, no que a gente escuta falar na igreja, na família... mas eu tenho essa minha crença, que a família é a coisa mais importante que tem dentro da sociedade. Ela é uma célula em volta dela que se forma toda a estrutura.”

Dessa forma, a estrutura familiar é naturalizada:

“O ser humano, a índole dele, ele já é um ser sociável, ele é feito para se casar para constituir família, porque os homens da caverna já possuíam esse comportamento.”

Acredita que a mídia incentiva comportamentos reprováveis, entre eles o relacionamento amoroso entre negros e brancos :

“(...) com respeito a mulher loira com o preto: existe uma atração? Existe. Mas até que ponto? Eu percebi de uns programas para cá, que apareceu um artista negro. E o envolvimento deles com essas meninas loiras, a gente tem notado constantemente no nosso meio o aparecimento de mais casais, o pessoal abrindo mesmo. Não se sabe se é um modismo, ou se uma vontade de chocar.”

Reconhecendo a afirmação como preconceito, ou “limitação”, apóia-se na cultura dominante:

“Hoje quando eu vejo uma loirinha bem bonitinha com um preto eu digo: eu acho isso um desperdício. Mas eu tenho que melhorar, eu sinto esta minha limitação, a minha cultura me incutiu isso, não nasci com isso, entende?”

Ike

Estudante de Direito na UFSC, mas cursa também Economia em uma universidade particular. Tem 21 anos, não trabalha e mora com outros universitários. Paulista, já residiu em Santos e em Porto Alegre. Conta que os pais moram atualmente em São Paulo, têm nível superior e o ajudaram a fazer a escolha dos cursos universitários. Diz que o ambiente familiar lhe propiciou o desenvolvimento de *“uma consciência crítica”*, que se interessa por política e procura se informar através de televisão e leitura de jornais, porém *“filtrando as informações”*. Além de estudar diz que gosta de conviver com os colegas e amigos em casa.

Acredita que hoje em dia as relações interpessoais estão mais democratizadas, mas que o autoritarismo está no *“sistema”*. Pensa que a questão da educação é fundamental para que a sociedade alcance a democracia, para que saiba reivindicá-la, e que cabe ao Estado esse investimento. Por isso, preocupa-se com a possibilidade de privatização nesse setor:

“(...)e é complicado, porque atacar a Educação é obrigação do Estado. A universidade, por exemplo, é uma instituição pública, tem que ser pública, mas se não for mais?”

Peri

Estudante de Biologia, paulista, tem 31 anos, trabalha na policia

federal há 8 anos, e participa de atividades esportivas.

Acredita ter sido muito importante para a sua formação o fato de ter começado a trabalhar cedo, *“fui mal no colegial, aí meu pai: ‘agora tu vai trabalhar e estudar’*. Até então eu era um burguesinho, tava imaginando que ia terminar a faculdade e aí ia entrar no mercado de trabalho. Foi uma guinada na minha vida, ter que encarar!”

Uma pessoa cuja influência considera muito importante é o avô, *“que aos 10 anos me apresentou para o comunismo”*.

Conta que assiste a muito telejornal, lê jornais e revistas, *“o que tem”*. Considera que tem um *“olhar crítico”* e que a maioria das pessoas *“absorvem mais sem questionar”*. Gosta muito de política e sempre que encontra alguém que também se interesse procura discutir.

Questiona o perfil altamente hierárquico e rígido e a função da instituição em que trabalha. Diz que acredita que o papel da polícia é determinado não só pelo Estado, mas por toda a sociedade, e que poderia ser restrito se os problemas de que se ocupa fossem tratados na origem. Esse exercício de especulação, no sentido de superação do que está dado, pode ser um exemplo de abandono da espontaneidade que rege o pensamento cotidiano, em direção à genericidade, ao que pode ser:

“não devia ser tão priorizada a área de segurança pública mas sim uma forma de prevenir isso, não deixar que se entre na criminalidade. Eu vejo pouca preocupação com isso (...) por exemplo, as drogas, eu acho que é um problema de segurança mas deveria ser de saúde pública.”

Já participou ativamente de seu sindicato, foi delegado sindical

e conta com entusiasmo que esteve no comando da primeira greve em 94, por 60 dias: "(...) eu ficava convencendo o pessoal "não, não entra, não vai trabalhar!"

Diz que a experiência sindical tem mudado as relações de trabalho e de poder dentro da instituição, sugerindo que se abriram espaços para muitos questionamentos:

"A polícia mudou muito em função do sindicato. Acho que agora a gente tá mesmo em frente da gente, né? Não é mais só o delegado, não é só a cúpula. A gente tá fazendo valer a nossa vontade através das nossas reivindicações, através desse instrumento que é o sindicato, né?"

Ed

Estudante de História, é professor em uma escola pública e também trabalha dando aulas particulares e fazendo traduções do inglês. Tem 31 anos. É formado em Farmácia e conta que durante o período em que estava naquele curso participava ativamente do Centro Acadêmico:

"(...) eu também participei de grupos de estudos de Antroposofia por um bom tempo. Depois também participei de vários grupos teatrais aqui em Florianópolis e Porto Alegre também. E música também. Violão...um pouco. Tinha um grupo que fazia esse tipo de coisa mas tudo coisas que, tipo assim, não foram levadas adiante. Hoje em dia não tenho nenhuma ligação forte. Talvez tenha ficado o aprendizado mas não a ligação com essas atividades, é, mais talvez

por não ter tempo, principalmente. Mas eu acho interessante.”

Não se diz anarquista, mas que se aproxima mais do anarquismo, e que sonha com uma sociedade onde “você conseguisse tomar decisões por você mesmo”.

Ed foi para a Itália tentar estudar teatro, embora não tenha sido possível realizar esse projeto. Resolveu permanecer na Europa por algum tempo, indo para a Inglaterra, onde estudou a língua inglesa antes de retornar ao Brasil. Pensa que a experiência de ter morado fora do país foi fundamental para sua formação e visão de mundo:

“É interessante tu ver as coisas de fora, né? Porque quando tu tá inserido no meio, a própria contemporaneidade das coisas cega muito. A pessoa quando tá no meio ela não consegue enxergar muito, não consegue se ver, então quando se afasta um pouco as coisas parecem que ficam bem mais claras. Foi o que me trouxe mais dúvidas, que exigiu mais reflexões.”

Cacá

É estudante de Biblioteconomia, trabalha como auxiliar administrativo em uma empresa de Florianópolis, tem 25 anos, é solteira e não mora mais com a família. Há 10 anos passou a freqüentar a igreja Batista, apesar da família ser católica. Lá desenvolve atividades semanais, trabalhando com grupos de estudos e de liderança, sob a orientação de um pastor. Diz que os amigos e a igreja foram as maiores referências para que se tornasse o que é hoje “e depois a gente vai pegando uma coisa dali, outra daqui”. Acha que a universidade desenvolve o senso crítico, mas não acredita que isso

transcenda o seu espaço. Pensa que a democracia é o melhor regime, porém, *“uma democracia que seja consciente, pautada em valores morais e espirituais. Não dá pra separar.”*

Guto

Estudante de Biologia, tem 18 anos, é gaúcho, não trabalha, mora com os pais e gosta de tocar e compor música:

“Até um tempo atrás eu estudava tocando em uma banda. A gente chegou a fazer som bastante tempo mas não ia para frente. Toco bateria, e gosto de um monte de coisas. Percussão, violão para ajudar a compor, ficar tocando em casa. Agora tô juntando dinheiro para comprar uma flauta transversa.”

Conta a história da família desde o casamento dos pais, ainda muito jovens, demonstrando muito carinho, admiração e reconhecimento. O que parece ter ficado marcado de forma mais evidente foi a militância do “velho”:

“Sei lá, acho que eles se completam. O pai foi militante político, batalhou prá caramba. Ele sempre falou da militância. Quando era pequeno, não tinha como não ver. Aquela galera... (...) Fizeram um monte de loucura juntos. Aí, tu vivias o ambiente das conversas deles. O pessoal se reunia para trocar idéias. As discussões às vezes viravam a noite, a mãe rindo pra caramba deles. As vezes eu dormia no colo dos dois. Os dois tão empolgados. Essa parte eu achava bem massa.”

Diz que é na família que ainda encontra a principal referência para a vida:

“Esse lance de referência é massa porque tu tendo uma referência em casa, e mesmo sendo contra, sempre... é uma referência e tu tens onde se apoiar. A gente tava falando sobre esse lance (...) Alguém que imponha limites. Seja para tu transpor ou não. Sabe, nesse ponto, acho legal assim.”

Para ele a cultura se constitui no melhor investimento social:

“Eu acho que a base de tudo é a cultura. E a partir do momento em que todo mundo tivesse a educação... Imagina só se o povão lesse! Nossa, ia ser o bicho! (risos). Aí não ia ter babado suficiente pra agüentar um povo pensante tão grande. Ter jeito de falar, ter condição de vida...”

5.2 A política

“O governo não tem que tá isolado naquelas mansões que eles vivem lá em Brasília... eles vivem num terceiro planeta. Eles não vêem o que realmente acontece.” (Joca)

5.2.1 Os mais autoritários

Notamos que entre esses sujeitos a palavra política suscitou apenas sentimentos e imagens negativas. Revelaram insatisfação com instituições políticas e até mesmo rejeição a todo o sistema. A descrença na eficácia das instituições é evidente e estas são colocadas à prova dos fatos, como vemos exemplificado na fala de Geco:

“se me pegarem roubando no supermercado eles vão me pegar, me prender... Se acontecer isso com o filho de um burguês, um capitalista, o negócio vai ser bem diferente porque é toda aquela influência política, entendeu? Ou a influência de futuras transações comerciais. O exemplo do índio pataxó é um exemplo bem claro.” (Geco)

O mundo da política, dos políticos, aparece, na fala de outro sujeito, como um mundo à parte, voltado para si próprio, o mundo dos “lá de cima”, do dinheiro, do poder, da desonestidade. É um mundo pouco compreensível e cujos protagonistas são suspeitos de também não compreenderem o mundo dos “aqui de baixo”, o mundo real:

“O governo não tem que tá isolado naquelas mansões que eles vivem lá em Brasília... eles vivem num terceiro planeta. Eles não vêem o que realmente acontece. Eu cheguei a essa conclusão que os políticos não se tocam, não têm consciência de que o mundo em que eles vivem lá em cima é totalmente diferente do que acontece aqui em baixo.” (Joca)

Os partidos, além de desacreditados por todos os sujeitos mais autoritários, por vezes são vistos como nocivos à sociedade. É Luca quem coloca de forma mais explícita essa questão:

“Se eu pudesse, se fizesse uma explosão, se matasse uns tantos aí, que não são poucos, estaria prestando um serviço ao Brasil incalculável, pois você estaria extirpando um pessoal que são sangue-

suga, uma máfia, eles se juntam por trás de um livro e formam um partido". (Luca)

Outro sujeito questiona, além dos partidos, o próprio sistema:

"Partido A não vai muito com o partido B, e precisava do partido B pra fazer alguma coisa e não funciona porque não conseguiu entrar em acordo em relação à percentagem com relação a ganhos, sabe, aquela roubalheira de sempre, porque se tem muito dinheiro rolando aqui. E eu fico pensando: muita gente mandando, muita gente opinando, não sai nada." (Doli)

A política, em geral, é vista por todos com desconfiança e desagrado, sobretudo pela ausência de ética dos políticos. Mas Doli credita essa postura dos políticos a um caráter nacional que não isenta o restante da população:

"a população em si já é desonesta, os políticos ainda mais. Então não tenho muito o que distinguir, população e político está tudo igual. A política hoje, não vou dizer hoje, ela sempre foi desgastada. Justamente porque a política do brasileiro é ser desonesto ..." (Doli)

Em sentido semelhante, a militância nos dias de hoje é vista por Luca como uma atividade que visa a vantagens pessoais:

"Hoje em dia, tu não vai encontrar militante por ideologia. São muito poucos, mil por interesse, por conveniência..." (Luca)

A população é vista, por todos, e em geral, apenas como massa de manobra das elites políticas. A maioria, segundo os depoimentos, está privada das condições materiais de vida e é submetida pela ignorância, tornando-se impotente:

“O povo tem memória curta. É porque o povo coitado tá tentando sobreviver, não tem tempo pra analisar, para refletir, porque se tivesse cultura esses safados iam tá tudo fora.” (Luca)

Ainda que esses sujeitos percebam, em alguma medida, o contexto de uma cultura política autoritária que propicia a manutenção das desigualdades, muitas vezes acabam por sucumbir às armadilhas da mesma, reproduzindo, com a espontaneidade característica do pensamento cotidiano, ideologias ou preconceitos enraizados no senso comum, como podemos observar na seguinte fala de Doli:

“É um povo realmente que não costuma, sei lá, se valorizar, valorizar o seu país. Eu sempre digo: ‘o negócio é o seguinte, se nesse país que a gente mora, se a gente tirasse toda a população e colocasse uma população de primeiro mundo, o nosso país seria a maior potência do globo, porque a gente tem tudo, a gente só não tem uma população qualificada, entendeu?’ (Doli)

Se não escapam à racionalidade que criticam, terminam por reproduzi-la também na prática:

“Eu sou crítico entendeu? Eu saio na rua e se eu estou chupando uma bala eu coloco o papel no bolso. Não sempre, né? Só que isso seria uma exceção pra mim, entendeu? Geralmente, eu faço o que eu acho correto. Só que eu canso de ver todo mundo fazer isso, entendeu? (...) Ninguém critica, ninguém fala nada. É uma coisa intrínseca da educação da população brasileira”. (Doli)

A representação do brasileiro como um povo “sem valor” aparece associada a discursos sobre patriotismo, que trazem os EUA e outros países desenvolvidos como parâmetro:

“Não se fala, no Brasil, em patriotismo, é uma coisa tão rara! Sabe, nunca fui para os Estados Unidos, não participei de um 4 de julho, mas eu acredito que seja uma coisa muito mais forte, muito mais de coração mesmo. Onde é que se ouve o pessoal falar aqui em pátria. É uma coisa tão desgastada. No Brasil o pessoal não vale nada!” (Doli)

A partir da mesma comparação, Doli parece concluir que a política brasileira tem como característica, além da ausência de ética, como colocado anteriormente, a incompetência dos políticos em administrarem o país:

“Eu acho que o jeitinho brasileiro é famoso internacionalmente. Eu não tô dizendo que os Estados Unidos, por exemplo, que é uma potência em todos os sentidos, não tenha desonestidade, que seus políticos não sejam safados, mas não são tanto, ou pelo menos são

muito mais espertos e não deixam chegar tanto ao público (...) É uma coisa mesmo do brasileiro.” (Doli)

Joca também acredita que essa questão ética é característica de nossa formação cultural:

“Nos outros países existe esses problemas como os nossos, mas lá existe uma ética. Essa ética vem da colonização, entende? Há lá uma ética dos princípios básicos do que é certo do que é errado, mas isto se deve basicamente a essa educação que eles tiveram”. (Joca)

Já na comparação que Luca estabelece a seguir percebemos a combinação de elementos provenientes de matrizes ideológicas distintas, que ele procura conciliar em uma teoria-prática:

“O brasileiro já provou, eu tive vários cachorros de raça, mas os vira-latas que eu tive são os cachorros mais inteligentes que os de raça, não sei o que é, é uma mistura. O brasileiro é muito criativo, ele tem uma baixa índole, uma baixa estima que foi jogada nele, mas eu acho que se trabalha isso, na parte da educação.” (Luca)

Demonstrando uma atitude de deferência face à autoridade política, os entrevistados desse grupo atribuem ao governo a competência de mudanças e o exemplo de conduta, cabendo ao povo a obediência e uma participação que parece caracterizar-se mais por uma contrapartida, como pode ser observado na transcrição a seguir:

“Sabe que o brasileiro não obedece quase nada. Então, mas ele é culpado? Eu acho que primeiro o que tem que consertar é lá em cima. Eu acho que são os nossos comandantes que tem que dar o exemplo... Eu acho que o dia em que eles derem o exemplo, eu tenho certeza que o povo vai ser mais obediente, vai pagar mais os impostos, vai ter uma consciência política também...” (Geco)

Os vícios da tradição política autoritária manifestam-se também nas expectativas desses sujeitos. O governo aparece como o sujeito da política e a população sua eventual beneficiária, estabelecendo-se uma relação de subordinação. É o que vemos explicitado por Joca:

“O governo, querendo ou não, tem que haver um paternalismo. Investir no ser humano em si. Não é utopia, é dando condições mínimas. A bagunça é que eles perderam o laço, cresceu muito a pobreza.” (Joca)

De forma mais ou menos clara, mais ou menos crítica, expõem a sua impressão sobre o momento que vive a sociedade brasileira contemporânea. Relacionam o cenário caótico que vêem a algo maior e mais profundo, algo que sentem mas não conseguem ainda definir, como podemos observar na fala que se segue:

“As pessoas não respeitam mais ninguém hoje em dia. Esse processo é progressivo, o negócio tá cada vez maior. A comunicação está jogando informações cada vez mais rápido, e com muita quantidade, e as pessoas estão ficando meio loucas, estão se

perdendo, entendeu? Sei lá o que que está acontecendo!” (Doli)

Luca explicita a percepção da hegemonia do individualismo na sociedade, que torna comum a ausência de solidariedade:

“Eu não sei se isso já está sendo embutido desde a infância da gente, mas é a coisa mais comum é cada um cuidar de sua vida, safar o seu lado e deixar o lado dos outros de lado. Os outros que se danem.” (Luca)

Denotam, assim, sensibilidade em relação a um certo mal-estar reinante neste final de século:

“(…) a minha opinião é a seguinte: a cada mudança de milênio a humanidade entra num conflito muito grande, isso desperta um vazio muito grande. O que sinto atualmente é que a sociedade tá carente, ela tá vazia, tá perdida. Tá em busca de alguma coisa e não sabe o quê. Tá brigando com os velhos tabus, tá buscando uma harmonia entre o novo e o que era, mas ao mesmo tempo sinto, sabe, há uma busca constante do material para amenizar o sentimento, amenizar o lado humano, as pessoas tão se apegando nisso” (Joca)

Os jovens e a política

“Muita influência da mídia, do consumismo, do capital...do imperialismo americano.” (Geco)

A percepção desses sujeitos sobre a relação dos jovens com a política é que que discutem pouco sobre política, informam-se praticamente só através da televisão e rendem-se ao consumismo:

“(...) tem setores, principalmente os jovens, que são muito influenciados. A mídia direto dizendo que tem que comprar tal tênis porque tu vai ser o supprassumo de tudo. Hoje até o pessoal de classe mais baixa tem essa coisa de se preocupar muito com a imagem. Muita influência da mídia, do consumismo, do capital...do imperialismo americano.” (Geco)

A falta de interesse pelas questões políticas e sociais é explicada pela imaturidade, mas também pelo individualismo. No entanto, não parecem fazer a ponte entre o individual e o social na medida em que não relacionam esses dados com o contexto:

“aquela fase meio que de oba-oba, essa fase dos 18 até aos 23, 24 anos, é uma fase meio que de festa, quero viver a vida, quero curtir e tal. E não se preocupam com o social, não olham muito a sua volta, não percebem as diferenças sociais, não percebem todo esse despojar de ilusões que nós temos aí.” (Luca)

Os universitários são representados, em particular, na fala que se segue, como uma parcela elitizada da sociedade, cuja ausência de carências explica a falta de interesse pelas questões políticas:

"nós estamos convivendo com uma parcela elitizada da sociedade, e quando tu fazes parte de uma elite e tu não tens muitas coisas pra questionar e brigar por elas e tu não precisas das coisas, acho que isso explica assim, de uma certa forma, o universitário não está nem um pouco ligado no que está acontecendo lá fora".(Luca)

Mas, ao mesmo tempo, há expectativa e inquietação em relação a esse grupo:

"Era aqui, com esse grupo que era para estar surgindo idéias novas. São essas pessoas que estão aqui agora que logo, logo, estarão de uma certa forma mandando." (Luca)

Encontramos ainda a representação do comportamento juvenil como uma postura simples e naturalmente "do contra":

"Às vezes o pessoal até vai para o Partido dos Trabalhadores, o PT, não porque ele é simpatizante do PT, mas porque o pessoal mete muito o pau nele e aí ele vai ver o que que é. " (Doli)

5.2.2 Os menos autoritários

“Política é tudo, política é isso. É estar sentados aqui, eu e você.”
(Ike)

Todos esses sujeitos declararam interesse por política, buscando informações e discussões. Acreditam que a maioria das pessoas não tem interesse e as percebem apáticas diante da conjuntura atual:

“Eu acho que as pessoas estão completamente apáticas... não conseguem fazer uma conexão (...) Conversando com uma amiga minha, ela falou: Eu não quero saber se o dólar vai subir, se a bolsa vai cair. Olha, eu disse, se a bolsa continuar caindo, você que está procurando emprego, tão cedo não vai conseguir.” (Ike)

Guto acredita que a falta de interesse se revela não só na ausência de participação, mas também na ausência de uma educação política mínima, o que leva a uma perspectiva equivocada da política, segundo ele. Pensa também que há outras formas de participação importantes, sem o caráter necessariamente político-partidário:

“A coisa que eu mais noto não é a questão de se envolver ou não na política de um modo mais intenso. Tem pessoas que podem contribuir sem ser, diretamente, com a política. Mas ter um conhecimento básico eu acho fundamental. Acho que as pessoas têm uma visão muito deturpada da política.” (Guto)

Guto expressa ainda a percepção, compartilhada pelos demais sujeitos, de que as pessoas estão mais voltadas a interesses particulares e imediatos do que aos coletivos:

“acho que hoje em dia as pessoas realmente acabam voltando para o seu lado, protegendo suas vidas, não conseguem se doar um pouco. De um modo geral, não conseguem batalhar, saber que é importante tu investires na comunidade, na sociedade.” (Guto)

Ike afirma que, por vezes, percebe que sua própria postura não difere muito disso, demonstrando consciência de sua relação com o cotidiano e também com a genericidade:

“às vezes eu me vejo assim também, a gente vê alguém pedindo ajuda na rua e se toca! (...) isso é considerado normal! Como é que se pode dormir, ficar em casa, com alguém passando fome?” (Ike)

Para Ike, a dinâmica da vida moderna e urbana e as exigências do mercado consomem o tempo e a energia do cidadão comum, limitando as possibilidades de participação:

“Tem o tempo, né? Cuidar da vida, trabalho, estudar... o mercado também exige e acaba limitando a gente de conseguir participar.” (Ike)

Já para Peri, a participação política é dificultada na medida em que os recursos necessários ao desenvolvimento de uma consciência crítica são negados à maioria da população, de forma a permitir a sua manipulação pelas elites dominantes:

“Esse não acesso aos meios de educação, de informação, de consciência, é deliberado, sabe? As pessoas que estão no poder não querem que a grande massa tenha acesso à informação. Assim eles conseguem manipular mais. Então é difícil vencer isso, né? (Peri)

A manutenção do sistema social excludente é também associada à reprodução de valores:

“Acho que o que falta em muita gente é ter essa consciência, que podem estar reproduzindo valores que não são nem os deles, e passando adiante, contaminando pra caralho, um vírus.” (Guto)

Ed vai além, percebendo que a reprodução das relações de dominação exige o ajustamento das consciências às estruturas sociais:

“É aquela questão, né? O ditador que é autoritário contra 100 mil pessoas, porque as 100 mil aceitam serem ditadas por uma só, né?”

(...) Sempre hierarquias, coerção, desde criancinha isso acontece. Quando chega num certo ponto, tu atinge a maioridade, sei lá, tu já tá perfeito, já tá formado pra ser submisso! Culpa das nossas instituições, eu imagino.” (Ed)

No entanto, não caem em uma perspectiva determinista, posto que percebem a possibilidade não só de fugir a essa lógica como de contrapor-se a ela, apesar do esforço que tal tarefa exige:

“Eu tô falando em termos gerais, mas com certeza algumas pessoas conseguem fugir dessa ordem, conseguem até se contrapor de alguma maneira...mas para tu romper a inércia inicial tu precisa muito mais força do que para manter a coisa andando..” (Ed)

As instituições políticas, em particular os partidos políticos, geram posturas e sentimentos contraditórios. Assim, para Cacá, os partidos políticos não parecem confiáveis:

“Eu desacredito em partidos políticos. Não voto em partidos. As ideologias são meio distorcidas, eles colocam lá... agem na realidade contra... então eu fico meia duvidosa.” (Cacá)

Já para Ike parece absurdo que quaisquer projetos ou qualidades individuais possam ser preferidos a propostas partidárias. Para ele a sociedade não deveria abrir mão do controle da vida pública:

“Não se vota em partido, mas em pessoas, o que é absurdo. O controle deveria ser feito pela sociedade, mas ela não faz.” (Ike)

Encontramos ainda uma outra postura na fala de Guto, que, embora reconheça nos partidos uma “ferramenta útil”, não os vê, nesse momento, como alternativa à participação:

“tem muita coisa que eu não concordo, talvez pela estrutura dos partidos (...). Hoje em dia não tem nenhum partido político que eu conseguiria me doar de corpo e alma. Mas eu acho que seria importante essa luta política. (...). É que eu vejo muita coisa errada, mas eu não sei como expressar. Eu sinto como sendo uma ferramenta útil.” (Guto)

Ed preocupa-se com a falta de ética demonstrada na condução de campanhas políticas, que podem inclusive estimular movimentos xenofóbicos entre a população:

“(...) toda política partidária, elas lidam com elementos, com símbolos, que geram... por exemplo, a xenofobia que houve aí na eleição da Angela Amim, contra paulista e gaúcho. Quer dizer, um elemento que lida com o emocional das pessoas, entendeu? Que faz que deixem de lado o resto.” (Ed)

Ed destaca a cumplicidade da mídia nessas campanhas:

“Mesma coisa o Collor, (...) começaram a dizer que quem tivesse

apartamento vago ia ter que dar, um quarto, se o Lula fosse eleito. Esse tipo de coisa, né? Aí tem toda a mídia em cima, tem todos os significados, simbologia... A maneira como colocam faz com as pessoas sejam levadas por esse lado emocional. Acho que o mesmo raciocínio funciona para os movimentos nazistas, fascistas, esse tipo de coisa.” (Ed).

As questões aqui levantadas em relação à esfera da política fazem crer que, para esses sujeitos, a crise institucional apenas reflete outra maior, que extrapola questões nacionais, fundando-se no sistema econômico, na ordem mundial. Ed coloca a sua percepção de que há um discurso político que camufla essa realidade:

“(...) hoje tu não pode mais pensar em fronteira econômica. Só que, tipo assim, tu tem uma situação totalmente inviável e um discurso político que não se coaduna com a realidade econômica que é internacional...” (Ed)

Para Ed, esse descompasso entre o discurso político e a economia faz da política, muitas vezes, algo desagradável e pouco compreensível:

“(...)então as coisas ficam muitas vezes hipócritas, muitas vezes sem sentido, idiotas. É difícil, né?” (Ed)

Para Cacá a crise também é moral e parece refletir a falta de projetos:

“A situação está péssima, caótica, os valores morais a cada dia são destruídos, uma decadência, as pessoas buscam por algo que não sabem, não se encontram em si mesmos.... Tá muito feio.” (Cacá)

Diante dessa conjuntura, é enfatizada a necessidade de uma preocupação que vá além da individualidade, que considere o coletivo:

“(...) o homem tem que viver socialmente e de alguma maneira, ao mesmo tempo que tu tem que pensar na individualidade, tu tem que pensar coletivamente.” (Ed)

Os jovens e a política

“As pessoas generalizam os jovens. Cada grupo, aparentemente, tem os mesmos atos mas com valores totalmente diferentes. (...)” (Guto)

A visão que os sujeitos menos autoritários têm da juventude dos anos 90 e de sua relação com a política reflete a vigência de distintas representações e também as contradições entre estas e a realidade. Assim, na fala de Peri, podemos observar que ele percebe, com naturalidade, os jovens como “desligados”...

“É engraçado porque eu tô convivendo aqui com um pessoal

mais novo. Fico analisando, eu vejo que eles são muito pouco ligados. Eu acho que é inerente da idade deles, da fase da vida que eles estão.” (Peri)

Por outro lado, podemos ver que há também uma representação do jovem como o militante “que quer mudar o mundo”, bem como uma certa expectativa de que corresponda a ela:

“Eu acho que seria muito normal que eles estivessem nessa política aí, querendo mudar o mundo e tal. Eu não vejo essa vontade neles.” (Peri)

Questiona-se, então, baseado em sua própria experiência:

“A gente sempre ouve falar que são os jovens que querem mudar o mundo, tal, mas eu não vi isso, eu não vivi isso. Eu só não sei se é da minha geração pra cá que isso parou...” (Peri)

Na tentativa de superação dessas imagens contraditórias, resgata outras referências e contextualiza os diferentes perfis de juventude, dando a noção de processo:

“Eu penso um pouco sobre o que houve na década de 70. Isso abriu muito a cabeça das pessoas, puderam questionar, querer mudar o mundo, tal. Só que teve junto com a ditadura a questão da educação mesmo. O sistema de educação tá indo à falência, né? Eu acho que os jovens estão assim porque houve a abertura, mas eles tiveram pouca

base de conhecimento para poder usar toda essa liberdade. Então eu acho que tá meio perdido. A minha geração já sentiu isso e acho que essa tá sentindo mais.” (Peri)

A percepção do jovem como “passivo” é associada, por esses sujeitos, ao papel desempenhado pela mídia, embora considerem também outros fatores contextuais, como pode ser visto na fala de Ed:

“De uma maneira geral, são muito parecidos, ligados à mídia. É, não sei. Todo mundo diz que era mais fácil em outros tempos tu te posicionar, blá, blá, blá. Que hoje em dia é mais difícil porque as coisas não são explícitas, sei lá... Mas, mesmo assim, os jovens são extremamente passivos. São moldados pela mass-mídia” (Ed)

Guto coloca a mídia como instrumento repressor da individualidade e disseminador do individualismo:

“Aí tu interage com a mídia: na busca da tua liberdade e felicidade, tu achas o padrão e de repente pode ser só uma imagem, uma roupa que tu vestes mas ao vestir aquela roupa tu tens que incorporar o personagem daquele uniforme. E aí tu estás agindo e falando de um modo específico, tendo atitudes, mudando a tua alimentação, o teu jeito de caminhar, o teu jeito de pensar. Então, na verdade, tira a individualidade das pessoas. Isso tu reproduzes.” (Guto)

Para ele, a reprodução de valores aí subjacentes faz com que as novas gerações sejam desestimuladas a desenvolver um pensamento

crítico e uma maior participação política e social:

“Acho que é uma mistura desses valores, desses resquícios, que fazem com que a pessoa não seja voltada a pensar, a desenvolver o lado político, uma coisa social.” (Guto)

Nesse sentido, acredita que a maior parte dos jovens vive as questões do cotidiano sob a supremacia do individualismo:

“Acho que a gurizada que eu vivo não tá nem aí. Eu vejo um pessoal totalmente sem garra. Os problemas são muito comuns, maximizam os pequenos problemas e não conseguem ver coisas reais. Eles se ligam muito a pequenas coisas, crisezinhas, coisas muito pessoais, de relacionamentos.” (Guto)

Afirma que há também uns poucos em situação diversa e até em posição extremamente oposta:

“Tem uns poucos, sendo que desses muitos deles eu descartaria porque são tão radicais, estão vivendo num mundo décadas atrás, estão puxando um barco arrastando no seco.” (Guto)

Preocupa-se em não generalizar e chama a atenção para diferenças sutis que, no entanto, considera significativas:

“As pessoas generalizam os jovens. Cada grupo, aparentemente, tem os mesmos atos mas com valores totalmente diferentes. (...)”

Cheguei a ter uma turma que se extinguiu por valores morais, foi bem por causa disso. O pessoal tava vivendo só o presente mas de uma forma muito fútil. Só se divertir e não tinha assim um lance.” (Guto)

Ike também pensa que não há homogeneidade na juventude:

“Eu acho complicado falar em todos, porque são grupos totalmente diferentes. Eu sou meio contra padrão.” (Ike)

A imagem por vezes desqualificada da juventude de hoje se estabelece a partir da comparação com outra juventude, a dos seus pais, mas de forma geral conseguem relativizar:

“É uma coisa que eu tenho gastado boa parte do meu dia pensando. A juventude do jeito que eu comecei a analisar (eu acabei vendo) era a juventude que eu vivia. Aí eu tinha uma opinião bem negativa a respeito dela. Eu comparava com a do tempo dos meus pais. Só que se for analisar, a do tempo deles era outra classe. Eles estavam em outra condição. Eu acho que as pessoas que viviam na minha condição naquele tempo eram tão babacas quanto a gente é agora.” (Guto)

Ike também acredita que se criou uma imagem romântica da juventude que viveu sob a ditadura e diz que as formas de coerção mudaram:

“Se você pegar outras épocas, anos 70, tinha o estereótipo assim

do jovem. E eu também acho que não era bem aquilo. Tem que espalhar aquele tipo de personalidade porque era bom. Hoje existe muito mais liberdade mas também muito mais controle de modas e coisas assim.” (Ike)

Cacá acredita que a universidade funciona como promotora de senso crítico, mas pensa que esse tem um caráter efêmero, na medida em que as pessoas são envolvidas em outras dinâmicas ou racionalidades:

“Quando a gente está na universidade, a universidade abusa de senso crítico, então você não fica alheio, tem que ter um porquê das coisas, mas depois, querendo ou não, acaba entrando no mesmo esquema. Aquela mudança que a universidade coloca na gente é aquela coisa meia acentuada, mas depois ela não funciona.” (Cacá)

Peri diz que o espaço universitário frustrou suas expectativas em relação à política:

“Eu acho que em qualquer meio é difícil achar quem goste de política, mas na universidade eu esperava um pouco mais.” (Peri)

5.3 A democracia

5.3.1 Os mais autoritários

“(…)a democracia sendo representada por nossos políticos às vezes se

torna negativa” (Doli)

Para a maioria desses sujeitos a democracia é algo desejável, embora diferenciem-se quanto ao entendimento de seu significado ou de seu alcance. Assim, surgiram definições que remetem simplesmente ao seu aspecto formal:

“Democracia é um processo onde o povo elege seus representantes que a mandato do povo trabalham”. (Joca)

Ou a associam a valores:

“Agora a democracia, na minha forma de entender, é a liberdade de expressão nas diversas formas” (Doli)

Outras sugerem uma noção mais ampla de direitos:

“a democracia, ela existe quando tu tens o direito de ir e vir, quando tu tens a cidadania, os teus direitos como cidadão” (Luca)

Para Luca, o voto obrigatório não é expressão de cidadania, mas acredita que ela se amplia no campo social:

“A cidadania hoje em dia no nosso país, ela está um pouco, podemos até dizer imposta pra ti. De forma alguma o fato do voto ser obrigatório é reflexo de uma cidadania. Agora no campo do social, hoje tu tens chances diversas de exercer essa cidadania e interagir

socialmente ajudando as pessoas.” (Luca)

Geco já percebe a democracia no Brasil como puramente formal e a relaciona com condições materiais de vida:

“(…) a gente vive uma sombra de democracia. O que se vive no Brasil hoje no fundo é uma anarquia misturada com uma ditadura disfarçada. Se você tem fome, miséria, favela, essa corrupção solta por aí, deputado votando em causa própria, isso é uma bagunça. Isso não é uma democracia”. (Geco)

Para ele a democracia parece estar associada à igualdade, pois acredita que nos falta

“realmente cumprir as leis, que hoje em dia tu vê que as leis aqui no Brasil elas não são feitas pros ricos, só pros pobres”. (Geco)

Pensa que a questão das desigualdades só seria resolvida num sistema socialista, embora não deixe clara uma articulação deste com a democracia:

“Acho que a democracia só minimizaria, mas não resolveria o problema. Eu acho que requeria um socialismo mesmo.” (Geco)

Um sentimento de obrigação, mais do que de direito, parece permear o procedimento do voto para a maioria desses sujeitos, como pode ser observado na fala abaixo:

“dar sua opinião com relação a quem vai governar o seu país, tem uma responsabilidade, tá? E você não pode abrir mão disso... As vezes acontece que a gente não tem como escolher A ou B, porque é tudo ruim. A atividade de uma pessoa que pensa como eu é escolher o menos pior.” (Doli)

Para Luca, como para a maior parte destes sujeitos, a concretização histórica do autoritarismo social reforça o apreço pela democracia:

“O autoritarismo provou, pela minha idéia, que sociedade em democracia é o ideal”.(Luca)

No entanto, a situação econômica parece balançar facilmente as convicções democráticas:

“Nós estamos vivendo um caos econômico. A crise é geral e ela está quase endêmica no mundo. Uma reação de autoritarismo nesse instante é viável, e talvez tenha que ser feita dessa forma, porque nós não teríamos condições de participar. Mas ainda assim, tem muitas coisas que a sociedade poderia participar, mas também não participa porque é aquele negócio que eu falei do estar alheio”. (Luca)

Regime e governo por vezes se confundem, de forma que a democracia passa a ser vista como responsável pela ineficácia das ações governamentais. É o que podemos perceber nessa fala de Luca:

“Existe um sistema de governo que é republicano e democrático, no entanto não há a ação pra montar toda essa gama de ações que tem que ser feita, pra melhorar a situação em si. Se não mudar, até esse lance de democracia vai ter que ser um pouco revisto”. (Luca)

Na fala de Joca, vemos que embora uma ditadura, propriamente dita, não seja desejada, a possibilidade de solução dos problemas do país só é vista a partir de um “endurecimento” do processo, comandado por um governo “firme”:

“(...) mas a base do problema é que o povo é tão ignorante, que nós estamos sujeitos a qualquer coisa. Infelizmente, atualmente no Brasil teria que ser um processo duro. Hoje precisava haver não uma ditadura, mas uma mão firme no nosso governo. Uma sociedade só caminha dentro de leis e regras senão vira o caos” (Joca)

A descrença nas instituições políticas leva à apatia ou rejeição e compromete a opinião acerca da democracia:

“É desestimulante. Você vota numa coisa e piora. Vai votar de novo: piora. Isso vira um processo burocrático, obrigatório, que não traz benefício nenhum. O pessoal só enche o bolso lá e não faz nada em prol da gente.” (Doli)

Doli foi o único sujeito que posicionou-se contrariamente à democracia. Aqui, ela aparece representada como falta de controle e

de parâmetros morais para a sociedade:

“Eu não sou democrata, eu não gosto de democracia (...) Eu sou a favor da censura, que não existe mais. Tipo assim, havia um controle. Eu sou a favor do controle. E democracia em si, na sua essência, seria falta de controle. Uma falta de parâmetros morais pra uma sociedade.” (Doli)

Para ele, a democracia no Brasil é resultado simplesmente de uma imposição externa:

“Agora a ditadura não pode existir porque os Estados Unidos não gosta de ditaduras, não apóiam. Então tudo bem, temos uma democracia aqui.” (Doli)

Mas os EUA são parâmetro de uma “boa” democracia:

“eu acho que é um país desenvolvido, que tem uma população mais consciente, com políticos mais comprometidos com o país, as empresas trabalham mais, dão mais condições de trabalho aos empregados, então eu considero um país mais humano, com moral. Então eu acho que lá funciona a democracia, entendeu?” (Doli)

Esse parâmetro dá um certo crédito à democracia:

“Eu gostaria que realmente a coisa funcionasse pela democracia, certo? Eu olho pros Estados Unidos... não sou aquele tapado que fica

olhando a bandeira americana e começa a sonhar. Eu gosto de analisar criticamente, mas ...” (Doli)

Enquanto a imagem negativa e confusa da política no Brasil acaba por depor contra:

“(...)então a democracia sendo representada por nossos políticos às vezes se torna negativa. Eu posso tá errado. Pode ser que a ditadura possa ser uma porcaria, pode ser que tenha um ditador bom pra 100 ruins. Não sei. Eu não vivi isso e nem estudei muito isso.” (Doli)

Para Doli, quanto mais ampla a participação nas esferas de poder, maior o sucateamento dos bens e dinheiro públicos. Por isso acredita que uma ditadura no Brasil favoreceria uma maior visibilidade e controle por parte da sociedade sobre os governantes:

“Hoje quem são os culpados pela roubalheira em nosso país em termos políticos? Todo mundo rouba. Se voce tem um conjunto de 10 ou 15 roubando, você sabe que são aqueles. Não é uma roubalheira geral, só uns...” (Doli)

A centralização do poder aparece como possibilidade de centralizar também a desonestidade em relação à coisa pública ou, pelo menos, aumenta as chances de punição:

“Teoricamente estaria sendo uma coisa honesta, digamos assim,

ou roubariam, ou não roubariam. Seriam eles apenas, um pequeno grupo, que teriam o domínio, o controle. Hoje tá descentralizado isso (...) veja bem, é mais fácil você colocar a culpa em um, ou em um conjunto pequeno.” (Doli)

Com uma expectativa paternalista, vê na ditadura uma alternativa para a solução dos problemas do país:

“Eu acho que a ditadura talvez funcionaria na sociedade se tivesse alguém que realmente olhasse pela sociedade. Não tivesse que ficar escutando outros caras que não estão nem a fim, se desse pra não ficar precisando do apoio de muitas pessoas.”(Doli)

Em outra passagem, encontramos um indício da proveniência dessa representação da ditadura e da visão paternalista do líder político:

“(...) eu não estudei muito sobre Getulio Vargas, tipo assim, pô foi o cara que colocou a CLT, estabeleceu o salário mínimo, que criou a PETROBRAS, foi um cara que trouxe muita coisa boa, sabe, foi um período de desenvolvimento, uma coisa patriota mesmo.” (Doli)

Questionado acerca da ditadura mais recente, Doli diz não ter conhecimento algum, porém, em seguida, surge uma referência e associação negativa:

“(...) eu não sei o que é de verdade uma ditadura. As pessoas

que são acusadas de alguma coisa simplesmente saem de nosso país, sem direito a se defender, sem direito a nada. Não é por aí também”.
(Doli)

5.3.2 Os menos autoritários

“(...) a partir do momento que as pessoas não têm acesso a informação, não exercem a sua cidadania, acho que a democracia é meio fraca, né?” (Peri)

Os sujeitos menos autoritários pensam que a democracia no Brasil é relativa, formal, fraca, e questionam as suas limitações, como vemos na fala de Ike:

“É meio complicado, tanto que poder votar não é democracia. Acho que existe uma democracia formal, mas voto universal não garante democracia, claro que é necessário, mas não garante.” (Ike)

Sugerem, assim, uma representação de democracia como algo maior ou mais “forte”, que se relaciona à vontade, ou interesse, da maioria:

“Formalmente, a gente tem, né? Mas, a partir do momento que as pessoas não têm acesso a informação, não exercem a sua cidadania, acho que a democracia é meio fraca, né? (...) Eu acho que isso tem que ser mudado. Acho que a maioria teria que estar mandando, uma

minoria representando, mas representando os interesses dessa maioria.” (Peri)

Ed questiona a falta de justiça e o próprio sistema representativo:

“Eu acho que essa não é uma sociedade justa, as instituições são autoritárias e começa pela questão da delegação de poder, pelo próprio sistema. Acho que a partir do momento que tu delega poder a alguém para decidir qualquer coisa por você é difícil escapar do autoritarismo... Eu fico pensando numa coisa bem mais radical.” (Ed)

Indo além, reclama o direito à diferença:

“Eu acho que democracia deva passar também por respeito, principalmente às minorias. Sei lá, tu pode colocar negros, homossexual, qualquer tipo de minoria, só pra dar um exemplo, entendeu? Elas têm que poder de alguma maneira falar, né?” (Ed)

As diferenças econômicas e a falta de espaços para expressão popular aparecem como indicadores de uma democracia minimalista:

“É só ver economicamente, as maiores diferenças entre os que ganham mais e os que ganham menos... Distribuição de renda. A mais díspare. Então não existe cidadania. As pessoas não são ouvidas, ninguém tem voz. Não existe veículo nenhum pra você se expressar.” (Ed)

Guto acredita que a área da cultura é outro indício, na medida em que esta encontra-se submetida à censura do mercado, que limita as formas de expressão cultural e o acesso a elas:

“Tu tem que acabar se vendendo, pelo menos em parte. Não é que tem. Às vezes o pessoal apela, até inconscientemente, pra buscar se manter. Eu acho que isso é uma forma de censura. Hoje em dia não tem espaço para se fazer uma boa música para ser escutada. Eu acho que isso abrange todas as formas de expressão.” (Guto)

Nesse sentido, chama a atenção para a conseqüente perda de valores culturais:

“Há décadas atrás, tinha uma repressão forte ao movimento cultural. Hoje em dia, não tem daquele modo, mas tem uma outra coisa, perda de valores culturais. Literalmente, esse “é o tchan”, esse tipo de coisa tá deturpando tanto, que eu acho que tá sendo tão nocivo quanto várias coisas feitas, arbitrariamente, pelo governo, pelas forças militares.” (Guto)

A concepção de cidadania que surge entre estes sujeitos extrapola o exercício de direitos em direção ao ainda não conquistado:

“Cidadania é exercer o direito de saber, exercer o direito de cobrar. Não é simplesmente eu ter o direito disso. Mas eu saber até onde vai o meu dever, no que repercute o meu direito e o meu dever. Ser cidadão mesmo é conhecer, conhecer p’ra viver, e aí quem sabe o

que a gente não consegue?” (Cacá)

5.4 Perspectivas de futuro

5.4.1 Os mais autoritários

“(...) enquanto nós tivermos políticos sacanas, as coisas não vão mudar no nosso país.” (Doli)

Esses sujeitos mostraram-se pouco otimistas em relação à perspectiva de futuro para o país. A educação é citada por todos como requisito básico para transformações sociais, bem como a principal dificuldade para a sua implementação.

Talvez a descrença da maioria na possibilidade de mudanças esteja relacionada ao fato de que as condicionam, senão única pelo menos primeiramente, à ação do Estado:

“Agora como é que você conseguiria ter isso no seu país? Eu acho que uma parte seria de ter uma conscientização da massa, e dificilmente isso se conseguirá. Eu sou pessimista em relação a isso. Segundo aspecto: administração, é quem cuida de tudo o que ocorre na nossa sociedade, são os políticos, pois são eles que administram o nosso país. Então, enquanto nós tivermos políticos sacanas, as coisas não vão mudar no nosso país.” (Doli)

De certa forma, o mesmo pode ser percebido também na fala de

Geco:

"Eu acho que a educação é fundamental. Valorizar o corpo docente, porque hoje em dia muito professor está desinteressado, então, se o governo não se preocupa quem vai se preocupar?" (Geco)

Para ele, as condições gerais em que se encontra a sociedade constituem a principal dificuldade para a implementação de mudanças:

"essa sociedade encontra-se totalmente despreparada educacionalmente, economicamente, e muito mais politicamente, porque não tem cultura." (Geco)

Por isso pensa que nem todas as pessoas estão preparadas para participar, ficando o debate ao encargo das pessoas "mais conscientes":

"Eu acho que a troca de informação é muito importante. No aspecto micro, procurar discutir, debater, procurar dividir ... quem tem um pouquinho mais de consciência. Sei que a dona Maria lá, a lavadeira, o que que adianta falar isso pra ela? Não vai adiantar, ela não vai entender. Eu acho que não é por aí. Acho que tu tem mesmo que ter a informação bem embasada." (Geco)

Geco acredita que a maioria da população, por não ter acesso à educação, é manipulada politicamente, por isso cogita a possibilidade de algum tipo de restrição ao voto como encaminhamento imediato de

mudanças:

“Restringir o voto, eu acho que seria uma vantagem pra esquerda. Tu pega por exemplo a favela lá, tudo bem, é antidemocrático, pode até ser, mas se tu pegar eles, eles são facilmente manipulados. E quem faz isso? Geralmente é o pessoal que já tá no poder há algum tempo, eles sabem bem fazer isso aí, usar os meios de comunicação.” (Geco)

Joca acha que a sociedade precisa assumir uma perspectiva mais ‘realista’ e menos idealista:

“Então se estruturasse melhor a sociedade brasileira... não essa demagogia de direitos iguais, infelizmente o trabalhador não vai poder negociar, não pode, não adianta, o patrão, qualquer coisa ele pega o capital e aplica” (Joca)

Família e Honestidade foram os valores mais destacados espontaneamente nas falas desses sujeitos. A referência a um ideal de sociedade, no entanto, faz com que surjam outros:

“Agora eu vou me reportar a, como é que é? À revolução francesa: Igualdade, Liberdade e Fraternidade (risos) Não, porque toda vez que uma pessoa pergunta isso, isso vem à minha cabeça. Eu acho que isso é fundamental.” (Geco)

Neste caso, a resposta é retomada para relativizar esses valores:

“Mas acho que há controvérsia (...) Não adianta ter somente um regime socialista, comunista, e a pessoa não ter liberdade. E quanto à igualdade, eu vejo a mesma coisa também. Não adianta eu ter a liberdade de me expressar, a liberdade de ir e vir, de produzir, se eu sou de uma classe operária, e não tenho acesso à mesma coisa que um filho de burguês.” (Geco)

Geco pensa que a cidadania começa na família, pela formação do caráter do indivíduo, e nesse sentido defende como valores fundamentais também a honestidade, sinceridade e educação:

“Em 1º lugar eu acho que a educação começa na família. Então, a primeira coisa que eu me preocupo, um valor que eu acho importantíssimo, é a questão do caráter... fazer com que sejam pessoas honestas, sincera, ter liberdade pra se expressar, eu acho que é por aí que se começa a formar um cidadão.” (Geco)

Acredita também que a obediência é um valor de grande importância na sociedade:

“Eu penso assim: obediência com consciência. Tem que cumprir as leis.” (Geco)

Para Doli, o primeiro valor a ser resgatado é a honra:

“Bom, eu não sei se sou machista, o que é que eu sou, eu gosto

de ter palavra, ter honra. Honra é uma palavra desgastada.” (Doli)

Outros valores que considera fundamentais são:

“Trabalho, Honestidade e Responsabilidade. Com essas coisas eu realmente acho que poderia acontecer muita coisa. Disciplina. Como você pode ser responsável se não tem disciplina, entendeu? Pra mim não fecha. Pra mim algumas palavras não vão no seu sentido, mas elas têm uma relação tão grande que pra mim elas se confundem. Então, falar em moral pra mim falou em tudo que é de bom...” (Doli)

Para ele, valores como felicidade e prazer aparentemente não devem ser buscados antes, ou mesmo junto com aqueles que elegeu:

“Eu vejo uma mulher linda, sabe... Eu fico pensando: ...será que ela tem a capacidade de pegar a mãozinha no bombril pra lavar uma panela? Sabe, ir botar forcinha pra sair sujeira da janela, ou ela teria de ter uma empregadinha pra fazer isso? É aquela incompetência, aquele autozelo, negativista, sabe? Tudo eu, eu, eu... Tem mulher que se casa só pra ser feliz, o marido, os filhos, que se danem.” (Doli)

A família, segundo a maior parte desses sujeitos, deve ser resgatada como um valor também fundamental para a sociedade:

“Se você tem uma família bem estruturada, você estrutura um bairro, uma cidade, um país. E aí, a seqüência é você formar bons cidadãos, pessoas estruturadas. Tudo bem, estamos chegando no

terceiro milênio, mas pelo que eu sei, é a melhor forma de estruturar a humanidade.” (Joca)

Para uns, a sociedade desejada não parece estar tão distante:

“a sociedade que eu gostaria é a nossa aprimorada, da forma como a gente vive, liberdade de expressão, liberdade de ir e vir, uma situação melhor economicamente falando.” (Luca)

Geco sonha com uma sociedade onde as leis sejam respeitadas a fim de alcançar a igualdade:

“Minha concepção seria essa, de igualdade. Como é que se poderia alcançar essa igualdade? É justamente fazendo que as leis sejam cumpridas, oportunidade igual, entende?” (Geco)

Se estivesse em suas mãos a oportunidade de mudar, Joca já saberia o que fazer:

“se eu pudesse, eu ia tentar uma racionalização da sociedade com educação, controle de natalidade na classe pobre, cursos técnicos, aprimoramento profissional, fixação do homem ao campo, importar técnicas pra agricultura. Dar condições.” (Joca)

Doli, embora não tenha explicitado um sonho para o Brasil, deixa entrevê-lo na imagem que faz da sociedade norte-americana que tanto admira:

“um país desenvolvido, que tem uma população mais consciente, com políticos mais comprometidos com o país, as empresas trabalham mais, dão mais condições de trabalho aos empregados, então eu considero um país mais humano, com moral. (...) lá funciona a democracia, entendeu?” (Doli)

5.4.2 Os menos autoritários

“(...) eu acho que tu não pode mais pensar hoje em termos de guerras, em termos de revoluções. Isso não. Talvez sejam pequenas revoluções, pequenas revoltas. Acho que isso já tá acontecendo de alguma maneira.” (Ed)

O futuro que se desenha a partir da fala desses sujeitos é um tanto duvidoso, seja no que se refere à esfera local ou à global. Oscilam entre realidade e utopia, ante a plausibilidade da degradação econômica, social e a da natureza e a persistência da esperança:

“Eu acho que a miséria deve se agravar, a fome, tudo isso... A gente tá estragando demais o planeta. Eu acho que tem que haver uma transformação, mas demanda muito tempo para que a sociedade se transforme dentro desse sistema, e ela mesmo faça essa transformação. Se tivesse força no Estado, seria mais rápida (...) Agora, eu não sei se vai dar tempo, se a gente vai conseguir transformar a sociedade e ainda vai ter condições para viver bem.”

(Peri)

Guto nota que, se, por um lado, essa sociedade tem desperdiçado recursos, tem produzido, por outro, conhecimentos capazes de proporcionar uma vida melhor e parece apostar na possibilidade de superação da crise. Nesse sentido, projeta no futuro a dialética que percebe no presente:

“(...) eu acho que a coisa tá caminhando por um lado que é um desperdício. Um lado não tá legal, não tá evoluindo. Vai chegar uma hora que não vai se sustentar. Lá no fundo eu acho (...) que talvez a coisa chegue num pé em que alguma coisa vai ter que ser feita e aí se utilize essa série de conhecimentos que se tem.” (Guto)

Ike pensa que apesar da injustiça social, há uma grande resistência a mudanças motivada pelo medo:

“a sociedade não é justa para a maioria, mas mesmo essa maioria tem resistência à mudança, mesmo quem está por baixo. É complicado. Tem medo de ficar pior. A empregada da minha mãe, eu perguntei pra ela: Por que você tem medo de Comunismo? ‘No Comunismo, você é obrigada a vender tudo pra dividir’, ela disse. E aí eu disse que se isso acontecesse a maior beneficiada seria ela.” (Ike)

Acreditam na possibilidade de avanço em direção a uma sociedade mais democrática, que deve ser conquistada:

“Acho que temos mais do que resquícios (de autoritarismo). É

uma coisa que faz parte da realidade mas não é uma coisa imutável. Como a gente já conquistou bastante coisa, tem que se conquistar mais. Não é parado que a coisa vai mudar.” (Guto)

Ed acredita que a democracia pode e deve evoluir, tanto em direção a uma participação mais direta, como mais ampla:

“Se pensar democracia neste sentido de respeito a todas as opiniões eu acho que é uma coisa que pode evoluir. Nosso sistema político talvez também possa evoluir, eu acho que é uma coisa incompatível delegação de poder com democracia.” (Ed)

Como coloca Peri, as transformações devem passar pelo individual e cotidiano, mas também por um contexto de disputa de interesses:

“Eu acho que a gente tem que fazer a parte da gente, né? Porém, também tem que haver essa mudança num outro âmbito, maior. Se somasse todos os universos pequenos, cada pessoa, realmente eu acho que poderia haver uma mudança maior. Só que os interesses em jogo são importantes também pra que isso ocorra.” (Peri)

Não parece haver atores políticos privilegiados para operar qualquer transformação, mas é na sociedade civil que percebem o potencial, como se pode observar na transcrição abaixo:

“(...) eu acho que tu não pode mais pensar hoje em termos de

guerras, em termos de revoluções. Isso não. Talvez sejam pequenas revoluções, pequenas revoltas. Acho que isso já tá acontecendo de alguma maneira. As pessoas já estão de alguma maneira, talvez, iniciando alguma coisa, lutando pelos seus direitos, lutando por alguma expressão, coisas desse tipo, né?” (Ed)

Para Cacá, a construção de uma sociedade mais democrática tem que começar pela base:

“Não vai adiantar mudar a cúpula se a gente não mudar. Se as pessoas começarem a mudar, não tem como, a coisa cresce junto, entende? Tem que começar pelas pessoas (...) senão, vai continuar sempre sendo uma sociedade autoritária.” (Cacá)

Mas o caminho parece passar menos pelos canais institucionais tradicionais e mais por uma política associada ao cotidiano, mais direta e menos representativa, que reforce os espaços locais, que busque interesses coletivos sem ferir as individualidades:

“Acho que seria essa a unidade fundamental, o papel de cada pessoa dentro da sociedade. Não é falar o mínimo. Seria o legal de se fazer. Acho que todo mundo faz de um modo inconsciente, interagindo, mas fazer isto se tornar consciente seria um lance legal. Opinião você tá sempre mudando! (...) Acho que é muito importante esta interação. Cada lugar que a gente passa, gente que conhece, tem um poder de alterar e talvez seja legal porque é um poder pequeno.” (Guto)

Acreditam em pequenas mudanças que podem ser operadas através de uma política cotidiana e na contramão da mídia:

“As pessoas têm certas idéias fixas que a TV passa e talvez, conversando, dê para mudar. Tem também a conscientização, por exemplo, de jogar o papel no chão, esse tipo de coisa. Lá em casa, ninguém faz mais, acho que eu consegui passar a idéia pra eles...”
(Ike)

Mas Ike pensa também que hoje qualquer projeto de transformação tem que levar em conta o processo de ‘globalização’ a ser enfrentado:

“As coisas podem mudar, mas também depende da economia estrangeira, da globalização. A globalização pode ser ruim, pode ser boa, mas já está aí, não tem como controlar, tem que enfrentar.” (Ike)

Há a percepção de que a possibilidade de transformações na esfera pública passa antes, ou também, pela intimidade, podendo ser mediada inclusive pela religiosidade:

“Precisa haver algo que venha do fundo mesmo, para poder as pessoas construir assim. Se as pessoas conseguissem amar a Deus, porque Deus nos ensina a amar as pessoas. Isso seria bem diferente, Jesus Cristo não foi preconceituoso. Então hoje acabaria com a função do preconceito racial, da própria situação financeira, posição, é um monte de coisa”. (Cacá)

Liberdade e igualdade compõem o sistema de valores que esses sujeitos reivindicam para orientar a sociedade, porém estes assumem uma significação relativa:

“liberdade e igualdade total são coisas que são extremamente conflitantes. Porque a liberdade total não leva à igualdade e a igualdade total não leva tampouco à liberdade.” (Ike)

Ed inclui aí o respeito:

“acho que a questão fundamental é respeito. Isso mesmo é meio utópico. É difícil tu pensar o que seja realmente liberdade. É uma coisa meia ... meio etéreo o conceito, não é uma coisa que consegue trazer pro campo terreno, né? Acho que é mais... uma coisa relacionada ao respeito aos outros...” (Ed)

Para Guto, a liberdade de cada um deve ser respeitada no coletivo, pois é uma condição humana:

“Uma característica do ser humano é a busca pela liberdade. Tem pessoas que conseguem depois de um tempo, de uma maturidade, impor elas mesmas os seus próprios limites. Acho que é esse o objetivo principal, tu regeres a tua liberdade, até onde tu queres ir, onde tu podes ir e não podes, dentro de um limite saudável pra todos, de vez em quando extrapolar um pouco...” (Guto)

Há ainda a referência ao prazer como valor importante por si só,

embora capaz de estimular a própria *transcendência*:

“Nossa banda (...) começou, invariavelmente, como uma coisa de prazer e dali querer buscar uma mensagem, outra coisa. Teve uma época que a gente só tocava músicas nossas, e dentro daquilo, tinha as que a gente via o lado babaca, mas foi uma coisa que a gente criou e a gente gostava, valorizava, não era só o conteúdo, também passava uma coisa boa: o som, o ritmo, aquilo ali também era válido, também era útil.” (Guto)

A sociedade ideal é, para eles, antes de mais nada, aquela em que a população tem acesso à educação e informação, podendo optar de forma não alienada por aquilo que acredita seja o melhor:

“Bom, primeira coisa é a educação. Que eu acho que isso aí que alimenta a sociedade, a consciência das pessoas, para elas poderem optar ... o que elas acharem que é melhor. ” (Peri)

Mais ou menos distantes em relação às possibilidades reais, mais ou menos capazes de mobilizar para a ação, mais ou menos perceptíveis, os sonhos parecem resistir a tempos tão desiludidos:

“Imagina o murrão todo filosofando! Isso seria a base da minha utopia. Dar educação pro povo inteiro. Daí que partiriam várias outras coisas.” (Guto)

Ed sonha com uma sociedade onde a participação fosse maior e

mais direta:

“que não houvessem instituições da maneira que a gente vê elas assim, não é não existir instituição nenhuma, mas instituições em que você responde por você mesmo. Pequenas, talvez, nesse sentido. Seria interessante que as pessoas pudessem exercer mais sua atividade política, mais a sua opinião, a sua expressão.”(Ed)

Cacá quer uma sociedade com mais amor, equidade e tolerância:

“que não existisse raiva, ódio, falta de amor, preconceitos, essa questão de diferença social, favela. Tem criança que veio ao mundo pagando por essas coisas aí. A criança vai construir a vida dela em relação àquilo que que ela tenha vivido!” (Cacá)

5.5 Síntese analítica:

Entre os sujeitos mais autoritários encontramos uma percepção bastante negativa da política, fundamentada sobretudo na falta de ética dos políticos e dos partidos, bem como na descrença em instituições como o Judiciário. O mundo da política, ou dos políticos, aparece como um mundo à parte, que está “lá em cima”⁵ em contraposição ao mundo “aqui de baixo”. Este é o mundo “real”, do

⁵ Procuramos compartilhar as expressões utilizadas pelos sujeitos a fim de mantermo-nos, também desta forma, próximos de seu discurso. Essas referências remetem ao discurso dos sujeitos anteriormente apresentado, podendo, por ocasião desta análise, não se dar em forma de uma transcrição fiel de cada palavra, sem contudo alterar-lhe o sentido.

esforço e das dificuldades - "sociedade totalmente despreparada educacionalmente, economicamente e muito mais politicamente". O mundo dos políticos é o "outro planeta", é o mundo do dinheiro ("mansões"), da desonestidade ("roubalheira"), do corporativismo ("máfia") e do poder ("eles fazem e desfazem"). A relação estabelecida entre esses mundos é, portanto, assimétrica e hierárquica.

Essa representação, compartilhada em grande medida pelos sujeitos, identifica e equipara a política aos atos dos "políticos", ou seja, basicamente aqueles que ocupam algum cargo no governo. Não há em suas falas a sugestão de existência de outros atores que não aqueles. E mesmo aqueles já parecem demais para um dos sujeitos: "muita gente mandando, muita gente opinando, não sai nada".

A população, ou o "povo" - que parece tão distante deles quanto o mundo da política - é identificado sobretudo pelas carências e pela impotência, sendo por vezes visto também como portador dos mesmos males que atribuem à classe política: "o povo no Brasil não vale nada", "não tem uma ética do certo e do errado". As perspectivas mais otimistas lhe atribuem "criatividade" devido à miscigenação, bem como uma "baixa índole e baixa auto-estima que foi jogada nele". Estas falas indicam, além da reprodução de ideologias que circulam no senso comum, o quanto essa reprodução serve à dominação, na medida em que o sentimento de incapacidade paralisa e desautoriza a ação. Quem não age termina por se submeter à ação de outrem. Se vêem a sociedade como incapacitada para organizar-se - seja por questões estruturais ou morais - restringem sua participação ao cumprimento de obrigações cívicas - votar, mesmo que seja para escolher o "menos pior". Passam a contar, portanto, apenas com

mudanças espontâneas vindas “de cima”, às quais corresponderá uma contrapartida dos “de baixo”: “no dia em que eles derem o exemplo, eu tenho certeza que o povo vai ser mais consciente”.

A reprodução da ordem social hierárquica é evidente e pode-se perceber em suas falas a presença de elementos provenientes de uma tradição política autoritária que não se extinguiu. Assim, mesmo que percebam fatores estruturais que mantêm as desigualdades, não parecem afastar-se muito dos limites de uma cultura política tradicional, estatista e personalista, marcada por uma atitude de deferência em relação aos governantes, os “comandantes”. Analisando o conjunto das falas, poderíamos dizer que para eles, “(...) tem que haver um paternalismo”, porque o povo precisa de “alguém que olhe por ele”, já que não tem condições de interferir na realidade, de escolher melhor ou diferente. Todo o poder parece estar concentrado no estado, no governo, nas elites ligadas a ele, e as relações de poder não mudam: “o trabalhador não pode, não vai poder negociar”. Diante disso, as expectativas de alteração da realidade ficam dependentes da postura dos governantes: “enquanto tiver político sacana a coisa não muda”.

A percepção que demonstram sobre a relação dos jovens com a política é que discutem pouco sobre o tema e vivem sob a influência da mídia, *“do consumismo, do capital...do imperialismo americano”*. Atribuem essa falta de interesse à imaturidade, mas também ao individualismo - “festa, quero viver a vida, quero curtir” e “não se preocupam com o social”. *No entanto não fazem a ponte individual/social na medida em que, mesmo quando citam um contexto de “despojar de ilusões que nós temos aí”, não parecem relacionar a*

ele esse individualismo, traçando apenas um paralelo. Além disso, parece haver o estabelecimento de uma dicotomia, bastante comum, embora nem sempre verdadeira: curtir a vida - não preocupação com o social.

Outra representação atribui aos jovens um comportamento “do contra”: *“Às vezes o pessoal até vai para o PT, não porque ele é simpaticante, mas porque o pessoal mete muito o pau nele e aí ele vai ver o quê que é”.*

Os universitários, em particular, foram representados por um dos sujeitos como como uma *“parcela elitizada da sociedade”*, sem interesse *“no que está acontecendo lá fora”*, o que parece causar alguma inquietação: *“São essas pessoas que logo, logo, estarão de uma certa forma mandando.”*

Percebendo a predominância do individualismo na sociedade, por vezes o tomam como um fenômeno isolado - *“eu não sei se isso tá embutido desde que a gente nasce, mas é a coisa mais comum”*. Outras vezes o relacionam a algo maior e mais profundo, que sentem, embora não consigam ainda definir - *“a sociedade tá carente, vazia, perdida. Tá em busca de alguma coisa e não sabe o que, ao mesmo tempo há uma busca constante do material para amenizar o sentimento, amenizar o lado humano, as pessoas tão se apegando nisso”*.

No caso da democracia, fica bastante claro que, apesar da opção preferencial por ela, a manutenção das desigualdades econômicas e sociais, aliada ao sentimento de inefetividade das instituições e de ineficácia política da população (e deles próprios), pode levar à aceitação de soluções antidemocráticas, como foi

claramente expresso: “se continuar assim, até essa coisa de democracia vai ter que ser revista”.

A democracia encontra entre esses sujeitos definições que vão desde o seu aspecto puramente formal até as que implicam um conteúdo associado a boas condições de vida e igualdade de direitos, passando por aquela que vê na democracia uma falta de controle ou exacerbação das liberdades. A opção clara da maioria pela democracia parece se dar em função da sua superioridade de procedimentos em relação à ditadura - “o autoritarismo provou que sociedade em democracia é o ideal” -, bem como em função de uma expectativa em relação ao atendimento de uma série de demandas - “se você tem fome, miséria, corrupção, isso não é democracia”.

Mas, para eles, dois fatores acabam por depor contra a democracia a partir de sua manifestação concreta no Brasil. O primeiro é o desempenho reprovável de políticos e instituições: “a democracia sendo representada pelos nossos políticos ela se torna negativa”. O segundo é a crise econômica: “nós estamos vivendo um caos econômico e nesse instante uma reação de autoritarismo é viável”. Um terceiro fator parece estar subjacente a essas respostas, na medida em que tal reação encontraria maior ou menor sustentação na sociedade de acordo com a maior ou menor presença de uma cultura política autoritária ou democrática: “e talvez tenha que ser assim, porque nós não teríamos condições de participar e tem muita coisa que a sociedade poderia participar mas também não participa porque está alheia”.

Na medida em que a alternância no poder não tem colaborado para a solução dos problemas econômicos e sociais, os próprios

procedimentos democráticos, como as eleições, passam a ser vistos como meras formalidades: “um processo burocrático e obrigatório que não traz benefício nenhum”. Mas se não traz benefícios para a população, o mesmo não é dito dos políticos: “eles só enchem os bolsos lá”.

São esses fatores, marcados por um sentimento de indignação, que parecem levar Doli a rechaçar a democracia e cogitar a ditadura como alternativa para nossa sociedade. Inspirado na imagem de Getúlio Vargas, e das conquistas sociais dos trabalhadores durante o período de ditadura sob o seu comando, Doli tenta entrever, com os recursos de que dispõe, uma sociedade mais justa. A única referência que ele parece ter de outra ditadura, mais recente, é uma vaga idéia de exílio, de supressão de direitos: “também não é por aí”. Ele gostaria “realmente que a coisa funcionasse pela democracia”. Ele só não sabe como isso seria possível, não lhe alcançam na realidade perspectivas diferentes e o que o seu repertório lhe informa forma suas atitudes.

Esses sujeitos mostraram-se pouco otimistas em relação à perspectiva de futuro para o país. Talvez a descrença que a maioria deles demonstra na possibilidade de mudanças positivas esteja relacionada ao fato de que as condicionam, senão única pelo menos primeiramente, à ação do Estado. E, com efeito, a representação que compartilham do mundo político parece influenciar diretamente suas expectativas. Assim, percebendo de um lado uma sociedade “despreparada” e de outro um governo constituído por “políticos sacanas”, argumentam que dever-se-ia assumir uma perspectiva mais realista e menos idealista para o tratamento dos conflitos que se

colocam: “não essa demagogia de direitos iguais, infelizmente o trabalhador não vai poder negociar, não pode, não adianta, o patrão, qualquer coisa ele pega o capital e aplica”.

Percebendo a educação como requisito fundamental para uma mudança nas relações sociais, vêem nela também uma dificuldade praticamente insuperável - “se o governo não se preocupa, quem vai se preocupar?” -, pois ainda que houvesse vontade política, por parte do governo, em atender a essa demanda, esse seria um investimento de longo prazo.

Um dos sujeitos, no entanto, acredita na possibilidade de mudanças via uma minoria “mais consciente” ou mais “educada”, que aparentemente é destacada do contexto de fundo. Essa minoria esclarecida e não manipulável estaria em condições de promover o debate de “informações embasadas” e o encaminhamento das soluções através do voto, então a ela restrito: “restringir o voto seria uma vantagem para a esquerda”. Ele acredita que a única mudança eficaz, no sentido de dar conta das desigualdades econômicas e sociais, passa pelo sistema econômico. Mas, na medida em que não parece ver na prática democrática o melhor caminho, adia a democracia para além do socialismo.

Os valores mais referenciados nesse grupamento também parecem estar fortemente relacionados à sua representação da política. Dessa forma destacam-se a honestidade, educação, família, obediência, honra, trabalho, responsabilidade e disciplina - tudo o que a princípio lhes parece faltar no cenário Estado-sociedade.

A afirmação que surge entre esses sujeitos -- “tem mulher que se

casa só para ser feliz" -- vale a pena ser destacada pelo seu significado relativo à dicotomia que se estabelece entre valores hedonistas e uma ética do dever em uma cultura de base autoritária. A formação moral rígida desse sujeito, proveniente de uma religião "ditadora" e de uma família que "é uma ditadura", informa-lhe um sistema de valores em que, junto do trabalho, da honra, da disciplina, parece caminhar apenas o sacrifício - "algumas palavras têm uma relação tão grande que pra mim elas se confundem". Felicidade e prazer parecem não caberem nesse conjunto, sob o risco de subverter esse equilíbrio mantido pela rigidez - "a pessoa certa: ela teria que pensar como eu". Como colocou Lima (1997), os valores não se contrapõem entre si, mas podem se contrapor a comportamentos. Nesse sentido, a interiorização de ideais de felicidade e prazer convivendo com o trabalho, a honra, a honestidade, a política etc. pode ter um efeito subversivo tanto na dimensão da subjetividade como na articulação pessoal-coletivo.

Os valores liberdade e igualdade apareceram em referência à sociedade ideal e associados aos ideais da revolução francesa. Mas surge a necessidade de relativizá-los, posto que são percebidos como mutuamente irreduzíveis. Assim, não há predominância de um sobre o outro e aparentemente nem de um deles sobre os demais valores que colocam.

Os ideais de sociedade que emergem desse grupamento são um tanto tímidos, não em termos de alcance, mas enquanto expressão de um sonho, que não tem compromisso com a realidade.

Já entre os menos autoritários, apesar da avaliação crítica acerca das instituições, a política aparece como algo saudável e necessário. A política é relação, como coloca Ike: “política é estar aqui, eu e você” e é um instrumento de compreensão do mundo, de “fazer conexões”, enfim, para a vida: “ser cidadão mesmo é conhecer para viver”. Ou seja, a política não é apenas meio legítimo de solução de conflitos mas, antes ainda, é o meio de conhecê-los. A concepção de política que encontramos aqui não a reduz, portanto, à atuação do governo ou à políticos profissionais, estando relacionada a uma percepção mais sutil e diversificada do mundo político.

Notam, por exemplo, que a política institucional por vezes se mostra sem sentido, ou hipócrita, na medida em que percebem um descompasso entre um discurso político e a economia. Para eles, isso parece estar relacionado, primeiramente, ao sistema econômico, à ordem mundial - “um discurso político que não se coaduna com a realidade econômica que é internacional”. Em segundo lugar, relaciona-se a posicionamentos ideológicos, como fica sugerido em referências negativas a políticos de ideologia liberal - “Ângela Amim”, “mesma coisa o Collor” - e positivas em relação a ideologias igualitárias - “porque você tem medo de comunismo?”.

Da mesma forma, procuram refletir criticamente sobre a apatia que demonstra a maioria da população em relação à vida política do país. O individualismo predominante é creditado às dificuldades que se colocam à percepção de um projeto coletivo como investimento: “as pessoas não conseguem ver que é importante tu investires na comunidade, na sociedade”. Tais dificuldades passam pela educação e informação - “meios de consciência” -, que são cerceados pelas

elites no poder: “é deliberado. As pessoas no poder não querem que a grande massa tenha acesso à informação”. Mas na medida em que colocam que “é difícil vencer isso”, parecem perceber alguma resistência ou pelo menos esforço nesse sentido. A dinâmica do mundo moderno, veloz e complexa - “tem o tempo, né? Vida, trabalho, estudar, o mercado ...” - constitui, para eles, dificuldade de outra ordem, mas que também colabora para a não participação bem como pressiona para a busca de saídas individualistas. Percebem, assim, que não estão isentos dessa pressão social e por isso sua própria postura não fica isenta de crítica - “as vezes eu me vejo assim também”, o que demonstra consciência de sua própria relação com o mundo social.

A percepção desses sujeitos sobre os jovens e sua relação com a política reflete não só a vigência de distintas representações mas também as contradições entre estas e a realidade. Assim, os percebem como “desligados”, embora haja uma certa expectativa de que correspondam à imagem do militante “que quer mudar o mundo”.

Porém, baseados na própria experiência, questionam-se, resgatam outras referências e percebem diferentes “juventudes” em diferentes contextos, tentando compreender o processo de transformação social por detrás destas representações.

A “passividade” é associada, então, à conformação e padronização estimuladas pela mídia, embora considerem também que outros fatores contextuais estão a interferir nesse processo. A mídia é vista, por isso, como instrumento repressor da individualidade e disseminador do individualismo, que faz com que as novas gerações sejam desestimuladas a desenvolver um pensamento crítico e “o lado

político, uma coisa social.”

Nesse sentido, acreditam que a maior parte dos jovens vivem as questões do cotidiano de uma forma “*sem garra*”. Mas para eles, isso não reflete a realidade de todos, e por isso chamam a atenção para diferenças de valores que não permitiriam generalizações: há os que só querem se divertir sem ter “*assim um lance*.”

Acreditam que a imagem por vezes desqualificada da juventude de hoje se estabelece a partir da comparação com outra juventude, a dos seus pais: “*Só que se for analisar, a do tempo deles era outra classe. Eles estavam em outra condição*”. Percebem, então, uma aura romântica que envolve e generaliza a juventude dos anos 70. Talvez em função dessa representação, um dos sujeitos diga que sentiu suas expectativas frustradas em relação ao espaço universitário e à possibilidade de vivenciar mais intensamente a política: “*em qualquer meio é difícil achar quem goste de política, mas na universidade eu esperava um pouco mais*.” Outro acredita que embora a universidade funcione como promotora de um senso crítico mais apurado, este não se mantém, pelo caráter efêmero da passagem pela instituição.

Sugerem ainda outro elemento a ser considerado em avaliações políticas por estar relacionado, de alguma forma, com esse momento: o sentimento de ausência de projetos alternativos para a sociedade. Essa ausência parece refletir-se tanto no nível da individualidade como no coletivo, levando as pessoas a “buscarem por algo que não sabem o que é”.

Essas reflexões chamam a atenção para valores que ajudam a manter as relações sociais e de poder como estão: “o que falta em

muita gente é a consciência de estar reproduzindo valores que não são nem os seus”, e assim chegam a perceber que a adesão ou submissão pacífica de grandes contingentes a sistemas, interesses ou autoridades que não lhes convém se dá através de um processo de ajuste das consciências às estruturas de poder. Ou seja, no processo contínuo de apropriação da genericidade, o homem apropria-se também de visões de mundo, com suas lógicas e regras, as quais podem, ao final, não lhe favorecer.

Se não vêm nos partidos políticos uma alternativa interessante de participação “talvez pela própria estrutura”, Consideram, ainda assim, que esta seja uma “luta política importante”, e até que é “um absurdo” que muitos votem em pessoas e não em propostas partidárias. Mesmo quando a competência ou confiabilidade destes é questionada, como faz Cacá - “eu desacredito em partidos” -, isso não parece abalar seu compromisso com o sistema “eu voto em pessoas” ou com uma cidadania ativa: “ser cidadão é exercer o direito de saber e cobrar”.

Há uma maior tendência entre esses sujeitos de perceber a política tanto no cotidiano quanto nas esferas de poder e, nesse sentido, de tomar também para si e para a sociedade a responsabilidade pela sua condução: “a sociedade tem que fazer o controle”. A afirmação de que “o homem tem que ao mesmo tempo pensar na individualidade e coletivamente” demonstra consciência da relação entre indivíduos e mundo social e, portanto, entre cotidiano e genericidade. Talvez por isso não abram mão de atividades políticas, que, embora mais simples, como o convencimento, estão ao seu alcance e às quais estão dispostos: “talvez conversando dê pra

mudar”. E apostam nela: “em cada lugar que você passa, tem o poder de alterar”. Essa micropolítica, da “conscientização”, não é vista como menos importante e parece se mostrar até mais interessante: “é legal porque é um poder pequeno”. O poder pequeno parece ser, além de mais confiável, eficaz: “lá em casa o pessoal não joga mais lixo na rua, acho que eu consegui passar pra eles”.

A concepção de democracia que se impõe a partir da fala desses sujeitos é, como diria Coutinho (1980), a de uma democracia “forte”. Partindo de uma sólida noção de cidadania e de “vontade da maioria”, criticam a democracia minimalista que caracteriza hoje o sistema político brasileiro, que convive com brutais desigualdades econômicas, bem como com traços político-culturais autoritários. Criticam a pseudo-representatividade dessa democracia, na medida em que exclui de seu âmbito, de diversas formas, a maioria.

Nesse sentido, reclamam por uma democracia mais radical, de participação mais direta, que propicie espaços para a expressão popular. Em sua pauta democrática encontramos ainda o respeito às diferenças e o reconhecimento das minorias.

Acusam a regulamentação da sociedade pelo mercado, que promove a perda de valores culturais, coibindo as expressões originais e o acesso a elas, em favor dos padrões estabelecidos.

A noção de cidadania que surge entre eles remete não só à garantia de direitos, mas lança a imaginação em direção ao ainda não conquistado: “ser cidadão mesmo é conhecer pra viver, e aí quem sabe o que a gente não consegue?”.

Essa perspectiva de avanço em direção a algo melhor está presente na avaliação desses sujeitos sobre os rumos da sociedade

brasileira. Não ignoram a evolução de problemas econômicos, sociais e ambientais e temem seus efeitos; no entanto, não deixam de acreditar na possibilidade de superação dos mesmos, pois percebem que junto a isso há também desenvolvimento científico e tecnológico, bem como ação social, capazes de criar caminhos alternativos.

Para eles a sociedade ideal é, antes de mais nada, uma sociedade plenamente democrática e por isso acreditam que as maiores dificuldades para a sua concretização sejam provenientes da sobrevivência de uma cultura autoritária: o “medo”, a intolerância em relação às “minorias”, o “preconceito”, a “reprodução de valores”, “coerção e submissão”. Mas se por um lado percebem que o autoritarismo faz parte da nossa realidade, sabem, por outro, que a realidade “não é imutável”. A sua expectativa de mudanças não passa, a princípio, por ações governamentais, pois acreditam que transformações democráticas começam na “base” da sociedade: “senão continua sendo autoritária”. Percebem esse processo em andamento, que se revela em “pequenas revoluções”, nas pessoas “lutando por seus direitos, por expressão”. Nota-se que o cotidiano constitui, para eles, um espaço privilegiado de atuação e de alteração da realidade, bem como a intimidade desempenha um papel de mediação nas transformações sociais. Há uma menor expectativa em relação à mediação pelos canais representativos tradicionais e maior atenção a formas de participação mais direta e imediata.

Os valores a que fazem referência dão a dimensão da democracia que almejam: liberdade, igualdade e respeito, ou seja, liberdade e igualdade devem ser buscados na mesma medida, e o respeito ao outro, às individualidades, às diferenças, parece ser o fiel

desta balança. Outro valor emerge com força no discurso deste grupamento: o prazer. O prazer é “útil”, é “válido”, é buscado por si só, como alimento do espírito. Mas se a política não se descola do cotidiano, os ideais que persegue também não podem ser separados daquilo que os sujeitos buscam como objetivos individuais. Dessa forma, parece que a democracia ganha, pelo menos entre esses sujeitos, uma nova dimensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O recorte de nosso estudo buscou um segmento social majoritariamente constituído por jovens. Se, por um lado, os universitários, em sua maioria, têm uma relação ainda incipiente com a cidadania devido a sua pouca experiência na vida pública, por outro é justamente esse desprendimento que lhes confere a maior possibilidade de estabelecer com ela relações inovadoras.

Em um cenário que aponta tanto para a valorização da democracia como para o seu descrédito em função de sua manifestação concreta, pouco favorável ao desabrochamento de laços de qualidade entre cidadãos e política, toda iniciativa no sentido do estabelecimento de relações mais democráticas deve ser considerada e, para tanto, devem estar atentos aqueles que, de alguma ou outra forma, estejam preocupados com os destinos da democracia.

Esta investigação apontou, primeiramente, que esses universitários se diferenciam no que se refere ao posicionamento em face do autoritarismo. Os sujeitos mais e menos autoritários apresentaram diferenças também em relação a valores, indicando a adoção de composições diversas para a construção de uma sociedade ideal. Assim, se para os menos autoritários a sociedade ideal é formada basicamente por valores ligados a realização social e profissional, além dos valores amor e prazer, já para aqueles que demonstraram uma atitude positiva face ao autoritarismo a sociedade ideal contemplaria ainda, praticamente com o mesmo status, valores que remetem as dimensões econômica e religiosa-autoritária. Dessa forma, desenham uma sociedade em que os valores status, lucro,

temor a Deus, ordem, disciplina etc. ganham maior peso.

A declaração de mais de 70% do total dos entrevistados de que votaria ainda que o voto não fosse obrigatório evidencia a adesão ao procedimento mais característico do sistema democrático, o que sugere que a sociedade ideal para a grande maioria dos sujeitos da pesquisa é uma sociedade democrática, muito embora a democracia que desejem possa ser qualitativamente diferente.

Outro importante indicador da adesão democrática é o interesse por participação (Moises, 1994; Venturi, 1998). Tanto as organizações políticas como as atividades de caráter reivindicatório parecem encontrar dificuldade na atração e integração de estudantes. Mas a observação dos maiores níveis de participação em atividades reivindicatórias sugere que os objetivos e estilos de intervenção podem estar em questão, favorecendo atividades cujos objetivos lhes pareçam mais claros e abrangentes, com uma intervenção mais pontual e com um caráter mais descontraído do que a política institucionalizada. O fato de serem os estudantes mais velhos os que mais participam de organizações e atividades políticas provavelmente está ligado a inserção desses sujeitos no mundo do trabalho assim como em outras esferas, mas talvez esteja sugerindo que os mais jovens são os que mais rejeitam as formas de fazer política representadas pelas organizações em questão.

A adesão à democracia apontada em algumas pesquisas sobre cultura política (Baquero, 1996; Castro, 1998; Moises, 1994) indica uma transformação na cultura política dos brasileiros, a partir do período pós-ditatorial. Esse reconhecimento da democracia como o

melhor sistema, pela superioridade de seus procedimentos, tem se mostrado capaz de manter a opção pela democracia apesar da crise econômica e do desprestígio dos governos civis que se sucederam após o período da ditadura. Embora isso possa estar indicando uma capacidade da população de diferenciar regime e governo (Venturi, 1998), indica também a aceitação, ainda que pela passividade e temporariamente, de uma estrutura que não tem se mostrado capaz de atender às demandas prementes da população por mais justiça social. Vivemos aí a contradição de um sistema que combina igualdade política com desigualdade social.

A percepção da ineficácia das instituições e a desconfiança em relação a seus objetivos, a percepção negativa da própria possibilidade de intervir nos processos políticos, o pouco interesse ou importância atribuída à política etc., são indicadores da fragilidade dessa opção democrática dos brasileiros, na medida em que põem em questão valores e instituições caríssimos à democracia.

À medida que se afasta da memória a difícil experiência do período da ditadura, sem que as questões econômicas e sociais sejam resolvidas, e sem que as instituições tradicionais se mostrem capazes de estabelecer uma mediação positiva entre cidadãos e política, coloca-se cada vez mais, e para além da possibilidade de um retrocesso autoritário, a questão sobre qual democracia querem os brasileiros.

Tendo notado que a sociedade ideal para os sujeitos de nossa pesquisa é uma sociedade democrática, buscamos os conteúdos atribuídos à democracia e observamos separadamente o que disseram

os dois grupamentos de sujeitos investigados. Percebemos, assim, que para os sujeitos mais autoritários a democracia é concebida prioritariamente em relação a seu aspecto mais formal ou procedimental, na medida em que seu conteúdo é associado sobretudo ao valor liberdade. As associações com condições básicas de vida e cidadania são, nesse grupo, mais fracas do que aquelas que remetem à esfera da lei e da ordem. Nesse sentido, tendem a reproduzir, majoritariamente, a representação hegemônica. Mostraram, aparentemente, pouco contato com discursos dela diferenciados, na medida em que o conjunto de suas respostas não traz elementos que reportem a representações alternativas, que ampliem a concepção de democracia. Mas considerando que a sociedade civil é um espaço de circulação de ideologias, de visões de mundo, de saberes, precisamos perceber que, se por um lado, a classe hegemônica busca o consenso em torno de seus valores junto à sociedade, disseminando sua visão de mundo, ela não o faz sem oposição ou resistência. Até porque todos os grupos atuantes na sociedade, na defesa de seus interesses, buscam disseminar suas idéias e visões mundo, transformando a sociedade civil num palco privilegiado de disputa por espaços e poder.

Assim, entre os menos autoritários pudemos perceber a

emergência de elementos que remetem a uma concepção de democracia que privilegia seu aspecto substancial, sendo ela associada, sobretudo, aos valores igualdade e liberdade, mas também a condições básicas de vida e cidadania. As respostas desses sujeitos demonstram, assim, que a difusão de discursos e práticas que implicam uma concepção mais ampla de democracia tem alcançado a atenção da sociedade, disseminando representações alternativas às hegemônicas.

Mais uma vez encontramos indícios de que, se a democracia é o sistema desejado por todos, os diferentes grupos analisados parecem referir-se, no entanto, a democracias de caráter, ou de conteúdos, diferenciados.

Os valores e as crenças hegemônicas que se manifestam na cultura política popular são simultaneamente uma apreensão e uma construção dinâmica da realidade, a partir de determinada visão de mundo. Quais são os interesses das elites no poder? Ou seja, quais são os interesses hegemônicos? A criação ou legitimação de um sistema de crenças e valores é imprescindível para a realização de seus interesses, e para a constituição de ações políticas convergentes.

Dessa forma, no sistema capitalista, a atuação mais ampla dessas elites está no sentido de garantir a manutenção e reprodução do capital, fazendo uso dos mecanismos aos quais têm acesso. Detendo, além do poder político, o poder econômico e um maior acesso aos meios de comunicação, essas elites distribuem a riqueza e também as idéias (Simionato, 1999). Nesse sentido, interessa a

disseminação de valores que contribuem para a manutenção das regras do jogo democrático, sem a devida consideração das questões sociais que representam o seu aspecto substantivo.

Este conjunto de idéias, transformado em senso comum e refletido na cultura política, leva à adesão aos aspectos procedimentais da democracia, prioritariamente, ou seja, à defesa hegemônica das regras do jogo. Assim, o modelo econômico não é questionado, na medida em que não se questionam os valores propostos por uma democracia substantiva. Logo, a cultura política autoritária se funde com a defesa hegemônica de procedimentos democráticos, podendo trazer, como conseqüência, um comportamento político que tem como limite, ou, também, no limite, expressa os valores defendidos pela elites. Aí, as atitudes aparentemente incoerentes seriam manifestações de uma visão fragmentada, que criam uma barreira entre a visão de mundo e a ação concreta dos sujeitos.

Mas afirmar a existência de uma hegemonia e a tentativa constante para mantê-la não significa que isso seja uma determinação. Ao contrário, a sociedade é permeada por lutas, disputas, negociações, podendo haver mudanças políticas e sociais, como uma progressiva ampliação da cidadania, dentro do marco institucional da ordem capitalista. O homem não é um ser passivo, como já vimos. Na apreensão dos valores, no processo de constituir-se como sujeito, o homem constrói, também pela negação, novas perspectivas sobre a realidade, muitas vezes oposta aos valores difundidos de forma hegemônica. Ele pode, dependendo das circunstâncias específicas, transcender ao já imposto e ultrapassar os limites de uma cultura

política autoritária. Outras visões de mundo, outras representações estão presentes na vida dos sujeitos, provenientes desde experiências cotidianas que contradizem os valores hegemônicos, até da contribuição de movimentos organizados que circulam no contexto social.

O que pudemos observar a partir das entrevistas é que, de forma geral, os sujeitos menos autoritários ofereceram respostas mais complexas, estenderam-se mais no sentido de estabelecer conexões como, também, clarearam os conceitos utilizados. Acreditamos que essa diferença não se origina da disposição dos sujeitos em fornecer as informações, mas, sim, de reflexões mais ou menos espontâneas, de questionamentos mais ou menos radicais acerca da realidade. São, portanto, diferenças sutis, caracterizando-se não por discursos opostos ou contraditórios, mas por conteúdos diferenciados, pelo dito e pelo não dito.

Entre os mais autoritários, o discurso é marcado por um senso prático e psicologicamente mais econômico, tendendo a reproduzir, majoritariamente, elementos provenientes de uma cultura política tradicional de cunho autoritário. Demonstram uma visão de mundo mais permeada pelos discursos hegemônicos no senso comum, ou seja, sem uma mediação mais freqüente da consciência crítica. A partir disso fazem uma leitura particular, em relação aos demais sujeitos, da política brasileira, da relação da população com ela, da democracia e de seu alcance, bem como do futuro.

Já entre os menos autoritários percebe-se uma tendência à radicalidade, no sentido de um questionamento que vai além das aparências. Demonstram, assim, com maior freqüência, em suas

avaliações, a mediação de uma consciência crítica. Reclamam por uma mudança de valores na cultura política brasileira que deve começar já e partindo da sociedade. Reclamam assim por justiça social, por uma liberdade que não ignora o coletivo, por uma igualdade que comporta diversidades e por uma condução das questões públicas diferente da que vêem hoje.

A seu modo, esses sujeitos expressam as contradições de nossa sociedade e nos fazem refletir sobre seus legados. Para todos eles, a perspectiva de mudanças em direção à sociedade ideal, ou democrática, passa fundamentalmente por um mesmo canal: a educação, pois percebem aí o potencial emancipador para o desenvolvimento do homem e de suas relações com o mundo social. Há, no entanto, diferenças marcantes entre os grupos no que se refere ao encaminhamento de soluções para este e outros problemas apontados em nossa sociedade, estando relacionadas às suas representações sobre a esfera da política.

De fato, como colocou Moisés (1994), as ambigüidades da democracia brasileira, marcada pela mistura de instituições democráticas e elementos do passado autoritário, acabam por confundir a percepção das pessoas. Assim, o cenário da nova cultura política brasileira indica a manutenção de uma reserva de credibilidade para com a democracia; indica, também, a exigência da constituição de uma nova institucionalidade, pautada em novas formas de fazer política e capaz de valorizar o potencial existente na sociedade. Para tanto, mostra-se fundamental a iniciativa de atores políticos capazes de estimularem esse processo, tanto através de sua prática cotidiana como da universalização de valores congruentes com a nova cultura

política em construção.

Com efeito, experiências como a dos novos movimentos sociais têm ajudado a traçar o caminho dessas transformações, disseminando um ideário democrático que envolve novos valores e práticas inovadoras. Sua atuação, mais próxima dos cidadãos, de suas realidades e necessidades, tem sido capaz de despertar e aglutinar interesses, de perceber potencialidades e assim inventar novas formas de atuação e de gestão da coisa pública. Na medida em que trabalham com objetivos mais próximos e imediatos, valorizam a cultura, o local, e proporcionam o sentimento de capacidade de interferência no real, que a política tradicional, segundo eles, não tem sido capaz de oferecer.

Além disso, não poderíamos supor que uma nova sensibilidade emergente possa trazer expectativas em relação à possibilidade de uma maior descontração na prática política, uma liberação dos ranços autoritários que muitas vezes marcaram até as lutas revolucionárias de outrora e que persistem marcando as práticas políticas tradicionais?

Não é outro o entendimento que fazemos do dado apontado nesta pesquisa de que a participação em organizações políticas está relacionada a atitudes positivas face ao autoritarismo. Este não é um dado que mereceria ser melhor pesquisado?

Nossa pesquisa não possibilita responder a essas questões de forma imediata. Essas, e muito mais outras questões, que deveriam surgir no decorrer da leitura deste trabalho, merecem a realização de novas pesquisas que busquem respondê-las, criando mais e melhores questões, objetivando ampliar as perspectivas e aprofundar o tema.

Esses jovens universitários, como outros tantos jovens no país e

fora dele (Coelho, 1996-7), parecem reivindicar uma maior valorização da felicidade e do prazer na vida e conseqüentemente também na prática política. A idéia de que a construção do coletivo se faz com o sacrifício pessoal precisa ser superada; a busca da justiça e da alegria do amanhã não precisa, e não deve, implicar miséria e sofrimento hoje, pois a conquista do amanhã não precisa ser amarga. Não precisamos prender os próprios pés à realidade para sonhar com a liberdade. A política, como a democracia, tem que ser algo mais do que eficaz, tem que trazer satisfação. Parece que para alguns universitários, como certamente para outros tantos jovens, talvez não haja um espaço tão demarcado para a política. Na medida em que a sociedade avance em seu processo democrático, deve encontrar e propiciar novas formas de aproximação entre a política e o cidadão comum, e, assim, e talvez, se possa fazer mais presente, ao mesmo tempo e de forma mais concreta, no cotidiano e no horizonte de todos.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, H. W. "*Grupos juvenis dos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social*". Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1992.
- _____. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1994.
- _____. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". *Revista brasileira de Educação*, n. 5-6. ANPED, 1997.
- BAQUERO, M. "A desconfiança como fator de instabilidade política na América Latina". IN: BAQUERO, M.; CASTRO, H de e GONZÁLES, R. (orgs.). *A construção da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- _____. "Estabilidade democrática, processos eleitorais, cidadania e cultura política". IN: BAQUERO, M.; CASTRO, H de e GONZÁLES, R. (orgs.). *A construção da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- BATISTA NETO, F. *A geração dos anos 90*. Florianópolis: Promover, 1990.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Distrito Federal: Editora da Universidade de Brasília, 1992, vol. II.
- CIAMPA, A. C. "Identidade". In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CAMINO, L.; LIMA, M.E.O. & TORRES, A.R.R. "Ideologia e espaço

político em estudantes universitários". IN: LHULLIER, L., CAMINO, L. & SANDOVAL, S. (Orgs.) *Estudos do comportamento político: abordagem multidisciplinar*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

_____. A Socialização política: uma análise em termos de participação social. IN: *Coletâneas da ANPEPP*. Vol. I, No. 13, setembro, 1996.

CASTRO, C.H. "Cultura política, democracia e hegemonia: uma tentativa de explicação do comportamento político não-democrático". IN: BAQUERO, M.; CASTRO, H de e GONZÁLES, R. (orgs.). *A construção da democracia na América Latina*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

COELHO, T. "Cultura e cultura política dos jovens". *Revista USP*. São Paulo, n. 32, p. 156-165, dezembro/fevereiro, 1996-97.

COUTINHO, C.N. "Cidadania, democracia e Educação". *A democracia como valor universal e outros ensaios*. RJ: Ed. Salamandra, 1980.

CUNHA, L. A. *A universidade crítica*. RJ: Francisco Alves, 1983.

DALLARI, D. A. "Corrupção". *Anais da 49ª Reunião Anual da SBPC*. Belo Horizonte, 1997.

ECHEGARAY, F. *Socialização política e atitudes cívicas em tempos de mudança: o caso dos universitários em São Paulo*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC/SP, 1991.

FIGUEIREDO, A.C.C.M. "*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*": publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: HUCITEC, 1998.

FREITAG, B. *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo: Ed. Moraes,

1986.

GOHN, M. da G. "A formação da cidadania no Brasil através das lutas e movimentos sociais". *Cidadania textos. No. 1*. Campinas: GENDEC, 1994.

_____. "O cenário da participação em práticas de gestão da coisa pública no Brasil no final do milênio: as mudanças no caráter do associativismo". *Cidadania textos. No. 10*. Campinas: GENDEC, 1998.

GUIMARÃES, M. C. T. V. *Velhice: perda ou ganho?* Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, 1997.

HELLER, A. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KRISCHKE, J.P. "Atores sociais e consolidação democrática na América Latina: estratégias, identidades e cultura cívica". IN: VIOLA, J. E. et all. *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*. Florianópolis: Cortez Editora / Editora da UFSC, 1995.

LANE, S. T. M. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LECHNER, N. "Os novos perfis da política: um esboço". IN: BAQUERO, M. (org.). *Cultura política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas*. Porto Alegre: Editora da Universidade, p 11-25, 1994.

LHULLIER, L. A. "Autoritarismo, democracia e consciência moral: uma perspectiva psico-política". IN: LHULLIER, L., CAMINO, L. & SANDOVAL, S. (orgs.) *Estudos do comportamento político: abordagem multidisciplinar*. Florianópolis: Letras Contemporâneas,

1997.

_____. "Desenvolvimento de um instrumento para estudo do autoritarismo". *Cadernos de resumos da reunião anual de Psicologia*. Ribeirão Preto/SP, 1992.

_____. "Psicologia do autoritarismo: uma abordagem preliminar". *PSICO*, EDIPUCRS, 2 (23), dez, 1992.

_____. "Socialização política na universidade: participação, autoritarismo e democracia". IN: *Coletâneas da ANPEPP*. Vol. I, No. 13, setembro, 1996.

LIMA, M.E.O. *Valores, participação política, atitudes face a democracia e ao autoritarismo: uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba*. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Mestrado em Psicologia da UFPb, 1997.

MADEIRA, F. "Jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas". *Cadernos de Pesquisas*, 58. SP: Fundação Carlos Chagas, 1986.

MAHEIRIE, K. *Agenor no mundo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

MISCHE, A. "De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política". *Revista brasileira de Educação*, n. 5-6. ANPED, 1997.

MOISÉS, J.A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática no Brasil*. Tese apresentada ao Programa de Livre-docência do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1994.

MUXEL, A. "Jovens dos anos 90: à procura de uma política sem

- 'rótulos"'. *Revista brasileira de Educação*, n. 5-6. ANPED, 1997.
- NASCIMENTO-SCHULZE, C. "As representações sociais de pacientes portadores de câncer". IN: SPINK, M.J.P. (Org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- PARIGUIN, B. D. *A Psicologia Social como ciência*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1972.
- SÁ, C. P. de. "Representação social: o conceito e o estado atual da teoria". IN: SPINK, M.J.P. (Org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- SAMPAIO, H. "O marketing do ensino superior no Brasil". *ANPOCS*, 1995.
- SANDOVAL, Salvador A.M. "O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a re-aproximação da Sociologia e da Psicologia Social. IN: CAMINO, L.; LHULLIER, L. A.; SANDOVAL, S. A.M. (orgs.) *Estudos sobre comportamento político: teoria e pesquisa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.
- SANTOS, M.F. "Representação social e a relação indivíduo-sociedade". *Temas em Psicologia*. São Paulo: Soc. Bras. de Psicologia, No.3, 1994.
- SAWAIA, B. B. *A consciência em construção no trabalho de construção da existência: uma análise psicossocial do processo da consciência de mulheres faveladas participantes de movimentos urbanos de reivindicação social e de um grupo de produção de artesanato*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUC, São Paulo, 1987.

_____. "Representação e ideologia - o encontro desfeticizador". IN: SPINK, M.J.P. (Org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

_____. "A temporalidade do 'agora cotidiano' na análise da identidade territorial". Mimeo, s/d.

SÈVE, L. "A personalidade em gestação". IN: SILVEIRA, P.; DORAY, B. (Org.) *Elementos Para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice. 1989.

SOUTO, S. O. "O jogo de papéis e representações sociais na universidade: o estudo de um caso particular". IN: SPINK, M.J.P. (Org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SOUZA, J. T. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. Tese de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da USP, 1997.

SOUZA Fo., E. A. de. "Análise de representações sociais". IN: SPINK, M.J.P. (Org.) *O conhecimento no cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SPINK, M. J. P. (Org.). *A cidadania em construção*. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

VALA, J. (Org.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

VENTURI, G. "A democracia em questão". SP: Fundação Perseu Abramo, 1998.

Anexos

QUESTIONÁRIO

Caro(a) Aluno(a)

Este questionário faz parte de uma pesquisa sobre o que os estudantes universitários pensam. Esta pesquisa está sendo realizada a nível nacional por uma equipe de pesquisadores ligados à Associação Nacional de Pesquisa e Ensino na Pós-graduação em Psicologia [ANPEPP]. Gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo sinceramente às questões abaixo. Você não precisa obrigatoriamente identificar-se, uma vez que nosso interesse não se dirige a indivíduos e sim aos estudantes como um todo.

Instruções gerais:

- Procure responder a todos os itens individualmente, sem consultar os colegas. Não se preocupe porque não há respostas certas ou erradas, o que nos interessa saber é a sua opinião pessoal.
- Não passe à questão seguinte sem ter respondido à anterior. Por favor, não deixe nenhuma questão em branco! Em caso de dúvida, responda do modo que mais se aproxime de sua opinião pessoal.

Muito Obrigado !

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

NOME: _____ TELEFONE: _____

UNIVERSIDADE _____

CURSO: _____

ÁREA: [1] Ciências e Tecnologia [2] Ciências Humanas [3] Ciências da Vida

ANO DE INGRESSO: / __ __ /.

SITUAÇÃO: [1] Início [2] Meio [3] Fim do curso

IDADE [____]

GÊNERO: [1] Fem. [2] Masc.

TRABALHA: [1] Sim [2] Não

RENDA FAMILIAR [Aproximada] R\$ _____.

RENDIMENTO ESCOLAR (Média Global Aproximada) _____.

Código

Ordem

1.- Pontue os valores abaixo em função do grau de importância de cada um deles para a construção da sociedade que você acharia ideal para se viver. As notas devem variar de 1 a 10, sendo que quanto mais próximo de 1 menor a importância e quanto mais próximo de 10 maior a importância. Caso você considere que outros valores não incluídos na lista são importantes para a construção dessa sociedade ideal, acrescente-os nos espaços vazios, dando-lhes a nota que achar adequada.

Participação	[]	Dedicação ao trabalho	[]
Prazer	[]	Ordem	[]
Liberdade	[]	Competência	[]
Alegria	[]	Amor	[]
Honestidade	[]	Status	[]
Obediência	[]	Lucro	[]
Temor a Deus	[]	Realização profissional	[]
Autoridade	[]	Riqueza	[]
Cooperação	[]	Fraternidade	[]
Conforto	[]	Justiça	[]
Igualdade	[]	Tradição	[]
Auto-realização	[]	Responsabilidade	[]
Salvação da alma	[]	_____	[]
Disciplina	[]	_____	[]
Religiosidade	[]	_____	[]
Hierarquia	[]		

2.- Leia com atenção as afirmativas abaixo e marque com um "X" o número que melhor expressar o seu grau de concordância ou discordância em relação a cada uma delas. O número 1 (um) corresponde à **discordância total** e o 7 (sete) à **concordância total**.

A. É preferível uma ditadura competente a uma democracia frágil.	1 2 3 4 5 6 7
B. A obediência é um valor fundamental na organização de uma Sociedade.	1 2 3 4 5 6 7
C. O Brasil ainda não conseguiu resolver seus problemas porque não teve um Presidente que não se deixe influenciar pelos partidos e outros grupos políticos.	1 2 3 4 5 6 7
D. O desejo de impor a própria vontade sobre a dos outros faz parte da natureza humana	1 2 3 4 5 6 7
E. O direito de voto deveria ser concedido apenas às pessoas que têm condições de votar conscientemente.	1 2 3 4 5 6 7
F. Se o governo der muita liberdade aos sindicatos e partidos políticos o país vira uma bagunça.	1 2 3 4 5 6 7
G. Na história da humanidade sempre houve e sempre haverá uma minoria que manda e uma maioria que obedece, porque essa é a ordem natural das coisas.	1 2 3 4 5 6 7
H. Para que um chefe seja respeitado pelos seus subordinados, é necessário que seja pelo menos um pouco autoritário.	1 2 3 4 5 6 7
I. A volta dos militares ao poder é a única forma de salvar o país do caos em que está.	1 2 3 4 5 6 7
J. O linchamento é uma forma de fazer justiça, quando os criminosos não recebem a punição que merecem.	1 2 3 4 5 6 7
L. A implantação da pena de morte no Brasil é uma necessidade para resolver definitivamente os problemas de segurança e criminalidade.	1 2 3 4 5 6 7

3.- Indique seu grau de participação, nos últimos 3 anos, nas seguintes atividades reivindicatórias:

	Nenhuma	Pouca	Ativa	Dirigente
a) Movimento pró- impeachment	[1]	[2]	[3]	[4]
b) Greves ou outras lutas reivindicatórias na sua Universidade	[1]	[2]	[3]	[4]
c) Protestos contra a violência (mulher, trânsito, crianças, etc)	[1]	[2]	[3]	[4]
d) Campanhas contra a fome, drogas, analfabetismo, pró-saúde, etc.	[1]	[2]	[3]	[4]
e) Atividades na política universitária (eleger reitor, representar alunos etc.)	[1]	[2]	[3]	[4]
f) Atividades nas campanhas eleitorais	[1]	[2]	[3]	[4]
g) Lutas reivindicatórias de bairro	[1]	[2]	[3]	[4]
h) Protestos contra carestia, aumento de passagens, meia entrada, etc.	[1]	[2]	[3]	[4]
i) Lutas trabalhistas	[1]	[2]	[3]	[4]
j) Campanhas de apoio a movimentos populares, sem teto, meninos de rua, etc	[1]	[2]	[3]	[4]

4.- Em quais destas organizações você participa e desde quando participa?

	Não Participa	Particip. Simples	Particip. Ativa	Particip. na Direção	Desde que ano?
Entidades estudantis	[1]	[2]	[3]	[4]	/___/
Associação de moradores	[1]	[2]	[3]	[4]	/___/
Movimentos ecológicos	[1]	[2]	[3]	[4]	/___/
Entidades religiosas: CEBS, Pastorais, Estudos Bíblicos.	[1]	[2]	[3]	[4]	/___/
Partidos Políticos	[1]	[2]	[3]	[4]	/___/
Associações assistenciais: (Rotary, Lions etc)	[1]	[2]	[3]	[4]	/___/
Associações culturais e recreativas	[1]	[2]	[3]	[4]	/___/
Organizações de movs. de minorias: raça, gênero, sexo	[1]	[2]	[3]	[4]	/___/
Organizações de apoio a lutas populares	[1]	[2]	[3]	[4]	/___/
Outras: _____	[1]	[2]	[3]	[4]	/___/

5.- Você pratica alguma religião? [2] Sim [1] Não

- Se respondeu não: deixe os itens abaixo em branco e passe à questão N° 5

- Se respondeu sim: de qual ou de quais dos cultos religiosos abaixo você participa e com que intensidade? (Marque apenas aqueles dos quais participa, deixando os outros em branco).

	Nenhuma	Pouca	Média	Muita
a) Igreja Católica Apostólica Romana				
a.1) Tradicionalista	[1]	[2]	[3]	[4]
a.2) Progressista.....	[1]	[2]	[3]	[4]
a.3) Carismática	[1]	[2]	[3]	[4]
b) Cultos Protestantes				
b.1) Anglicanos.....	[1]	[2]	[3]	[4]
b.2) Luteranos.....	[1]	[2]	[3]	[4]
b.3) Denominações Evangélicas Tradicionais (Batistas, Presbiterianos, Metodistas, etc)	[1]	[2]	[3]	[4]
b.4) Assembléia de Deus.....	[1]	[2]	[3]	[4]
b.5) Cultos Pentecostais.....	[1]	[2]	[3]	[4]
b.6) Igreja Universal do Reino de Deus ou outros novos cultos pentecostais	[1]	[2]	[3]	[4]
c) Adventistas	[1]	[2]	[3]	[4]
d) Testemunhas de Jeová	[1]	[2]	[3]	[4]
e) Mórmons	[1]	[2]	[3]	[4]
f) Judaísmo	[1]	[2]	[3]	[4]
g) Islamismo	[1]	[2]	[3]	[4]
h) Cultos Orientais	[1]	[2]	[3]	[4]
i) Kardecismo	[1]	[2]	[3]	[4]
j) Espiritismo	[1]	[2]	[3]	[4]
k) Umbanda, Candomblé, etc	[1]	[2]	[3]	[4]
l) Cultos Esotéricos	[1]	[2]	[3]	[4]
m) Outros	[1]	[2]	[3]	[4]

6.- Além de organizações, as pessoas frequentam grupos mais informais. Assinale quais dos grupos abaixo você frequenta e qual é sua integração nestes grupos.

	Não Frequenta	Pouca Integração	Média Integração	Integração total
Família	[1]	[2]	[3]	[4]
Grupos de estudo	[1]	[2]	[3]	[4]
Grupos de amigos da Universidade.....	[1]	[2]	[3]	[4]
Grupos de amigos fora da Universidade...	[1]	[2]	[3]	[4]
Grupos de atividades artísticas: música teatro, coral, etc.....	[1]	[2]	[3]	[4]
Grupos de atividades religiosas.....	[1]	[2]	[3]	[4]
Colegas de trabalho	[1]	[2]	[3]	[4]
Grupos de auto-ajuda	[1]	[2]	[3]	[4]
Grupos desportivos e recreativos	[1]	[2]	[3]	[4]
Outros.....	[1]	[2]	[3]	[4]

7.- Se o voto não fosse obrigatório, Você votaria?: [1] Não [2] Talvez [3] Sim.
 Porque? _____

8.- Qual é o seu grau de concordância com as seguintes opiniões políticas?

	Concordo Totalm.	Concordo	Em dúvida	Discordo	Discordo Totalm.
Do jeito que está é melhor uma democracia sem partidos	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]
Só num país democrático as pessoas poderão se desenvolver plenamente	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]
É melhor uma ditadura competente que uma democracia incompetente	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]
A democracia é essencial para o bom funcionamento de um país	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]
As eleições não são necessárias para se ter um bom governo.....	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]

9.- Depois que você entrou na Universidade, as suas opiniões políticas:

[1] Mudaram de direção; [2] Permaneceram as mesmas; [3] Fortaleceram-se.

10.- Em que medida a Universidade contribuiu na sua formação política?

[1] Nada; [2] Pouco; [3] Médio; [4] Muito.

11.- Em que medida cada um dos aspectos da vida universitária abaixo relacionados foi importante para sua formação política?

	Nada	Pouco	Médio	Muito
Amizade com colegas	[1]	[2]	[3]	[4]
Estudo de disciplinas	[1]	[2]	[3]	[4]
Contato pessoal com os professores	[1]	[2]	[3]	[4]
Influência de professores na sala de aula	[1]	[2]	[3]	[4]
Participação em atividades artístico-culturais.	[1]	[2]	[3]	[4]
Conversas informais na universidade	[1]	[2]	[3]	[4]
Debates organizados pela sua Universidade ..	[1]	[2]	[3]	[4]
Participação nas organizações estudantis do seu curso	[1]	[2]	[3]	[4]
Participação como representante estudantil em colegiados de sua universidade.....	[1]	[2]	[3]	[4]
Atividades de extensão universitária	[1]	[2]	[3]	[4]
Participação no Movimento Estudantil	[1]	[2]	[3]	[4]
Atividades de estágio	[1]	[2]	[3]	[4]
Atividades de pesquisa	[1]	[2]	[3]	[4]
Participação na política universitária	[1]	[2]	[3]	[4]

12.- Usando a lista, na série de círculos abaixo, coloque mais próximos do EU aqueles grupos e instituições com os quais você mais simpatiza e mais afastados do EU aqueles pelos quais tem menor simpatia. Não utilize os grupos pelos quais não tenha simpatia ou antipatia. Utilize os números correspondentes para isso.

01.- Órgãos de apoio às lutas populares

02.- Sua família

04.- Amigos fora da universidade

05.- Seu culto religioso

06.- Organizações de movims. de minorias

07.- Seus amigos da universidade

08.- Grupos de auto-ajuda

09.- Grupos desportivos e recreativos

10.- Colegas de trabalho

11.- Partidos Políticos

12.- Grupos de estudo

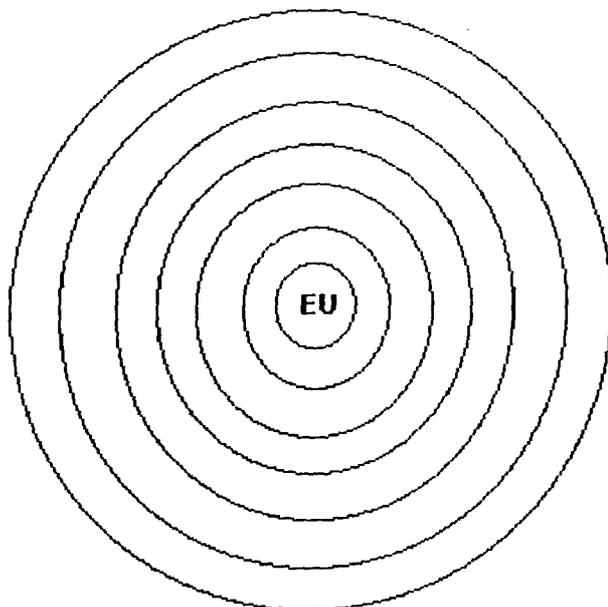
13.- Associação de moradores

14.- Movimentos ecológicos

16.- Associações assistenciais

17.- Entidades estudantis

18.- Entidades religiosas



13.- O que significa para você um país plenamente democrático?